

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**VOSSA EXCELÊNCIA UM LEITOR**

Silvana Dias Cardoso Pereira

Campinas, 2007

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**VOSSA EXCELÊNCIA UM LEITOR**

Silvana Dias Cardoso Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Área de Concentração:** Educação, conhecimento, linguagem e arte.

**Grupo de Pesquisa:** ALLE – Alfabetização, Leitura e Escrita.

**Linha de Pesquisa:** Sociedade, Cultura e Educação.

**Orientadora:** Prof. Dr<sup>a</sup>. Norma Sandra de Almeida Ferreira

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Título: VOSSA EXCELÊNCIA UM LEITOR**

**Autor:** SILVANA DIAS CARDOSO PEREIRA

**Orientadora:** NORMA SANDRA DE ALMEIDA FERREIRA

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por SILVANA DIAS CARDOSO PEREIRA e aprovada pela Comissão Julgadora.

**Data:** 22/02/2007

**Assinatura:**.....

**Orientadora**

**COMISSÃO JULGADORA:**

**LILIAN LOPES MARTIN DA SILVA (TITULAR)**

**LÁZARA Nanci AMÂNCIO (TITULAR)**

**RENATA JUNQUEIRA DE SOUZA (SUPLENTE)**

**GULHERME DO VAL TOLEDO PRADO (SUPLENTE)**

Ano 2007



## RESUMO

O grande universo da leitura tem despertado a atenção de muitos estudiosos. Este trabalho se concentra no enfoque dado à leitura pela História Cultural. Tem-se em mente pesquisar o leitor e suas práticas em relação ao texto escrito. O centro da pesquisa está na tensão que se opera entre o texto e o leitor, para se chegar ao modo como o leitor funciona em relação ao texto. Nesse percurso cada detalhe é importante na análise da produção escrita de um juiz/leitor, busca-se compreender suas práticas em relação ao texto escrito e suas representações de leitor e de leitura.

**Palavras-chave:** leitor; leitura; história cultural; representação, práticas culturais.

## ABSTRACT

The great universe of reading has caught the attention of many scholars. This paper concentrates on the focus given by Cultural History to reading. The goal is to carry out research on the reader and his/her practices towards the written text. The research is centered on the tension, which operates between the text and the reader, aiming to arrive at how the reader functions in relation to the text. During this trajectory, each detail is important in the analysis of the written production of a judge/reader, in order to understand his/her practices toward the written text and his/hers representations of the reader and the act of reading itself.

**Key-words:** reader; reading; cultural history; representation, cultural practices.

À minha querida mãe, ao meu querido pai.  
(*in memoriam*)

Ao querido David.

## **Agradecimentos**

À Norma, professora e orientadora sempre pronta a ouvir e incentivar. Que nos momentos em que nada parecia dar certo, continuou a confiar e estender a mão numa orientação madura.

À LÍlian e à Nanci que, ao participarem da banca de qualificação, olharam o trabalho com generosidade, apontando valores e orientando para as alterações necessárias.

Às colegas do Grupo ALLE, que se tornaram amigas no percurso. Especialmente à Betânea, com quem sempre dividi minhas dúvidas, inseguranças e expectativas.

À Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo, pela ajuda financeira por meio do programa Bolsa Mestrado.

A todos que fizeram parte deste tempo de esforços em torno do tema da leitura, meus sinceros agradecimentos.

## SUMÁRIO

### DISSERTAÇÃO

Introdução	01
1. Contribuições teórico-metodológicas	08
1.1. Carlo Ginzburg	08
1.1.1. Menocchio, o moleiro de Friuli	09
1.1.2. Suas idéias	10
1.1.3. Origem das idéias	13
1.1.4. A maneira de ler de Menocchio	14
1.1.5. Menocchio por imagens e metáforas	17
1.1.6. Contribuições teórico metodológicas de Ginzburg	18
1.2. Robert Darnton	20
1.2.1. Jean Ranson, um comerciante de La Rochelle	21
1.2.2. As leituras de Jean Ranson	22
1.2.3. O leitor de Rousseau	24
1.2.4. Contribuições de Robert Darnton	27
1.3. Sidney Chalhoub	27
1.4. Paradigma indiciário	29
1.5. Roger Chartier	30
2. A pesquisa	34
2.1. O Sujeito	34
2.2. O Objeto	36
2.3. Metodologia	38
2.4. Fontes	40
2.4.1. A sentença como texto	40
2.4.2. A escolha da sentença para análise	42
2.4.3. A sentença de Maria	47
2.4.3.1. Aspectos físicos	47
2.4.4. A sentença de alteração de sexo	49
2.4.5. O jornal escolhido	50
2.5.5.1. Aspectos físicos	50
2.4.6. A Revista IPAS	51
2.4.7. O IBCCRIM	53
3. Produção escrita: caminhos	56
3.1. Tabela de leituras	59
4. Análise de sentenças	64
4.1. Sentença A	64
4.2. Sentença B	73
5. Análise dos artigos	75
5.1. O aborto na rede pública	75
5.2. Mulheres imprescindíveis	79
5.3. Reflexos do Novo Código	84
Considerações finais	95



## INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa que olha para o leitor. Está inserida em um conjunto de pesquisas recentes que o consideram, buscando conhecê-lo em suas maneiras de praticar a leitura na perspectiva da História Cultural. Nesta tarefa nada fácil, a ajuda de outros pesquisadores que têm se voltado para o leitor e para a leitura é essencial, uma vez que, ao descreverem seus percursos e resultados, mostram possibilidades e esclarecem pontos essenciais para esse tipo de pesquisa. CORRÊA (1999), em sua dissertação de mestrado alerta para o fato de que pesquisar a leitura considerando os pólos de produção e de recepção não é tarefa das mais fáceis.

É por essa dificuldade já antecipada por pesquisadores mais experientes que a ajuda de outros que já trilharam pelos caminhos da pesquisa em leitura é buscada.

SILVA (2001), ao fazer a apresentação do livro **Entre leitores: alunos, professores** aponta para várias pesquisas na área da leitura. Entre elas, há as que focam o leitor-aluno, o leitor-professor, na compreensão de que os leitores são diversos.

FERREIRA (2004), em pesquisa sobre a produção acadêmica na área da leitura, toma como objeto de investigação resumos de dissertações e teses e aponta para a importância que este tema vem ganhando nas últimas décadas.

Ressalta ainda que as pesquisas sobre leitura no Brasil são desenvolvidas sob olhares os mais diversos, justificáveis pela relevância social da leitura. Entre a diversidade e complexidade no campo da leitura, uma perspectiva que ganha força é a da História Cultural, na qual se insere esta pesquisa aqui desenvolvida.

Autores como Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Robert Darnton, entre outros, vem colaborando com reflexões e discussões para o fortalecimento do debate sobre leitura na perspectiva na História Cultural.

Nesta perspectiva, segundo FERREIRA (2001:16), um conjunto significativo de pesquisas acadêmicas interroga: que leitor é este do qual falamos? Quais as suas condições de acesso e de familiaridade com esse bem cultural que é a leitura? Quais usos, práticas, apropriações e representações ele estabelece com o livro, com a leitura?

Dessa busca em se conhecer esses leitores, alguns trabalhos apontam para o leitor-aluno, outros para o leitor-professor, ou ainda para o leitor fora da instituição escolar, ou então para o leitor de determinada comunidade de leitores.

FERREIRA (2001) discute em sua Dissertação a formação do leitor construída ao longo do tempo a partir de *histórias de leitura* de alunos de 5ª e 6ª séries colhidas nas aulas de português de uma escola de Campinas.

Nessa pesquisa, FERREIRA (2001) aponta que os alunos e suas histórias de leitura podem ser aproximados em grupos, conforme imagens que projetam sobre as finalidades da leitura: ler para ampliar conhecimentos, por prazer, para viver uma fantasia, por paixão, por obrigação, para socializar-se, por mágica, e ainda aqueles que não gostam de ler. As *histórias de leitura* revelam ainda as preferências de leitura dos alunos, a imagem que têm de si mesmo como leitor.

Ainda no ambiente escolar e tratando de leituras de alunos de uma 7ª série de uma escola da rede pública de Campinas, PIMENTEL (2001), por meio da produção escrita desses alunos, busca entender as imagens de escrita e de leitura construídas no processo de escolarização:

A pesquisa considera a produção escrita dos alunos e, por meio do método indiciário, procura compreender as relações leitor/texto,

autor/texto e leitura/autoria. Por essa produção é possível perceber a história de leitura do sujeito leitor, a incorporação de leituras anteriores ao momento da escrita, se pertencentes ou não à cultura letrada, se provenientes da leitura escolarizada ou de outros meios. PIMENTEL (2001) afirma que sua análise é conduzida pela correlação estabelecida entre o gênero narrativo literário e outros gêneros que fizeram parte das experiências dos sujeitos de sua pesquisa.

Ao considerar a produção escrita desses alunos como fonte de pesquisa para chegar às suas histórias de leitura, PIMENTEL (2001) supõe que os elementos constitutivos da experiência com a linguagem, as histórias de leitura e as imagens do mundo letrado, são reconstruídos nos textos pela seleção de informações, temas, estruturas e recursos lingüísticos.

É nesse sentido que, ao buscar a produção escrita de um leitor, tem-se também a intenção de se encontrar marcas sobre sua história de leitura, suas preferências, representações, práticas, constituição enquanto leitor.

Uma outra pesquisa que foca o leitor-aluno é a de RIBEIRO (2005) que investiga, tendo como fonte os relatos de memórias de seus alunos de quarta série de Ensino Fundamental I, as pistas sobre experiência de leitura vivida por eles.

Para alcançar seus objetivos de aproximação das histórias de leitura de seus alunos, RIBEIRO (2005) propôs a seus alunos a confecção de “Caixas de Memória” em que estavam presentes as referências de leitura. Nessas memórias partilhadas coletivamente no ambiente escolar, é possível conhecer que os caminhos são diversos, mas também comuns na construção do ser leitor.

Não só o leitor-aluno do ensino fundamental é objeto de interesse dos pesquisadores. Também o universitário em suas diferentes formas de relação com o texto escrito. CORRÊA (2001), por exemplo, se aproxima de estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade do Amazonas, chamando atenção para o fato de que, embora as pesquisas

desenvolvidas por CHARTIER (1990) tenham se voltado para as práticas de leitura do passado, é possível utilizar seu modo de pesquisa e compreender práticas de leitura nos dias de hoje. Em sua pesquisa, CORRÊA (2001) busca conhecer melhor o pólo da recepção/apropriação, que corresponde à maneira como os leitores se relacionam com a leitura.

Em pesquisa sobre leitores e leituras, CORRÊA (2001) pretende conhecer melhor as diferentes formas de relação entre leitores e textos escritos, para tanto escolhe estudantes do curso de Pedagogia da Universidade do Amazonas.

O autor chama a atenção para o fato de que, embora as pesquisas desenvolvidas por CHARTIER(1990) tenham se voltado para práticas de leitura no passado, é possível utilizar seu modo de pesquisar e compreender as práticas de leitura nos dias de hoje. Nesse sentido, frisa que o próprio conceito de apropriação defendido por CHARTIER(1990) aponta para essa possibilidade.

A pesquisa de CORRÊA (2001) revela os gestos de leitura conforme o gênero lido (religioso, romance, acadêmico, não acadêmico etc) e explora a prática da leitura acadêmica. Nessa análise, além de mostrar as práticas de leitura dos alunos, revela uma outra face desse universo da leitura bastante interessante: as pistas que os professores dão da maneira como desejam que as leituras sejam feitas.

Tendo-se um sujeito leitor que também é professor, uma das possibilidades de se pensar sua leitura se dá nessa relação que estabelece com seus alunos. O professor, ao indicar textos para seus alunos e indicar a forma como devem ser lidos pode revelar a imagem que tem de leitor, dar pistas de suas concepções sobre leitor e leitura.

As pesquisas sobre leitura no Brasil podem ainda ser pensadas sob o ponto de vista das comunidades de leitores pelas quais se interessam e que podem se dar fora do ambiente escolar de qualquer nível.

MORAIS (1998), por exemplo, indaga, em sua pesquisa, sobre o que se sabe sobre as leituras femininas no Brasil da segunda metade do século XIX. Afirma que uma geografia dessas leituras só tem sentido quando relacionada à comunidade de leitores e leitoras. Utilizando-se de fontes como jornais e textos literários, enfatiza-se a rede de interdependências sociais que se estabelece entre as leitoras, os escritores e os editores do século XIX. Com base na História Cultural, sua pesquisa evidencia que as representações do livro como companheiro da mulher são uma constante nos romances analisados. Leituras que preconizam a moral e os bons costumes e de romances considerados proibidos revelam não só as práticas de leituras femininas, mas também as táticas a que essas mulheres recorriam em busca de um espaço de leitura. Nesta direção, pesquisas mais recentes sob a luz da História Cultural apontam para um entendimento de que através de diferentes fontes – diários, cartas, auto-biografias, depoimentos orais, entrevistas, textos de ficção, - pode se acessar diferentes modos de apropriação, de relação do leitor com o texto lido e sua materialidade, em certas condições de produção, e uma determinada sociedade de um certo tempo. Leitores são diversos como também são diversas suas histórias, suas trajetórias, sua constituição enquanto leitores.

Conhecer a singularidade em cada leitor e ao mesmo tempo aquilo que apresenta como representante de uma comunidade de leitores, tem sido um desafio de inúmeras pesquisas.

O encontro de um juiz que supera o normalmente encontrado na produção escrita da área jurídica instigou a suspeita de se poder conhecer marcas de um pelos seus textos da área jurídica, repletos de citação ora para defender uma tese, ora para questionar um ponto de vista. Num campo tão árido às citações literárias, ao produzir sentenças e outros textos, o leitor em questão as migalhas de pão que conduzem por sua história de leitura como o fio de Ariadne conduziu Teseu para a saída do labirinto.

Assim é que se tem uma viagem proposta, atrás de um leitor: *“os leitores são viajantes: eles circulam sobre as terras de outrem, caçam, furtivamente, como nômades através de campos que não escreveram, arrebatam os bens do Egito para com eles se regalar.”* (CERTEAU, 1990:251)

Na produção escrita desse leitor é possível indagar formas de apreensão de sua leitura de outros textos na inclusão de referências, fragmentos aproximados por temas, por imagens, pela arte da retórica.

Também nesta produção escrita de peculiaridade jurídica é possível pensar os leitores pressupostos por este autor-juiz que se dirige a outros de sua comunidade de leitores.

Enquanto as pesquisas anteriormente citadas fizeram usos de depoimentos orais e escritos, ou da produção de textos dos sujeitos-leitores que se buscam investigar, este trabalho se volta para os textos jurídicos. Importa, como nos trabalhos anteriores, tentar conhecer a leitura de um leitor, considerando-se suas práticas cotidianas como Juiz de Direito. As pistas sobre sua leitura serão seguidas considerando-se as relações entre texto jurídico e texto literário em seus textos publicados. Para seguir essas pistas, deve-se levar em consideração a noção de apropriação, pela qual se admite que *“as práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas”*. (CHARTIER, 1990:137)

Para alcançar esse objetivo, o trabalho está dividido em cinco capítulos:

**Capítulo I** – Contribuições teórico-metodológicas de diferentes autores que, com suas idéias, conceitos e questionamentos orientam o estudo. Os autores são: Robert Darnton, Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Peter Burke, Sidney Chalhoub.

**Capítulo II** – Apresentação do objeto, do sujeito, das fontes, da metodologia a ser assumida no trabalho e problematização da pesquisa.

**Capítulo III** - Análises em torno da produção escrita do sujeito leitor – visão geral.

**Capítulo IV** – Análise de Sentenças produzidas por esse leitor.

**Capítulo V** – Análise de artigos produzidos por esse leitor.

## **1. - CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

Contribuições teórico-metodológicas na perspectiva da História Cultural indicam a possibilidade de uma abordagem da leitura feita por um único leitor entendido como sujeito que se relaciona com o texto escrito de um certo modo. Mostram ainda que é possível, pelas pistas deixadas pelo leitor, perceber qual é a extensão da influência dessa leitura em sua prática cotidiana, o uso que faz das leituras e das influências de seu meio.

Apontam para possíveis fontes a serem pesquisadas tais como cartas, processos bem como outros documentos em condições de enunciar uma prática social como a leitura.

Dão exemplos detalhados de análises dos documentos. Formas de se entender a pista de leitura deixada pelo leitor. Utilizam-se do paradigma indiciário de forma a confirmá-lo como método imprescindível na pesquisa qualitativa. Reafirmam o diálogo entre leitor e texto na construção de múltiplas leituras.

Para tal, destaca-se neste capítulo aspectos de alguns autores que contribuem para compreender aquilo que se denomina leitura em sua relação com a cultura.

## **1.1 – Carlo Ginzburg**

Carlo Ginzburg, um dos autores escolhidos, é um historiador contemporâneo e tem realizado pesquisas em documentos inquisitoriais, processos judiciais manuscritos dos quais constam sentenças, interrogatórios, cartas etc. Em uma de suas pesquisas no Arquivo da Cúria Episcopal, em Udine, cidade da Itália, encontrou referência a um réu de nome Domenico Scandella que o atraiu fortemente. Dessa atração surgiu a pesquisa que serve de apoio teórico e metodológico do presente trabalho.

### **1.1.1 - Menocchio, o moleiro<sup>1</sup> de Friuli**

Menocchio, como Domenico era mais conhecido, nasceu em 1532 na cidade de Montereale, onde sempre viveu com exceção de dois anos de desterro por uma briga (1564-65). Era casado, tinha filhos e sua profissão principal era a de moleiro.

Exerceu cargos administrativos em sua aldeia, o que revela, pelas exigências da época, que sabia ler, escrever e somar.

“No conjunto, a posição de Menocchio no microcosmo social de Montereale aparenta não ter sido das mais desprezíveis. Em 1581 havia sido podestà (magistrado) da aldeia e dos vilarejos ao redor (Gaio, Grizzo, San Leonardo, San Martino) e ainda cameraro, isto é, administrador da paróquia de Montereale, em data não-precisada.” (1987:40)

---

<sup>1</sup> Segundo o dicionário Aurélio: **Proprietário de moinho; moendeiro. Aquele que mói cereais profissionalmente.**



Tendo sido denunciado ao Santo Ofício em 1583, Menocchio respondeu a dois longos processos no período de quinze anos. Sobre ele pesava a acusação de heresia. Em fevereiro de 1584, Menocchio foi preso e levado algemado para os cárceres do Santo Ofício: era seu primeiro interrogatório.

Os interrogatórios aos quais Menocchio e seus conterrâneos de alguma maneira envolvidos no processo foram submetidos possibilitaram conhecer suas idéias que hoje talvez o fizessem ser considerado como louco, mas que naquela fase da História o levaram à condenação. Mesmo tendo sido orientado para não falar demais, demonstrou-se muito loquaz ao ser questionado pelos inquisidores. Deixou claro qual era sua visão de mundo. Isso lhe custou a vida. Menocchio foi queimado entre 1599 e 1601.

### **1.1.2 - Suas idéias**

Menocchio, com suas idéias inscritas nos processos que enfrentou é um testemunho do comportamento e das atitudes das classes subalternas do passado. É, dessa forma, um ícone para as pesquisas históricas. Os documentos dos dois processos sofridos por Menocchio mostram o homem que era, com suas idéias, sentimentos, sonhos, expectativas de vida. Defendia suas idéias com unhas e dentes, parecia não se importar com a possibilidade de morrer e, por meio dos documentos da Inquisição foi possível saber

“...quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos.

De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós.” (1987:12)

Essa documentação permite constatações gerais sobre sua vida e, especificamente, sobre o leitor Menocchio. Com suas atitudes, crenças, comportamentos tem ajudado a decifrar a cultura de classes subalternas de uma época. Traz à discussão um conhecido antigo dos historiadores: a cultura das classes subalternas e das classes dominantes, a circularidade entre esses dois níveis de cultura.

Uma das grandes questões a serem enfrentadas é a de que a cultura das classes subalternas não tem registro escrito direto, passam sempre pelo crivo daqueles que escrevem sobre pensamentos, crenças, esperanças de camponeses, mas que normalmente pertencem à cultura dominante.

As confissões de Menocchio são uma espécie de fonte que permite acesso ao que realmente pensava e, dessa forma, à cultura de sua época, pois embora fosse considerado único por seus conterrâneos, essa distinção não evita a semelhança:

“Não podemos considerá-lo um camponês ‘típico’ (no sentido de ‘médio’, ‘estatisticamente mais freqüente’) do seu tempo: seu relativo isolamento na comunidade deixa isso claro. Aos olhos dos conterrâneos Menocchio era um homem, ao menos em parte, diferente dos outros. Mas essa singularidade tinha limites bem precisos: da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um.”(1987:25)

Feita esta consideração é que se pode afirmar que um indivíduo, até mesmo um caso limite como o do moleiro friulano, é representativo. As referências de Menocchio a suas leituras apontam para a sua relação com o texto, sinalizam as interferências da cultura predominantemente oral na sua fruição. É a figura do leitor dentro do seu

tempo e do seu contexto social convergindo para uma efetiva construção de uma história das idéias.

As idéias de Menocchio, referidas aos inquisidores, são fruto dos textos lidos, mas suas origens estão na tradição oral. Esse encontro explosivo da tradição oral e do contato com textos escritos foi possibilitado pelo advento da imprensa e pela Reforma. Pelo acesso a textos escritos, Menocchio conseguiu organizar seu confuso mundo das idéias e, pela Reforma, encheu-se de ousadia para falar, para difundir suas opiniões e discutir com seus conterrâneos tentando impô-las.

Em suas prédicas, maldizia os padres, não reconhecia a hierarquia eclesiástica e geralmente encaminhava suas conversas ou discursos para referir-se a Deus e, na visão da Igreja, proferir heresias.

Após a denúncia que levou Menocchio ao Tribunal do Santo Ofício, suas idéias e visão de mundo foram sendo repetidas interrogatórios a fora. Em especial, tem-se o registro do interrogatório de 28 de abril de 1584, em que o moleiro se pôs a falar e ele mesmo admitiu que “falaria tanto que iria surpreender”.

Denunciou a opressão dos ricos sobre os pobres por meio da língua (uso do latim nos tribunais). Falou, como sempre, contra os padres e o poderio econômico da igreja. Esse discurso, embora presente na análise de um caso concreto, era representativo de um discurso mais amplo – os Evangelhos<sup>2</sup> que apresentavam uma religião diferente da que via na Igreja Católica de então.

Suas leituras dos Evangelhos e a interpretação que deu a elas fizeram-no explodir violentamente contra seus inquisidores:

“E vocês, padres e frades, querem saber mais do que Deus; são como o demônio, querem passar por deuses na terra, saber tanto quanto Deus da mesma maneira que o demônio. Quem pensa que sabe muito é quem nada sabe.”(1987:48)

---

<sup>2</sup> Composto por quatro livros do Novo Testamento da Bíblia Sagrada: Mateus, Marcos, Lucas e João. Estavam mais disponíveis em função do advento da Imprensa.

E altercou sem reservas sobre assuntos como o batismo, crisma, casamento, ordenação, extrema-unção, confissão, hóstia, origem de Deus e do universo dando material farto para que fosse considerado um herege:

“Eu disse que segundo meu pensamento e crença tudo era um caos, isto é, terra, ar, água, fogo e juntos, e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos. A santíssima trindade quis que aquilo fosse Deus e os anjos, e entre todos aqueles anjos estava Deus, ele também criado daquela massa, naquele mesmo momento...”(1987:43)

Ao mesmo tempo em que defendia idéias aparentemente em acordo com a Bíblia também era a ela contrário. Acreditava que a Sagrada Escritura foi dada por Deus, mas sofreu adaptações dos homens: *“Acho que a Sagrada Escritura tenha sido dada por Deus, mas, em seguida, foi adaptada pelos homens.”* (1987:50)

Para esse leitor, o fato de os evangelistas contarem o mesmo fato de forma diferente, revela que parte do Evangelho é verdadeira e parte é “coisa da cabeça” de seus escritores. Chegou a afirmar que a Sagrada Escritura fora uma criação com o objetivo de enganar os homens.

### **1.1.3 - Origem das idéias**

O moleiro de Friuli existiu em um momento de imbricadas forças políticas, sociais e econômicas próprias do feudalismo. Compreendia sua condição de camponês como em oposição aos nobres da época. Uma

visão que dividia a sociedade entre pobres e ricos, sendo que ele, Menocchio, era pobre.

O inconformismo de Menocchio com o poderio político e religioso parece estar ancorado na Reforma Protestante, no entanto ao se olhar detalhadamente para suas afirmações percebe-se vínculo com o movimento anabatista<sup>3</sup> que se alastrou pela Itália antes de seu declínio no século XVI.

Como as afirmações de Menocchio, segundo testemunhas, não eram restritas àqueles anos em que respondeu ao Santo Ofício, mas já ocorriam há anos, é possível acreditar que tenha tido contato com grupos anabatistas que funcionaram secretamente na região.

Mas não é só, o moleiro não estava preso às crenças radicais dos anabatistas cujo único livro de crença era a Bíblia. Sua inspiração vinha da leitura de outros livros como o *Fioretto della Bibbia*, *Decameron*, *Il Sogno di Caravia*, *Il Lucidario*, *Historia de Giudicio*, *Il Cavallier Zuanne de Mandavilla*, *Il Suplimento delle cronache*, *Cento novelle*, de Boccaccio, o *Alcorão* e outros ainda que, por ação da Inquisição, foram apreendidos sem que deles haja qualquer registro.

Essa literatura, com exceção do *Fioretto della Bibbia*, que foi comprado pelo moleiro, circulava entre os leitores de Montereale. Essa informação indica que Menocchio não escolhia os livros que lia, mas lia os que tinha à sua disposição. Havia então, à época, uma espécie de biblioteca circulante a que não só o moleiro tinha acesso, mas também seus conterrâneos.

Assim que pertinente é pensar não só no que este leitor lia, mas como lia:

“Mais do que o texto, portanto, parece-nos importante a chave de sua leitura, a rede que Menocchio de maneira inconsciente

---

<sup>3</sup> Os anabatistas, segundo o *Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos*, de Antônio Carlos do Amaral Azevedo, são cristãos que, desde os primeiros momentos da Reforma Protestante dela discordou em numerosos pontos. Suas idéias centrais eram de que os escolhidos por Deus deveriam romper com o mundo e construir comunidades de povos onde entrariam através do novo batismo. Para eles, o batismo só tem validade quando realizado na idade adulta. Devido ao radicalismo exacerbado desses grupos, foram perseguidos indiscriminadamente por católicos e protestantes.

interpunha entre ele e a página impressa – um filtro que fazia enfatizar certas passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória de Menocchio deformando sua leitura. Essa rede, essa chave de leitura, remete continuamente a uma cultura diversa da registrada na página impressa: uma cultura oral.”(1987:80)

A maneira de ler de Menocchio foi detalhadamente pesquisada por GINZBURG (1987) que dispôs essa análise por meio de exemplos de complexidade crescente em sua obra *O queijo e os vermes*. Essa análise conclui

“...como Menocchio lia seus livros: destacava, chegando a deformar palavras e frases; justapunha passagens diversas, fazendo explodir analogias fulminantes. Toda vez que confrontando os textos com suas reações a eles, fomos levados a postular que Menocchio possuía uma chave de leitura oculta que as possíveis relações com um ou outro grupo de heréticos não são suficientes para explicar. Menocchio triturava e reelaborava suas leituras, indo muito além de qualquer modelo preestabelecido. Suas afirmações mais desconcertantes nasciam do contato com Giudicio. Não o livro em si, mas o encontro da página escrita com a cultura oral que formava, na cabeça de Menocchio, uma mistura explosiva.”(1987:103)

Graças a esse esforço para entender o modo de ler de Menocchio transmitidos por meio de uma vasta exemplificação, decifrar o que parecia indecifrável – sua cosmogonia – se torna uma tarefa possível. Não que a mesma se fundasse tão somente no texto escrito, não, é proveniente da cultura oral, de um encontro poderoso dessa cultura oral com a página escrita.

#### **1.1.4 - A maneira de ler de Menocchio**

GINZBURG (1987) inicia sua série de exemplos da maneira de ler de Menocchio a partir de uma afirmação que fez em seu primeiro interrogatório. Nela, Menocchio explica que Maria era chamada de

virgem porque estivera no templo das virgens. Menocchio separa um detalhe do texto a que faz alusão, provavelmente do livro Rosário della gloriosa Vergine Maria, do autor domenicano Alberto da Castella. No texto, no entanto, não há afirmação de que a Virgem Maria tenha recebido esse epíteto só porque esteve nesse templo, pelo contrário o texto dá a Maria uma aura sobrenatural que a torna única, isolada das companheiras:

“De qualquer maneira, mesmo sem deformar as palavras, inverteu os significados. No texto, a aparição dos anjos isolava Maria das companheiras, conferindo-lhe uma aura sobrenatural. Para Menocchio o elemento decisivo era, ao contrário, a presença das outras virgens, que lhe servia para explicar da forma mais simples o epíteto atribuído tanto a Maria quanto às outras companheiras. Desse modo, um detalhe acabava se tornando o centro do discurso, alterando, assim, todo o seu sentido.

Nesse exemplo, Menocchio altera o sentido do texto ao se ater a um detalhe em detrimento do todo. Transforma o texto de Varagine em seu contrário.

Menocchio, afirmou em um de seus interrogatórios que a imperatriz era mais importante que Nossa Senhora. Essa afirmação adveio da leitura que fez de um episódio do livro de Jacopo da Varagine intitulado o Legendário delle vite de tutti santi. Nessa narrativa, o autor exalta a Virgem Maria depois de afrontas que seu cadáver sofreu enquanto era levado para o sepultamento. Menocchio, no entanto deixou de lado a exaltação feita a Maria e sua virgindade e retém a desonra feita a ela enquanto passava. Dessa forma acreditava que a imperatriz não poderia ser desonrada enquanto passava.

A descrença de Menocchio a respeito da concepção de Jesus pelo Espírito Santo fez dele um leitor arbitrário e parcial. Procurava confirmação para aquilo que já acreditava e ignorava o que não interessava. Um exemplo dessa faceta de sua leitura está nas referências que faz ao livro Fioretto della Bibbia. Usa a favor de suas crenças o fato de José chamar Jesus de filho para defender que não poderia mesmo ter sido gerado pelo Espírito Santo, mas ignora os milagres realizados por Jesus e descritos na página anterior do mesmo livro.

Em suas leituras, o moleiro de Friuli passa, num dado momento, a fazer deduções que, se por um lado é um procedimento de reelaboração da leitura mais complexo, revela uma intensidade radical e a influência de grupos heréticos da época, claramente a influência de anabatistas. Ao interpretar o ensinamento bíblico de que quando se faz bem ao próximo se demonstra amor a Deus, Menocchio deduz que “se Deus é o próximo, porque disse ‘Eu era aquele pobre’, é mais importante amar ao próximo que amar a Deus.”

Pelos processos que sustentaram a pesquisa de GINZBURG (1987) se percebe que o moleiro leu um número reduzido de livros. Dessa forma a leitura do mesmo texto se repetiu durante os vários anos de forma a fermentar em sua cabeça, de forma a permitir elaborações e reelaborações, fundições, transposições e modelações, deformações agressivas:

“Tudo que vimos até agora demonstra que Menocchio não reproduzia simplesmente opiniões e teses de outros. Seu modo de lidar com os livros, suas afirmações deformadas e trabalhosas são sem dúvida sinais de uma reelaboração original. É evidente que esta não partira do nada. Cada vez com mais nitidez, vemos como ali se encontram, de modos e formas a serem ainda precisados, correntes cultas e correntes populares.”(1987:101)

No entanto, a leitura de um número pequeno de livros não reduziu sua criatividade, o moleiro era livre em suas leituras, seu raciocínio se movimentava por entre os textos fazendo deles o uso que bem entendesse. Ainda mais porque essa característica de sua leitura, a repetição, possibilitava o conhecimento de passagens textuais: *“Mesmo não tendo o volume à mão, Menocchio se lembrava muito bem – até mesmo literalmente – do seu conteúdo.”*(1987:133)

E não hesitava em se apropriar dos conteúdos de suas leituras. Seus discursos, tanto para os magistrados como para os seus pares eram repletos de palavras, imagens, metáforas, conceitos tirados dos livros. O discurso de Menocchio, no entanto, passava por elaborações na medida em



que nos interrogatórios pelos quais passou tratou a linguagem dando a ela sofisticação.

### **1.1.5 - Menocchio por imagens e metáforas**

GINZBURG (1987) após analisar as leituras de Menocchio por meio de exemplos retirados dos interrogatórios, conclui seu livro voltando-se para a questão da cosmogonia do moleiro. A linguagem utilizada por Domenico para explicar sua cosmogonia é densa e repleta de metáforas relacionadas ao cotidiano, possivelmente provenientes das leituras feitas, da cultura oral e de suas próprias experiências cotidianas:

“Mas no caso de Menocchio é impossível não pensar em transmissão direta – transmissão oral, de geração para geração. Essa hipótese parece menos improvável se pensarmos na difusão – durante os mesmos anos e justamente no Friuli – de um culto de base xamanista como o dos benandanti. A cosmogonia de Menocchio se localiza nesse terreno, ainda quase inexplorado, de relações e migrações culturais.”(1987:112)

O uso de metáforas e imagens caracterizam a linguagem de Menocchio. Não são utilizadas em seus discursos com a finalidade didática própria dos livros a que teve acesso, pelo contrário, são tomadas ao pé da letra e revelam o que realmente pensava.

Uma das metáforas mais conhecidas para os que de alguma forma foram apresentados ao moleiro de Friuli é a metáfora do queijo e os vermes:

“Eu disse que segundo meu pensamento e crença tudo era um caos (..) e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surge os vermes, e esses foram os anjos. A santíssima majestade quis que aquilo fosse Deus e os outros, anjos, e entre todos aqueles anjos estava Deus, ele também criado daquela massa, naquele mesmo momento...”(1987:105)

Usada para explicar a origem do universo, essa metáfora pode ser a confluência dos três elementos já mencionados: suas experiências do cotidiano, uma vez que por inúmeras vezes deve ter ele próprio visto fazer ou feito queijos; das leituras feitas, possivelmente tenha lido A Divina Comédia de Dante; da cosmogonia de outros povos, transmitida por meio de mitos contados de geração em geração. Mas para Menocchio o queijo era queijo mesmo os anjos vermes.

Dentre as tantas imagens referidas por GINZBURG (1987:137), uma é especialmente interessante: *“Eu acredito que seja um lugar que circunde o mundo inteiro e que dali se vejam todas as coisas do mundo, até mesmo os peixes do mar: e quem está ali é como se estivesse numa festa (...)”*

Menocchio fala do paraíso e, provavelmente a idéia de paraíso tenha saído das páginas de Mandeville.

Para ele, que vinha sofrendo com todo esse processo inquisitorial, restava o sonho de um mundo novo. Essa, mais uma de suas metáforas, referia-se a uma nova sociedade em que a religião se reduziria ao mandamento “conhecer Deus, agradecer-lhe e amar o próximo”, em que haveria abundância, prazeres trazidos por bens materiais e ausência do trabalho.

Também essa metáfora é fruto de suas leituras, provavelmente de poemas que circulavam na época, das influências da Reforma e de mitos muitos antigos que revelavam a existência de um tempo em que o bem-estar era realidade na vida das pessoas.

#### **1.1.6 – Contribuições teórico-metodológicas de Carlo Ginzburg**

A pesquisa desenvolvida por Ginzburg (1987) se baseia em um único sujeito cujas idéias e leituras ficaram registradas em dois processos inquisitoriais que sofreu. Os documentos pesquisados incluem todo o conteúdo dos autos, entre os quais os interrogatórios, textos escritos por Menocchio, sentenças, conclusões de diligências do Santo Ofício.

Embora único, esse sujeito, como já discutido, não pode ser considerado isolado de seu tempo. Em alguma medida sempre representará as idéias e anseios de seu meio social e cultural.

Esse sujeito foi único, no entanto, no momento em que decidiu falar e escrever, em que revelou não só as leituras que fez, mas como as fez se transformou num marco para as pesquisas que se interessam pela história das idéias, pela história da leitura e por seus leitores. E GINZBURG (1987) foi espetacular ao cotejar, comparar, confrontar as leituras de Menocchio, procurando decifrar sua maneira de adulterar os textos a que teve acesso, buscando as operações que fez ao recriar de forma tão inusitada, ao compreender de modo diferente do esperado aquilo que lia.

Não se limitou a mostrar o que Menocchio efetivamente leu, mas também o que criou e baseado em que criou, uma vez que as coisas que o moleiro afirma que “tirou da sua própria cabeça” têm origem em seu contexto social, histórico e também na tradição oral. Por imagens e metáforas deu conta da visão de mundo de um moleiro do Século XVI.

A pesquisa, além de enunciar fontes possíveis de serem investigadas, tem ainda a destreza de demonstrar um método de análise dessas fontes para melhor compreensão do objeto. Toda menção a textos feita pelo moleiro nos interrogatórios aos quais é submetido e em seus textos é levado em conta para traçar sua história de leitura e os efeitos que essas leituras processaram em sua vida. Suas leituras interessaram à inquisição para condenar, no caso da pesquisa de GINZBURG (1987), interessou para revelar o que lia e como lia esse homem que, antes de ser um moleiro ou um condenado pela inquisição, é um leitor que muito pode influenciar as pesquisas de hoje em torno desse tema.

Além de uma contribuição metodológica, o caso de Menocchio inspira pesquisas de leitores e leituras antes ignorados. CORRÊA (1999), em sua dissertação, esclarece:

“Entre nós, a história cultural tem inspirado a produção de alguns estudos que tentam imprimir um outro tom às investigações sobre a história da leitura no Brasil. Dentre esses estudos, há que se destacar os trabalhos desenvolvidos por Moysés (1995), em torno das práticas de leitura no Brasil do séc. XIX, e de Abreu que, após analisar porcentagens e documentos sobre a situação da leitura no Brasil colônia, revela (ao contrário do que alguns dados podem sugerir) a existência de um considerável público leitor. (...), Abreu se depara com um quadro onde a inexistência de uma determinada leitura e de um tipo peculiar de leitor reclamados por intelectuais da época contrasta com a existência de um outro tipo de leitor que lança mão de maneiras de ler e de um conjunto de textos que fogem completamente ao modelo de leitura erudita imaginado e desejado pelos grandes intelectuais de então.” (1999:36)

Tendo-se o caminho para a pesquisa, a indicação de fontes, objetos e sujeitos possíveis, o ânimo é outro e vem acompanhado de companhias bem estimulantes para que esse tipo de investigação prossiga no meio em que há interesse pela leitura, quer na vertente da história da leitura no passado quer pela forma como ela se dá na contemporaneidade.

Dentro ainda das contribuições teórico-metodológicas, é necessário e, mais que isso, de grande interesse conhecer pormenorizadamente o modelo de fazer pesquisa utilizado. GINZBURG (1989) mostra esse modelo calcado nos sinais deixados, nas minúcias, nos detalhes.

## **1.2 – Robert Darnton**

Robert Darnton, historiador e pesquisador norte-americano, é professor de História da Universidade de Princeton, pertence à História Nova e é um de seus mais importantes representantes. Em suas pesquisas demonstra interesse pela maneira como as pessoas comuns do Século XVIII, na França, entendiam o mundo.

Para Robert Darnton, no livro *O Grande Massacre dos Gatos*, no capítulo *Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica*, a questão da leitura se constitui num grande desafio:

“A leitura ainda permanece um mistério, embora a façamos todos os dias. A experiência é tão familiar que parece perfeitamente compreensível. Mas se pudéssemos realmente compreendê-la, se pudéssemos compreender como elaboramos o significado a partir de pequenas figuras impressas numa página, poderíamos começar a penetrar num mistério mais profundo – saber como as pessoas se orientam no mundo dos símbolos tecido em torno deles por sua cultura. Mesmo assim, não poderíamos presumir que sabemos a maneira como outros povos leram, em outras épocas e em outros lugares.” (1986:277)

Para desenvolver suas pesquisas recorreu aos Arquivos do Antigo Regime. Nessa documentação procurou decifrar a visão de mundo da época por meio da leitura e dos leitores. Nesse intento, foi que encontrou um dossiê, o único do gênero nos arquivos da França e da Suíça e nele o registro da leitura de um burguês da época cujo nome era Jean Ranson:

“Encontrei por acaso um leitor de classe média abastada em minha própria pesquisa sobre a França do século dezoito. Era um comerciante de La Rochelle, chamado Jean Ranson e um rousseauísta apaixonado. Ranson não apenas leu Rousseau e se emocionou; ele incorporou as idéias de Rousseau na estrutura de sua vida, quando montou seu negócio, apaixonou-se, casou-se e educou seus filhos.” (1992:201)

DARNTON (1986), por meio de Jean Ranson, contribui para a pesquisa em torno do leitor, seja ele quem for, e seus registros de leitura:

“...Uma história da leitura – se, algum dia, for escrita – registrará o elemento estranho na maneira como o homem entendeu o mundo. Porque a leitura, ao contrário da carpintaria ou do bordado, não é meramente uma habilidade: é uma ativa elaboração de significados dentro de um sistema de comunicação. Entender como os franceses liam livros, no século XVIII, é entender como pensavam – ou seja, como pensavam aqueles, entre eles, que podiam participar da transmissão do pensamento por meio dos símbolos impressos.” (1986:279)

### **1.2.1 – Jean Ranson, um comerciante de La Rochelle**

Jean Ranson era um comerciante de La Rochelle. Assumiu os negócios da família na comercialização da seda depois da morte de seu pai. Morava com sua mãe em La Rochelle, no coração da comunidade protestante.

A família de Ranson era próspera e ele mesmo herdou uma boa soma de seu pai. À sua herança somaram-se os dotes que recebeu de seus dois casamentos.

Com o aumento de sua fortuna e o desenvolvimento de seus negócios, passou a ocupar lugares de destaque em sua cidade: oficial da casa da moeda local, diretor do hospital que seu pai fundara em 1765, supervisor da beneficência aos pobres, conselheiro do município.

Jean Ranson representava a burguesia provinciana, era sério, muito trabalhador, rico. Estudou nos melhores colégios de orientação calvinista, foi nessa época que teve contato com Frédéric-Samuel Osterwald, erudito que se tornou editor e com que Jean Ranson mantinha contato por meio de cartas nas quais fazia seus pedidos de livros e contava sobre sua vida pessoal.

Jean Ranson morreu aos setenta e cinco anos, em 1823.

### **1.2.2 – As leituras de Jean Ranson**

A pesquisa de DARNTON (1986) sobre os leitores e suas leituras no Século XVIII revelam íntima relação entre a leitura e a vida. Muito mais que hoje, a compreensão da vida se enlaçava com as leituras:

“...Uma história da leitura – se, algum dia, for escrita – registrará o elemento estranho na maneira como o homem entendeu o mundo. Porque a leitura, ao contrário da carpintaria ou do bordado, não é meramente uma habilidade: é uma ativa elaboração de significados dentro de um sistema de comunicação. Entender como os franceses liam livros, no século XVIII, é entender como pensavam – ou seja, como pensavam aqueles, entre eles, que podiam participar da transmissão do pensamento por meio dos símbolos impressos.” (1986:279)

Saber o que Jean Ranson lia não é apenas fazer uma lista de títulos, é entender a reação desse leitor diante de suas leituras. Uma lista de livros de uma biblioteca particular pode ajudar na construção do perfil do leitor:

“Mas a maioria de nós concorda que um catálogo de uma biblioteca particular pode servir como um perfil do leitor, ainda que não tenhamos lido todos os livros que nos pertencem e tenhamos lido muitos livros que nunca adquirimos. (...) E o estudo das bibliotecas particulares tem a vantagem de unir “o quê” como “quem” da leitura.” (1992:208)

Ao se tratar o tema da leitura nesses termos, entende-se a leitura não como uma mera habilidade, mas como uma possibilidade de estabelecer significados que variam segundo circunstâncias sociais, econômicas, culturais.

Jean Ranson deixou registros não apenas do que leu, mas também dos significados dessas leituras para ele, reafirmando que o significado de um texto não se reduz ao escrito, mas é construído por seu leitor. Conhecer as leituras de Jean Ranson é também um esforço para entender o que significou para ele ler Rousseau no Século XVIII, especialmente ler La Nouvelle Héloïse.

As correspondências de Jean Ranson com a STN, Société Typographique de Neuchâtel, importante editora su  a de livros franceses no período pré-revolucionário, continham, além de seus interesses e pedidos de livro informações sobre sua vida familiar. A lista de livros é bastante longa. Dessa forma serão citadas as categorias encontradas nas compras de Ranson.

***Literatura infantil e pedagogia.*** Correspondem a quase um terço das compras de Ranson e podem ser entendidas por seu interesse na educação de seus filhos.

***Religião.*** Ranson era protestante e tinha interesse por novas edições da Bíblia protestante e por sermões de pastores suíços e holandeses.

***História, viagens e não-ficção em geral.*** Nessa categoria, Ranson dava preferência aos títulos mais sentimentais e moralistas.

***Belles-lettres.***   nessa categoria que se encontra o maior interesse da pesquisa de DARNTON (1986), uma vez que nela aparece a sua predileção de Jean Ranson por Rousseau. Jean-Jacques Rousseau não ocupou mais espaço apenas nas prateleiras de livros de Ranson, era o centro de suas discussões nas cartas que enviava   STN.

Ranson lia tudo que podia encontrar sobre Rousseau:

“ Ranson devorava tudo que conseguia encontrar de Rousseau. Encomendou duas edições das obras completas e uma série de doze volumes das obras póstumas. A primeira edição, publicada por Samuel Fauche, de Neuchâtel, em 1775, foi a melhor que Ranson pôde obter com Rousseau ainda vivo, mas tinha apenas onze volumes in-oitavo. A segunda, publicada pela Société typographique de Gen ve, em 1872, chegava aos trinta e um volumes e continha muitas obras até aquele momento inéditas. Ranson pediu que a edição lhe fosse enviada sem encadernação, apenas costurada,...” (1986:285)

Ranson era um leitor rousseauísta, uma espécie de leitor que surgiu no século XVIII e que se lançava em suas leituras com uma ânsia própria de quem vai guerrear ou vai enfrentar dem nios. Ranson era um leitor



que demonstrava a visão de mundo de seu autor predileto, Rousseau, em sua vida cotidiana. É uma relação entre o leitor e a palavra escrita, uma relação entre leitor e escritor que ultrapassava os limites literários.

Para entender, então, como Ranson lia, é necessário antes entender como Rousseau idealizava seu leitor e como conseguiu transmitir essa concepção aos leitores da época.

### **1.2.3 - O leitor de Rousseau**

Segundo DARNTON (1986), a leitura é um tema constante nas obras de Rousseau. Há narrativas sobre suas recordações de leitura na infância. Nela lia com seu pai por noites inteiras, sem parar, até que concluíssem o volume. Para Rousseau, os livros deveriam ser digeridos de tal forma que seriam também absorvidos pela vida e, em suas obras, orientava seu leitor na forma como abordar seus livros, guiava-os dentro dos textos, usava sua retórica para orientar o leitor e dava ao leitor um papel a ser desempenhado.

O leitor de Rousseau deveria ler seus textos como verdade incontestável, como se lesse a própria Palavra de Deus. Dessa forma, as cartas escritas por seus personagens no *La Nouvelle Héloïse* eram lidas como se fossem autênticas e exigiam de seu leitor uma relação de fé com o autor do texto. Estava-se diante de uma relação sem mediações entre leitor e escritor. Isso explica porque, em várias cartas, Jean Ranson se refere a Rousseau como “l’Ami Jean-Jaques”. Os escritos de Rousseau fascinam tanto quanto o próprio Rousseau:

“Assim, o grande inimigo do ‘método’ na verdade tinha um método próprio, o que aprendera com seu pai. Consistia em ‘digerir’ os livros tão completamente que se tornavam absorvidos pela vida. Mas Rousseau não descrevia simplesmente a leitura tal como era feita por ele e pelos personagens de seus livros. Orientava, também, a leitura de seus leitores. Mostrava-lhes como abordar seus livros. Guiava-os dentro dos textos, orientava-os com sua retórica e os fazia desempenhar um certo papel. Rousseau até tentou ensinar seus leitores a ler e, através da leitura, tentava tocar suas vidas interiores. Esta estratégia requeria uma ruptura com a literatura convencional. Em vez de se esconder por trás da narrativa e puxar as cordas para manipular os personagens, à maneira de Voltaire, Rousseau jogava-se em suas obras e esperava que o leitor fizesse o mesmo. Transformou a relação entre escritor e leitor, entre o leitor e o texto. Para podermos fazer uma idéia adequada desta transformação, devemos ser capazes de imaginar o leitor ideal, buscado por Rousseau, e depois comparar esse ideal com um indivíduo real, o leitor Jean Ranson.” (1986:294)

Rousseau desejava que seus leitores o lessem não pelo prazer da leitura, mas para lidar com a vida. Ranson era esse leitor. As suas cartas a Ostervald dão conta disso.

Numa de suas cartas, Jean Ranson escreveu:

“Tudo que l’Ami Jean-Jaques escreveu sobre os deveres dos maridos e esposas, de mães e pais, teve um profundo efeito sobre mim; e confesso-lhe que me servirá como norma, em qualquer destes estados que eu deva ocupar.” (1986:303)

Era desejo profundo de Jean Ranson absorver tudo o que pudesse de seu amigo Rousseau e expressá-lo em sua vida cotidiano. Tanto que, mesmo depois da morte de Rousseau, Ranson o homenageou dando a seu filho o nome de Emile: “*O pequeno Emile seria um testemunho vivo da fé de seus parentes na doutrina de Rousseau sobre a educação e a natureza humana em geral.*”(1986:307)

Não só o nome de seu filho foi inspirado na obra de Rousseau, o próprio modelo de educação que escolheu para seus filhos era inspirado nas premissas desse autor de que as crianças eram naturalmente boas.

Todas as cartas de Ranson seguem o tom de intimidade, sentimentalidade e moralidade estabelecido por Rousseau para seus leitores:

“O resto das cartas do dossiê tem o mesmo tom – sérias, íntimas, sentimentais e moralistas -, o tom estabelecido por Rousseau para os leitores em toda parte, por mais diversas que fossem as circunstâncias de suas vidas.”(1986:309)

Trata-se de um burguês, um homem comum para sua época cuja visão de mundo foi influenciada por suas leituras, cuja prática cotidiana e reações foram penetradas pela concepção de mundo de seu autor favorito.

Os estudos de DARNTON mostram ainda que Jean Ranson não era nenhuma aberração para a época. O leitor rousseauísta era bastante comum na França do século XVIII:

“Mas os leitores comuns de todos os escalões da sociedade perderam a cabeça. Choravam, sufocavam, vociferavam, examinavam em profundidade as suas vidas e decidiam viver melhor, depois aliviavam seus corações com mais lágrimas – e em cartas a Rousseau, que colecionava seus testemunhos num imenso maço;...”(1986:310)

Está claro que o leitor rousseauísta dirigia sua vida de acordo com a letra impressa, forma de ler que hoje é impensável, abre caminho para se pensar a leitura e a maneira como os leitores reagem aos textos.

#### **1.2.4 – Contribuições teórico-metodológicas de DARNTON (1986, 1992)**

A pesquisa se atém a um único leitor que, no entanto, representa a tendência de leitura de uma época. As fontes em que essa pesquisa é feita, cartas enviadas ao editor da STN, dão a dimensão de que a produção escrita de um leitor pode revelar suas preferências no campo da leitura e sua visão de mundo.

O ensaio de DARNTON (1986) combina a maneira de pesquisar da história tradicional, feita com base em documentos encontrados em arquivos com a interpretação de textos mais voltada para a crítica literária, que considera o leitor no texto, que aponta para o significado de um texto fora dele.

Tem-se assim uma produção escrita de um leitor que pode ser analisada com o enfoque dessas duas correntes. As fontes têm valor para História na sua maneira mais tradicional de pesquisa, mas também podem ser focadas do ponto de vista literário, buscando-se o leitor e sua relação com o texto.

### **1.3 – Sidney Chalhoub**

Historiador brasileiro, CHALHOUB (1990) em seu texto *Zadig e a história* reuniu as pesquisas de DARNTON (1996) e GINZBURG (1987) para ressaltar que ambas fizeram uso de uma sistemática: por meio de grande esforço de decodificação e entendimento de documentos de acordo com o seu tempo, tenta entender as práticas culturais de uma época:

“Aqui tudo começa com a premissa de que a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura.”(1990:16)

CHALHOUB (1990) admite também ter recorrido a esse método para seus estudos e o faz apresentando o incrível Zadig.

Zadig, o nome do personagem que aparece no título do texto, é um sábio da Babilônia que protagoniza o livro de Voltaire. Cansado de aturar sua mulher se colocou a observar a natureza. Protagonista de um episódio em que o cachorro e o cavalo do rei haviam fugido, foi interpelado pelos perseguidores dos animais. Ao mesmo tempo em que afirmou nunca ter visto os animais, deu-lhes detalhes minuciosos de como eram. Preso por ser considerado o ladrão dos animais, explicou aos juízes como, *“a partir dos rastros ou dos vestígios deixados pelos animais, ele fora capaz de construir descrições verossímeis da cadela da rainha e do cavalo do rei.”* (1990:17)

Na visão de CHALHOUB (1990), tanto no trabalho de DARNTON (1996) quanto no trabalho de GINZBURG (1987) dá-se importância para o detalhe, mesmo aqueles aparentemente marginais e irrelevantes podem ser considerados para se conhecer uma determinada realidade, conhecer significados que não seriam revelados de outra maneira. É assim que ele fez uma longa e minuciosa pesquisa no Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri no Rio de Janeiro sobre a escravidão.

As fontes da pesquisa foram processos criminais, num primeiro momento os encontrados nos maços ímpares e, depois, também os dos maços pares. Por fim, definiu sua pesquisa por um período: os maços referentes ao período que ia de 1870 a 1880. Foram lidos quinhentos processos e 137 foram minuciosamente fichados.

É assim que esse autor também indica que essa maneira de pesquisar, já minuciosamente identificada nos autores que contribuem metodologicamente para esse trabalho, é possível e leva a resultados importantes:

“Zadig não viu a cadela da rainha; ele observou os rastros deixados por ela, analisou-os à luz de seus conhecimentos, e foi capaz de construir uma imagem objetiva e verdadeira da cadela.” (1990:22)

Olhar para as fontes e analisá-las em suas minúcias requer a busca de conhecimentos que auxiliem essa análise e que são, muitas

vezes, externos a elas. Assim o fizeram os autores abordados até aqui e essa é uma contribuição latente do trabalho de CHALHOUB (1990).

#### **1.4 – O paradigma indiciário**

O paradigma indiciário, método de pesquisa qualitativa, foi empregado pelos três pesquisadores até aqui detalhados. Dessa forma merece maior atenção.

Para tanto escolheu-se um texto de GINZBURG (1989) que se atém ao tema com a profundidade necessária para o momento.

Segundo o autor, o paradigma indiciário tem origem muito antiga, remonta ao tempo em que o homem, ainda nômade e dependente da caça, fazia uso desse método:

“Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um bosque ou numa clareira cheias de ciladas.(1989:151)

Como método científico, o paradigma indiciário tem suas raízes no final do século XIX. Segundo o autor, diferentes áreas da ciência, por meio da observação de detalhes, autorizam análises qualitativas. A idéia de investigar o particular, o diferente aproxima a semiologia médica à crítica de arte, à psicanálise e à investigação policial, todas exemplificadas mostram como esse paradigma é “amplamente operante de fato” através do crítico de arte Morelli, do personagem de Arthur Conan Doyle, o detetive criminal Sherlock Holmes e do pai da psicanálise, Freud.

Tem-se um método que se firma nos detalhes, naquilo que aparentemente não tem importância, mas que, na verdade, são fundamentais para se chegar às conclusões tão relevantes na construção do conhecimento científico. Assim é que Morelli devolvia a seu autor verdadeiro obras atribuídas a outro pintor, que Sherlock Holmes desvendava crimes por meio de pistas e indícios imperceptíveis a olhares menos aguçados e que Freud interpretava os sintomas de seus pacientes.

Ao contrário das ciências galileanas, que advogam a formulação de conclusões a partir da comprovação estatística dos fatos, a aplicação científica do modelo indiciário em disciplinas qualitativas, recai sobre a análise de situações, casos, documentos individuais. Para o paradigma indiciário não importa a quantidade de dados obtidos, mas a sua relevância para o problema investigado, confirmando uma das características fundamentais das investigações qualitativas. O paradigma indiciário propõe que se formule hipóteses explicativas para aspectos da realidade que não são captados diretamente, mas sim por meio de sintomas, de indícios.

Assim, o paradigma indiciário dá relevância a eventos que permitem a explicitação da diversidade, até mesmo quando parece não existir. Tais eventos permitem novos entendimentos acerca da realidade por considerar aspectos subjacentes. Nessa tentativa de entender a realidade, tudo é indispensável. Os mínimos sinais devem ser percebidos com acuidade.

### **1.5 – Roger Chartier**

O autor, historiador francês contemporâneo, com uma extensa obra sobre a questão da leitura, contribui essencialmente com uma teoria sobre a leitura, suas práticas e representações:

“A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. (...) Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é

jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura.” (1997:77)

Os leitores, surpreendidos em suas várias práticas de leitura, mostram-se cada vez mais livres e mesmo as práticas menos reconhecidas socialmente têm o seu lugar entre as representações.

CHARTIER (1996) reconhece que uma história das práticas de leitura é dificultada pela raridade de vestígios diretos e pela complexidade de interpretação de vestígios indiretos.

Afirma, ainda, que mesmo em face das maiores dificuldades, a história da leitura tem apontado o manuseio de textos, suas decifrações e seus usos:

“Os mesmos textos e livros são objeto de múltiplas decifrações, socialmente contrastantes – o que deve levar, necessariamente, a completar o estudo estatístico de suas distribuições desiguais com aquele de seus usos e empregos. Acrescentar, portanto ao conhecimento das presenças dos livros aquele das maneiras de ler.” (1996:79)

Tem-se então a leitura intensiva, entendida como aquela que *“assegura eficácia ao texto, graças a um trabalho de apropriação lento, atento e repetido”*, a leitura oral e a silenciosa, a mística *“que enuncia suas regras, seus procedimentos lentos, penetrantes, suspensos, e seu itinerário...”*, a leitura sentimental do pré-romantismo *“que postula a emoção do leitor como condição da recepção correta do texto”*. (1996:89)

Tem-se ainda a leitura de foro privado, que desde a sociedade antiga é representada como dominante, e a leitura coletiva em que os iletrados a tem mediada por alguém que lê em voz alta.

É de se reconhecer que o estudo das maneiras de ler não é algo simples, além de se considerar o leitor, que raramente esclarece suas práticas em relação ao livro, é necessário considerar-se o suporte em que os



textos aparecem. Essa necessidade dificulta em muito a pesquisa, se bem que, por outro lado é mais um aliado na busca dos vestígios:

“Reconstruir as leituras ordinárias não é algo fácil, pois são raros os que, não sendo profissionais da escrita, confidenciaram qual era sua prática do livro. (...) É necessário, portanto, esclarece-los por outro enfoque, que retorna ao próprio objeto impresso pois trás em suas páginas e em suas linhas os vestígios da leitura (...). Um tal estudo, feito de *corpus* em *corpus*, não considera mais o impresso como um suporte neutro...” (1996:95)

Essa busca por vestígios de como as leituras acontecem deve considerar os suportes porque os mesmos trazem em si indicações, caminhos de como a leitura deve ocorrer. Um texto, ao ser escrito recebe as marcas de seu autor:

“...Com efeito, podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção.(...) Elas repousam em uma dupla estratégia de escrita: inscrever no texto as convenções, sociais ou literárias, que permitirão a sua sinalização, classificação e compreensão. (...) Existe aí um primeiro conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura ...”. (1996:96)

E, ao ser editado, recebe as marcas de seu editor que se sobrepõem às primeiras:

“Mas essas primeiras instruções são cruzadas com outras, trazidas pelas próprias formas tipográficas: a disposição e a divisão do texto, sua tipografia, sua ilustração. Esses procedimentos de produção de livros não pertencem à escrita, mas à impressão, não são decididos pelo autor, mas pelo editor-livreiro e podem sugerir leituras diferentes de um mesmo texto.” (1996:96)

Essas considerações importam na medida em que ajudam a pensar na estética da recepção na perspectiva segundo a qual a pluralidade de leituras de um mesmo texto é possível. Nessa perspectiva, as

diferenças individuais de cada leitor são consideradas, as apropriações diversas de um mesmo texto são admitidas.

Em artigo publicado pela Revista ALB, n. 30, 1997, Roger Chartier defende que a análise do texto literário, enquanto objeto essencial da história literária e da crítica textual, pauta-se no processo pelo qual leitores de obras escritas, espectadores de textos encenados e ouvintes de textos orais dão sentido aos textos de que se apropriam.

Para ele, a análise de textos literários ou crítica textual ancorada no processo pelo qual os leitores dão sentido aos textos lidos não se traduz em abordagem nova. Nasceu como contraponto à Nova Crítica e seu formalismo numa interpretação única do crítico literário.

O trabalho do crítico literário é importante, mas deve considerar, além do funcionamento automático e impessoal da escrita, os aspectos que implicam a interpretação de sentido que cada leitor faz de um texto.

Assim, o autor aborda a questão da produção de sentido, ora como uma relação dialógica entre proposições das obras e as categorias estéticas interpretativas de seus públicos, ora como uma dinâmica interação entre o escrito e quem dele se apropria (leitor), ou na perspectiva de “negociação” entre obras, discursos ou práticas de leitura, o que representam ao mesmo tempo as maneiras de entender os textos.

A história da leitura ajuda a pensar na distância que há entre o sentido atribuído pelo autor dos textos e seu leitor, ou seja, que o mesmo texto escrito, encenado ou lido, não tem o mesmo significado para os diferentes leitores que dele se apropriam. A interpretação de sentido pode ser uma ou outra, dependendo do suporte em que as letras estão fixadas; dos diferentes públicos, com seus gostos, suas tradições; ou da comunidade a que pertencem. Assim, CHARTIER (1997), estabelece uma relação entre a forma (suporte da escrita) e o sentido (interpretação) de um texto.

Uma outra questão a ser pensada é a de que a leitura possui uma história social e cultural e, de acordo com as capacidades, códigos e convenções de leitura próprias às diferentes comunidades de leitores, o mesmo texto muda seu sentido: *“Interrogar-se sobre as condições de possibilidades da leitura é interrogar-se sobre as condições sociais de possibilidades das situações nas quais se lê”* (CHARTIER, Revista ALB, n. 30, 1997).

Em outras palavras: remontar uma história da leitura e dos gêneros é considerar as diferentes apropriações dos textos, considerando o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”, o que significa pensar, de um lado, em seu autor e, de outro, no leitor, imerso na sua comunidade de interpretação.

## **2 – A PESQUISA**

**“Encontrei por acaso um leitor de classe média abastada em minha própria pesquisa sobre a França do século dezoito. Era um comerciante de La Rochelle, chamado Jean Ranson e um rousseauísta apaixonado. Ranson não apenas leu Rousseau e se emocionou; ele incorporou as idéias de Rousseau na estrutura de sua vida, quando montou seu negócio, apaixonou-se, casou-se e educou seus filhos.”**

**DARNTON(1992)**

### **2.1 – Sujeito**

A epígrafe deste capítulo, agora de forma parafraseada, apresenta o sujeito desta pesquisa:

**“Encontrei por acaso um leitor de classe média em minha pesquisa sobre leitura. Apaixonado por seus casos, não apenas os julgou, mas com eles se emocionou; ele incorporou as idéias dos textos lidos na sua vida profissional, de forma que os utilizou nos seus julgados e em lugares antes inusitados. Transformou a aridez dos textos jurídicos em solos férteis para uma história da leitura.”**

As informações sobre o sujeito leitor dessa pesquisa foram colhidas em seu Curriculum Lattes e por meio de rápidas abordagens a funcionários do Fórum de Campinas e da Pontifícia Universidade de Campinas – PUC. As informações técnicas, no entanto, não dão conta da relevante posição que esse leitor ocupa no contexto social em que vive. Em todas as abordagens feitas a funcionários do Fórum e da PUC nas tentativas de marcar entrevista e conseguir autorização para pesquisar suas sentenças, os comentários ouvidos são de que se trata de pessoa tida no mais alto conceito, estimada por todos.

Foi possível perceber que não se trata de um juiz inacessível, mas de um homem comum que se preocupa com os problemas que chegam às suas mãos por meio das sentenças de forma humanitária.

Trata-se de um Juiz de Direito na cidade de Campinas. Atua na 1ª Vara do Tribunal do Júri e é também o Juiz Presidente do Tribunal do Júri. Essas atribuições fazem com que exerça suas funções como juiz singular<sup>4</sup> e também como juiz no Tribunal do Júri<sup>5</sup>. Sua formação acadêmica se deu toda na área do direito em suas várias vertentes, tais como Júri<sup>6</sup>, Criminalística<sup>7</sup>, Medicina Legal<sup>8</sup>, Inquilinato<sup>9</sup>, Novas Teorias do Crime Culposos<sup>10</sup>, Código do Consumidor<sup>11</sup> e Encarceramento<sup>12</sup>.

---

<sup>4</sup> Decide em 1ª Instância e sozinho as ações que lhe chegam às mãos.

<sup>5</sup> Situações em que os crimes cometidos requerem a atuação do jurado.

<sup>6</sup> Por se o Presidente do Tribunal do Júri assume responsabilidades, especificadas por lei, que outros juízes não têm.

<sup>7</sup> Estudos referentes aos crimes.

<sup>8</sup> Parte da Medicina que tem seu enfoque nos aspectos legais.

Sua produção escrita está inserida dentro de grandes temas como saúde, violência, aborto, mulher, criminalidade, e estes, por sua vez relacionados uns aos outros. A participação em congressos, simpósios, fóruns etc repetem essa temática além de mostrarem sua atuação nos meios que discutem questões que envolvem essas temáticas como o meio médico, assistência judiciária, direitos reprodutivos, Direito como instrumento de paz social.

O contato com o sujeito da pesquisa se deu por acaso, por meio de interesse pela área jurídica e da leitura de sentenças que tratavam de abortamento.

Num primeiro momento, causou estranheza o fato de um juiz utilizar-se de tantos textos literários para escrever sentenças e textos da área jurídica. Isso é bastante raro, daí o interesse e a possibilidade de se estudar a história de leitura de um leitor/escritor que se mostra por meio das citações que faz em seus textos.

Essas considerações acerca de sua vida pessoal tem sua importância, pois a *“leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos”* e também porque *“uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura”*. (CHARTIER, 1994:13)

É importante ainda para estabelecer alguns contrastes próprios das comunidades de leitores salientar que:

“Essa abordagem pressupõe o reconhecimento de várias séries de contrastes: em primeiro lugar, entre as competências de leitura. (...) Aqueles que são capazes de ler textos não o fazem da mesma maneira, e há uma grande diferença entre os letrados talentosos e os leitores menos hábeis, (...). Há contrastes, igualmente, entre as normas e as convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos da interpretação. Contrastes, enfim, encontramos entre os diversos interesses e expectativas com

---

<sup>9</sup> Relacionado de locação de imóveis.

<sup>10</sup> Crimes cometidos sem a vontade do agente.

<sup>11</sup> Lei que disciplina as relações de consumo.

<sup>12</sup> Fase que sucede a condenação, conforme o crime cometido.

os quais os diferentes grupos de leitores investem a prática da leitura. Dessas determinações que governam as práticas dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos – e lidos diferentemente por leitores que não dispõem das mesmas ferramentas intelectuais, e que não mantêm uma mesma relação com o escrito.” (CHARTIER, 1994:13)

Esse leitor habilidoso em competências de leitura, que transita por diversos gêneros de discurso materializados no suporte impresso, familiarizado com textos legitimados em seu meio jurídico, mas também com textos reconhecidos pela tradição literária, é aquele que pertence a uma comunidade ideal de leitor no discurso social da leitura.

## **2.2 – OBJETO**

Interessa, por seu potencial para ajudar na construção de uma história contemporânea da leitura, como objeto de pesquisa, a leitura deste leitor registrada em documentos que ele próprio escreveu e escreve, ou seja, sua produção escrita. Entre os quais, sua obra pública encontrada em jornais, revistas e processos judiciais nos quais profere sentenças. O leitor aqui retratado escreve as sentenças e artigos da área jurídica e os escreve incluindo citações de textos de variados gêneros literários. Não utiliza apenas textos legais, o que seria suficiente no que se refere à finalidade dos textos e ao seu público leitor, mas traz para dentro de seus escritos marcas de sua leitura:

“De um lado, cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe. Aí temos que seguir Michel de Certeau, quando diz que o consumo cultural é, ele mesmo, uma produção – uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção. De outro lado, deve-se considerar o conjunto dos condicionamentos que derivam das formas particulares nas quais o texto é posto diante do olhar, da leitura ou da audição, ou das competências, convenções, códigos próprios à comunidade à qual pertence cada espectador ou cada leitor singular.”(CHARTIER, 1999:91)

As citações são os indícios, entre outros aspectos, reveladores da leitura desse sujeito. No universo textual jurídico, o comum é encontrar textos bastante objetivos, ou seja, desprovidos de quaisquer referências que não seja a legal, doutrinária ou jurisprudenciais. Nos textos desse juiz, no entanto, encontrou-se o uso recorrente e abundante de literatura extrajudicial. Quer-se aqui, com a análise das citações, saber qual a relação desse leitor com o texto escrito. O que lê e como lê são questões colocadas para a sua produção escrita. Talvez, as citações de obras literárias inseridas nos textos jurídicos e informativos/científicos possam sugerir a história de leitura desse leitor privilegiado.

A sua produção escrita pode também ajudar na tarefa de entender quais as imagens de escrita e de leitura desse leitor, tais informações poderiam ser levantados a partir da maneira como constrói seus textos, pela forma como seleciona informações, pela forma como se relaciona com outros textos. Não se pretende aqui, no entanto, analisar os sentidos atribuídos aos textos, mas o uso que é feito deles. Outra hipótese a ser levantada, é a do status dado ao texto literário, pode-se inferir que talvez, ao inseri-lo em meio a textos científicos e de sentenças, queira dar a ele um outro uso que não o de embelezamento, não o de preenchimento de um espaço.

Ao se deparar com esse objeto, depois de buscar ajuda em vários autores que trilharam caminhos semelhantes em pesquisas sobre a leitura, têm-se as seguintes questões a serem consideradas: quais as práticas de leitura desse leitor privilegiado, inserido em uma comunidade de leitores de grande prestígio social. Ao analisar as pistas de sua leitura, talvez seja possível perceber como ele lê e quais são suas práticas e representações. Talvez seja ainda possível se aproximar da forma como suas leituras funcionam em sua vida pessoal e profissional, a ponto de se perceber as aproximações feitas entre a ficção e a realidade, entre a linguagem literária e a jurídica.

## 2.3 – Metodologia

Esta investigação se propõe a analisar as práticas de leitura de um leitor, profissional da área jurídica, lançando mão das contribuições da História Cultural e , de forma especial, do paradigma indiciário discutido por GINZBURG (1989:143) e fundamentado na semiótica, *"emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas"*, configurou-se no final do século XIX, porém já era operante em esferas da atividade humana desde tempos remotos.

Trata-se de uma retomada histórica que passa pela semiologia médica, arte divinatória e atividade da caça em períodos longínquos que permite ao autor destacar as raízes antigas de um saber que se constrói sobre indícios. Em certo sentido, GINZBURG toma o antigo caçador como o precursor dessa forma de saber, dizendo que *"por trás desse paradigma indiciário ou divinatório, entrevê-se o gesto mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa"* (GINZBURG: 1989, p. 154).

A elaboração sobre o paradigma indiciário desdobra-se por meio de argumentos que apontam a importância dos pormenores considerados negligenciáveis no estudo dos fenômenos. Esses argumentos são apoiados nas formas de conhecimento do perito de arte, do detetive e do psicanalista, em referência respectivamente a Giovanni Morelli, Conan Doyle/Sherlock Holmes e Sigmund Freud. Nos três tipos de conhecimento há posturas equivalentes de análise, orientadas para signos (na arte), indícios (na investigação do detetive) e sintomas (na psicanálise).

Em relação ao modelo da ciência moderna, GINZBURG (1989) critica o desprezo pelo individual, uma vez que esse modelo toma a investigação de eventos singulares como empecilho para um conhecimento científico rigoroso. Essa crítica estende-se também a outros pressupostos dessa forma de racionalidade, na busca de leis universais: a crença na transparência da realidade; a separação entre sujeito e objeto; o modo



exclusivo de conhecimento sistemático e com regras formais, orientado apenas para as regularidades da natureza. GINZBURG (1989) contrapõe a essas visões a riqueza da conjecturalidade do conhecimento humano e a valorização do singular.

Portanto, tomando como caminho de investigação o paradigma indiciário, considerando as pesquisas de CHARTIER (1990, 1994, 1996, 1999, 2002); GINZBURG (1991, 2001); DARNTON (1986, 1992); e CHALHOUB (1989) foi que esta pesquisa foi tomando corpo.

Foram considerados como fontes da pesquisa a produção escrita desse leitor que, inserido em uma comunidade específica se apropria dos textos lidos também de forma particular. Dessa forma, o pólo da recepção é privilegiado ao se focar os usos dos textos lidos. Dentro dessa produção escrita, as sentenças, por se tratar de um leitor juiz, foram as fontes reveladoras de práticas não só de um leitor, mas de um leitor que é atravessado pelas práticas de uma comunidade de leitores.

Ao se analisar essas fontes, objetivou-se, principalmente, conhecer como funciona esse leitor, quais são suas práticas em relação ao texto escrito. O que revela de suas leituras e quais suas táticas como leitor ao se deparar com o texto escrito, principalmente porque utiliza essas leituras ao produzir seus próprios textos.

## **2.4 – Fontes**

As fontes utilizadas estão entre as produções escritas do leitor pesquisado referenciadas em seu Curriculum Lattes, excetuando-se as sentenças. São produções públicas principalmente de três gêneros: sentenças

de jurisdição voluntária, artigo do Jornal da Associação de Juízes para a Democracia, artigos publicado via meio eletrônico pela Revista IPAS e um artigo científico publicado pela Revista do IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais).

Após a leitura de praticamente toda a obra escrita desse sujeito leitor/escritor, a escolha recaiu sobre aqueles textos que traziam citações literárias uma vez que poderiam auxiliar na pesquisa sobre as práticas e usos do texto escrito feitos por esse leitor. Essa escolha se deu de forma aleatória, de um conjunto de produções referenciadas em seu Curriculum Lattes.

#### **2.4.1 – A sentença como texto**

É importante conhecer a estrutura de uma sentença judicial da área penal para se dimensionar o significado da presença de textos que são considerados fora da área jurídica nesse gênero. Assim como o suporte livro, a sentença tem uma composição. A distribuição do texto em suas páginas é feita de forma pré-definida. Sua materialidade é específica e seu público leitor, bastante específico: outros juízes, advogados, estudantes de direito e, no limite, alguma parte interessada, mas com sérias limitações de compreensão dada a linguagem específica.

A sentença é um gênero textual de estrutura rígida o que se deve ao fato de haver uma imposição legal para a sua estrutura<sup>13</sup>. O Código de Processo Penal/1941, em seu artigo 381 prescreve:

A sentença conterá:

I – os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las;

II – a exposição sucinta da acusação e da defesa;

---

<sup>13</sup> Essa estrutura é prevista pela Constituição Federal de 1988 e pelo Código de Processo Penal/1941.

III – a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão;

IV – a indicação dos artigos de lei aplicados;

V – o dispositivo;

VI – a data e a assinatura do juiz.

Ainda nesse mesmo sentido, tem-se a Constituição Federal/1988 em seu artigo 93, inciso IX que diz:

“...

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade,

...”

Esses dois artigos transcritos de textos legais, o primeiro do Código de Processo Penal/1941 e o segundo da Constituição Federal de 1988 mostram a rigidez imposta a uma sentença por sua natureza jurídica. As sentenças, de forma geral, dão fim ao processo em que se reconhece ou não um direito, em que se condena ou se absolve alguém de um crime. Está inserida nessa questão uma grande responsabilidade do juiz em face da alteração que pode ocorrer na história de vida de uma determinada pessoa ou pessoas considerando-se a rede de relações de cada indivíduo.

Não é demais tecer considerações sobre as partes que compõem uma sentença. Essas partes, já mencionadas quando da transcrição do artigo 381 do Código de Processo Penal são:

I – diz respeito à qualificação das partes, ou seja, dos sujeitos envolvidos no processo, quer no pólo passivo<sup>14</sup> quer no pólo ativo<sup>15</sup>. No caso da sentença que será analisada, por se tratar de jurisdição

---

<sup>14</sup> Aquele que não acionou o judiciário por meio de ação, mas que é provocado pelo pólo ativo.

<sup>15</sup> Aquele que provoca o judiciário para ter sua pretensão atendida.

voluntária<sup>16</sup>, há apenas o pólo ativo, que pede ao Estado autorização para a prática de um ato que, se não autorizado, poderá vir a ser considerado como crime;

II – trata dos argumentos apresentados pelos advogados das partes durante o processo e que devem ser retomados pelo juiz de forma resumida;

III – é a fundamentação para a decisão do juiz, nesse item deverá aparecer toda a argumentação sobre os fatos que constituem o processo e todo o direito do réu;

IV – prevê que o juiz, ao prolatar a sentença, deverá indicar claramente os artigos de lei aplicados, o que, caso não seja feito, ensejará a anulação da sentença;

V – tem-se aqui o dispositivo, parte em que o juiz resumirá toda a sentença e sua decisão; esta parte é publicada em diário oficial;

VI – a sentença deve, sob pena de anulação, conter a data e a assinatura do juiz.

#### **2.4.2 – A escolha das sentenças para análise**

Para se ter acesso às sentenças, foi necessário obter autorização junto ao juiz da 1ª Vara do Júri, Vara esta em que foi proferida a sentença de autorização de aborto e de mudança de sexo e que são fontes desta pesquisa. A expectativa era a de se encontrar um grande número de sentenças com citações que servissem para dar mais subsídios à pesquisa, para a qual interessam as práticas desse leitor em relação ao texto

---

<sup>16</sup> Provocação do judiciário que visa obter uma autorização do juiz para realizar algo.

escrito e como elas aparecem em sua própria produção escrita enquanto juiz ao proferir sentenças.

O acesso ao Livro de sentenças é um momento de emoção indescritível. Parece que se está diante de algo que trará grandes revelações. E, de fato, ao se ler as sentenças, percebe-se que elas têm a condição, às vezes difícil, às vezes suave, de transformar a vida de pessoas. A capa do livro traz o número do livro, o ano e a sua destinação.

Chama-se livro de sentenças porque reúne certo número de sentenças até o limite máximo de duzentas páginas por livro, o livro de sentenças é uma exigência legal, prevista no artigo 389 do Código de Processo Penal<sup>17</sup>. Assim cada livro tem um número variável de sentenças, conforme o seu número de páginas (se um livro só pode ter duzentas páginas, quanto maiores forem as sentenças, menor número delas poderá ser arquivado em um só livro). Em um único ano pode haver muitos livros que serão abertos conforme a necessidade. Cada livro tem seu termo de abertura e de encerramento.

Foram pesquisadas 35 sentenças, das quais apenas duas foram selecionadas para análise. Isso porque essas duas sentenças, uma que se refere à autorização para o aborto e outra que se refere à autorização para a realização de cirurgia de mudança de sexo, trazem referências a textos literários.

No entanto, dentre essas 35 sentenças, três são iguais a que será analisada e que trata da realização do aborto. Em todas as sentenças que tratam da realização do aborto, o mesmo texto e as mesmas citações são utilizados, não há alteração de nem uma vírgula sequer. A única alteração, e essa obrigatória, é a do nome da parte.<sup>18</sup> Outro dado interessante, cujo destaque aqui é relevante, embora não seja enfocado na pesquisa é a de que a sentença proferida pelo J1 em 1999 e analisada aqui tem sido usada repetidas vezes por ele mesmo e, o mais interessante, por outros juízes. Nas

---

<sup>17</sup> Artigo 389, Código de Processo Penal (1941): “A sentença será publicada em mão do escrivão, que lavrará nos autos o respectivo termo, registrando-a em livro especialmente destinado para isso.”

<sup>18</sup> Pessoa que se dirige ao judiciário por meio de advogado para apresentar sua pretensão.

sentenças lidas, todas arquivadas em dois Livros de Registro de Sentença e aqui discriminadas, a sentença de autorização de aborto foi novamente encontrada em sua íntegra exatamente igual às outras, porém assinada por outro juiz, o J3. (J1 e J3: designação para juízes diferentes/Tabela).

Este dado suscita, embora aqui não haja lugar para isso, a indicação para a possibilidade de estudos acerca da autoria nesse tipo de produção textual. Para CHARTIER (1996), uma das formas de o autor se firmar está no exercício de controle que faz sobre a edição de seu texto. Nesse caso, no entanto, a edição parece não ser uma preocupação do autor, dado que todas as sentenças seguem um padrão de produção. De que forma então seria possível se aproximar dessa temática tão relevante no âmbito do judiciário, dada essa prática de textos que podem ser “emprestados” entre juízes? Talvez a resposta esteja no fato de que alguns gêneros, entre eles a sentença, não necessitam de uma identificação pelo nome do seu autor. CHARTIER (1999) esclarece:

“É Foucault quem sugere que, numa determinada sociedade, certos gêneros, para circular e serem recebidos, têm necessidade de uma identificação fundamental dada pelo nome de seu autor, enquanto outros não. Se considerarmos um texto de direito ou uma publicidade no mundo contemporâneo, alguém os escreveu, mas eles não têm autores, nenhum nome próprio lhes é associado.” (p. 33)

Talvez essa desnecessária associação da sentença à autoria, também explique a facilidade com que esses textos circulam entre os juízes. Na verdade, o que legitima esse texto é ser assinado por juiz em sua autoridade concedida pelo poder judiciário ao tomar posse do cargo.

A seguir, quadro das sentenças pesquisadas na 1ª Vara do Júri. Todas elas fazem parte de dois Livros de Sentença do ano de 2006, no entanto são processos de vários anos conforme identificado no quadro.

**QUADRO DE SENTENÇAS CONSULTADAS**

<b>NÚMERO/ANO*</b>	<b>JUIZ**</b>	<b>TIPO</b>	<b>CITAÇÃO DE TEXTO LITERÁRIO</b>
001/2003	J1	Condenação	Nenhuma
002/2002	J1	Extinção de Punibilidade	Nenhuma
003/1979	J1	Condenação	Nenhuma
004/2002	J1	Pronúncia	Nenhuma
005/2003	J1	Impronúncia	Nenhuma
006/2005	J1	Impronúncia	Nenhuma
007/2003	J1	Condenação	Nenhuma
008/2003	J1	Condenação	Nenhuma
009/2006	J1	Autorização para aborto	As mesmas da sentença analisada, com um diferencial: a referência sobre a entrevista de Guimarães Rosa é dada.
010/2003	J1	Extinção de Punibilidade	Nenhuma
011/2005	J1	Extinção de Punibilidade	Nenhuma
012/1997	J1	Sentença de Pronúncia	Nenhuma

013/2004	J1	Sentença de Pronúncia	Nenhuma
014/2001	J1	Pronúncia	Nenhuma
015/2003	J1	Impronúncia	Nenhuma
016/1984	J1	Extinção da Punibilidade	Nenhuma
017/2004	J1	Extinção de Punibilidade	Nenhuma
018/2004	J1	Pronúncia <sup>19</sup>	Nenhuma
019/2002	J1	Condenação <sup>20</sup>	Nenhuma
020/2000	J1	Condenação	Nenhuma
021/2006	J1	Autorização para aborto <sup>21</sup>	As mesmas da sentença analisada.
022/2006	J1	Pronúncia	Nenhuma
023/2004	J1	Pronúncia	Nenhuma
024/2001	J1	Desclassificação <sup>22</sup>	Nenhuma
025/2006	J1	Autorização de aborto	As mesmas da sentença analisada
026/2006	J1	Condenação	Nenhuma
027/2004	J2	Pronúncia	Nenhuma
028/2004	J2	Pronúncia	Nenhuma
029/2003	J2	Impronúncia <sup>23</sup>	Nenhuma
030/2002	J2	Pronúncia	Nenhuma
031/2000	J2	Pronúncia	Nenhuma

<sup>19</sup> Sentença que encaminha o réu para ser julgado pelo plenário do Tribunal do Júri.

<sup>20</sup> Sentença que condena o réu e estabelece a pena.

<sup>21</sup> Sentença que permite que o aborto seja realizado legalmente por alguma instituição médica.

<sup>22</sup> Mudança de crime para um menos gravoso.

<sup>23</sup> Sentença que retira do Tribunal do Júri a competência para julgar.



032/2000	J1	Pronúncia	Nenhuma
033/2006	J3	Autorização de aborto	<b>Sentença igual ao do J1</b>
034/1999	J1	Autorização de aborto	Sentença analisada
035/1997	J1	Autorização de mudança de sexo	Sentença analisada

\* Apenas o ano em que o processo deu entrada no judiciário será mantido, o número do processo será omitido.

\*\* Será omitido o nome do juiz, em lugar do nome aparecerá J1, J2 etc (J1 é o juiz pesquisado)

As sentenças escolhidas são do ano de 1997 e 1999 respectivamente e estão arquivadas em Livro de Sentenças da 1ª Vara do Tribunal do Júri em Campinas.

Trata-se de sentenças de jurisdição voluntária<sup>24</sup> que dão solução para o caso de MARIA MARIA MARIA<sup>25</sup> e para o caso do transexual.

### 2.4.3 - A sentença de MARIA MARIA MARIA

Uma mulher que requereu autorização judicial para a prática de abortamento chamado necessário ou terapêutico, uma vez que o feto não tem condições de sobreviver após o parto. Além da impossibilidade de sobrevivência do feto largamente comprovada nos documentos juntados aos autos<sup>26</sup>, há riscos para a saúde materna.

<sup>24</sup> Trata-se de sentença obtida por meio de ingresso no judiciário por iniciativa da parte. O juiz faz atuar a lei e substitui a vontade das partes em um processo do qual o resultado é uma sentença. Essa sentença é constitutiva de um direito para aquele que ingressou com seu pedido.

<sup>25</sup> Os nomes verdadeiros são omitidos.

<sup>26</sup> Autos são os documentos que compõem o processo, conferindo-lhe materialidade.

Uma vez que no Brasil o aborto é considerado crime, é necessária autorização judicial para que os médicos possam realizá-lo. A autorização, no caso em questão, é concedida.

A sentença proferida, embora de jurisdição voluntária, segue todas as exigências próprias sem as quais pode até mesmo ser anulada. Sucintamente, uma vez que isso já foi detalhado, possui o relatório, a fundamentação legal e o dispositivo.

Mas não é só, e por isso se transformou em fonte de pesquisa sobre a leitura.

#### **2.4.3.1 – Aspectos físicos**

Trata-se de uma sentença com 15 páginas. O relatório está na primeira página e resume o caso concisamente. O fundamento vai da página dois até a página quinze e se divide em cinco pontos de argumentação que vão demonstrando de forma bastante detalhada porque é possível autorizar esse tipo de abortamento. As citações aparecem de duas formas, como epígrafe e como parte da fundamentação.

A primeira página traz a identificação do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Comarca de Campinas –Vara do Júri, número e ano do processo (no caso, o número do processo foi retirado para não haver identificação).

Tem ainda um texto jurisprudencial<sup>27</sup> de oito linhas relativo à decisão do Tribunal de Alçada de Minas Gerais no sentido de conceder autorização de aborto em caso idêntico ao de MARIA MARIA MARIA.

---

<sup>27</sup> Decisões repetidas dos Tribunais sobre caso idêntico ou muito semelhante.

Após espaço em branco tem-se a primeira citação dessa sentença. Trata-se de trecho do Poema **A Infanticida Maria Farrar**, de Bertold Brecht<sup>28</sup>:

**“Mas vós, por favor, não deveis vos indignar.**

**Toda criatura precisa da ajuda dos outros”**

**BERTOLD BRECHT (do poema “A infanticida Maria Farrar)**

A primeira página se encerra com o relatório que resume o caso em questão e passa a fundamentar a decisão que é introduzida pela palavra DECIDO.

Desde a página dois até a página oito, a fundamentação se desenvolve com fundamentação puramente legal e de pareceres médicos que indicam a situação do feto.

Na página oito, ao citar o doutrinador Nelson Hungria, com ele cita Procusto<sup>29</sup>:

**“E segundo Nelson Hungria, ‘o juiz deve ter alguma coisa de pelicano. A vida é variedade infinita e nunca lhe assentam com irrepreensível justeza as ‘roupas feitas’ da lei e os figurinos da doutrina. Se o juiz não dá de si, para dizer o direito em face da diversidade da cada caso, a sua justiça será a do leito de Procusto: ao invés de medir-se com os fatos, estes é terão de medir-se com ela”.**

Já na página dez, em meio a inúmeros nomes de juristas, Guimarães Rosa<sup>30</sup> é citado:

---

<sup>28</sup> Bertolt Brecht (1898-1956): Dramaturgo e poeta alemão. Revolucionou o teatro com peças que visavam estimular o senso crítico e a consciência política do espectador. Brecht foi um dos nomes mais influentes do teatro do século XX. Com sua teoria, que propunha uma representação épica, Brecht pretendia opor-se ao "teatro dramático", que conduziria o espectador a uma ilusão da realidade, reduzindo-lhe a percepção crítica.

<sup>29</sup> Personagem da mitologia grega conhecido por sua crueldade.

“E também há de ser lembrado o que afirmou GUIMARÃES ROSA, em uma entrevista, pouco antes de morrer: ‘A lógica é a força com a qual o homem algum dia haverá de se matar. Apenas superando a lógica é que se pode pensar com justiça. Pense nisto: o amor é sempre ilógico, mas cada crime é cometido segundo as leis da lógica.’”

#### 2.4.4. – A sentença de alteração de sexo

Esta sentença tem os mesmos aspectos da sentença anteriormente descrita. É uma sentença longa, dezoito páginas, o que revela, em certa medida, a importância dada ao caso. As citações aparecem na página catorze:

E, segundo Nelson Hungria, "o juiz deve ter alguma coisa de pelicano. A vida é variedade infinita e nunca lhe assentam com irrepreensível justeza as "roupas feitas" da lei e os figurinos da doutrina. Se o juiz não dá de si, para dizer o direito em face da diversidade de cada caso, a sua justiça será a do leito de Procusto: ao invés de medir-se com os fatos, estes é que terão de medir-se com ela" (op. cit., p. 68).

e na página dezesseis:

E também não podemos esquecer o que afirmou Guimarães Rosa, em uma entrevista, pouco antes de morrer: "a lógica é a força com a qual o homem algum dia haverá de se matar. Apenas superando a lógica é que se pode pensar com justiça. Pense nisto: o amor é sempre ilógico, mas cada crime é cometido segundo as leis da lógica" (*in Quem não pode transar não pode casar*, de Ruben Alves, Folha de S.Paulo, 5.5.96, p. 1.3).

---

<sup>30</sup> João **Guimarães Rosa** nasceu em Cordisburgo (MG) a 27 de junho de 1908 e era o primeiro dos seis filhos de D. Francisca (Chiquitinha) Guimarães **Rosa** e de Florduardo Pinto **Rosa**, mais conhecido por "seu Fulô" comerciante, juiz-de-paz, caçador de onças e contador de estórias. **Joãozinho**, como era chamado, com menos de 7 anos começou a estudar francês sozinho, por conta própria. Quando morreu tinha 59 anos. Tinha-se dedicado à medicina, à diplomacia, e, fundamentalmente às suas crenças, descritas em sua obra literária. Fenômeno da literatura brasileira, **Rosa** começou a escrever aos 38 anos. O autor, com seus experimentos lingüísticos, sua técnica, seu mundo ficcional, renovou o romance brasileiro, concedendo-lhe caminhos até então inéditos. Sua obra se impôs não apenas no Brasil, mas alcançou o mundo.

Como se pode constatar, trata-se das mesmas citações encontradas na sentença que autoriza o aborto, anteriormente apresentada.

#### **2.4.5. – O Jornal escolhido para análise**

Trata-se do Jornal Juízes para Democracia<sup>31</sup>, São Paulo, v. 16, p. 6, 1999. Nele há um artigo pequeno, de apenas uma página que trata do aborto na rede pública de saúde.

Esse artigo, embora de pequena extensão, discute um assunto de profunda importância para a mulher brasileira: o aborto nas situações em que não é considerado como crime, ou seja, quando representa risco de vida para a mãe e quando a gravidez é resultado de estupro. No entanto, apesar da clareza desses institutos, as autoridades de saúde ainda não acordaram para o problema. Isso tem provocado inúmeros abortos clandestinos o que significa risco e sofrimento em dobro, pois a mulher sofre ao ser vítima de violência ou correr risco de vida e sofre ao ter de abortar em condições precárias.

O artigo chama a atenção para os avanços que já ocorreram quanto aos direitos das mulheres alcançados por profissionais da área da saúde e para a necessidade de engajamento dos operadores do Direito nessa luta.

##### **2.4.5.1 – Aspectos físicos**

---

<sup>31</sup> Editado pela Associação Juízes para a Democracia, fundada em 1991 com o ideal de reunir institucionalmente magistrados comprometidos com o resgate da cidadania do juiz, tem tiragem de 20.000 exemplares e pode ser acessado pela página [www.ajd.org.br](http://www.ajd.org.br), no link publicações.

Duas das três citações aparecem no primeiro parágrafo do texto. Uma delas, que aparece na linha 21 faz referência a Tântalo, figura da mitologia grega, *“a mulher está condenada, na grande maioria das cidades brasileiras, a suportar os cruéis sofrimentos do lago de Tântalo”<sup>32</sup>*. A segunda citação aparece na linha 41 e é um ditado da sabedoria popular que diz *“dá com uma mão e tira com a outra”*.

A terceira citação aparece no último parágrafo do texto e se refere ao mito de Sísifo<sup>33</sup>: *“...para que todo esse esforço desses admiráveis profissionais não se transforme em um mito de Sísifo.”*

#### 2.4.6 – A revista IPAS e o artigo analisado

Trata-se de um artigo on-line encontrado na Revista Ipas nº 22<sup>34</sup>, do mês de março de 2006. O acesso se deu pelo endereço [www.ipas.org.br/revista/index.html](http://www.ipas.org.br/revista/index.html) no dia 01/07/2006. Ao se acessar a Revista On-line, tem-se a primeira página dedicada ao editorial que ressalta o Dia Internacional das Mulheres:



IPAS BRASIL é uma Organização  
Não Governamental dedicada à melhoria  
da qualidade de vida das mulheres pelo  
ênfase na saúde reprodutiva

REVISTA DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

INFORMATIVO ELETRÔNICO DE IPAS BRASIL - EDIÇÃO Nº22 - MARÇO 2006

#### Editorial

**O Dia Internacional da Mulher, dia 08 de março, historicamente marca a luta das mulheres de todo o mundo pelos seus direitos e a sua dignidade nos campos pessoal, social e profissional. No Brasil, muitos são os**

<sup>32</sup> Nome dado ao Lago em referência ao personagem mitológico Tântalo, que era extremamente insensível.

<sup>33</sup> Personagem mitológico condenado a rolar uma pedra até próximo do topo de uma montanha, quando lá chegava, a pedra voltava ao sopé e tudo começava novamente.

<sup>34</sup> IPAS, é uma ONG que trabalha na tentativa de diminuir mortes e danos físicos para as mulheres em situação de abortamento. Mantém a Revista Eletrônica que pode ser acessada por meio do site [www.ipas.org.br](http://www.ipas.org.br).

**avanços em relação aos direitos humanos e a saúde reprodutiva das mulheres como, por exemplo, os projetos de lei para a descriminalização do aborto e sobre a violência doméstica e sexual, ambos em trâmite no Legislativo.**

Depois do editorial, tem-se a sequência dos artigos desse número. O artigo analisado, além de ter recebido atenção diferenciada já no editorial, aparece em primeiro lugar na lista de artigos.

O artigo se dirige especialmente às mulheres:

“Peço vênica inicialmente aos que lêem este texto para dirigir-me de forma especial e mais direta às mulheres que lutam de modo incansável e todos os dias pela garantia de direitos e que, por isso, são imprescindíveis.”

e discute a condição em que se encontra no Brasil com relação à prática do aborto e o papel do Estado nessa questão. Defende que o aborto é um problema de saúde pública e elogia a luta incansável das mulheres por melhores condições, bem como mostra a necessidade de se solidarizar com essa causa.

A primeira citação, que ocorre no terceiro parágrafo da página um, diz respeito à música composta por Chico Buarque<sup>35</sup> “Fado Tropical”: *“Sempre que ouço a bulha, o tilintar das espadas, os brados corajosos dessas incansáveis mulheres, lembro-me dos versos de Rui Guerra<sup>36</sup>, da música Fado tropical, composta por Chico Buarque de Holanda: ‘se a mão fica distante do coração, é porque existe uma grande distância entre intenção e gesto’.”*

A segunda citação, que está na página cinco, diz respeito ao mito de Dâmocles<sup>37</sup> e sua espada: *“... a criminalização permanece como uma odiosa e terrível espada de Dâmocles...”*.

A terceira citação desse texto está na página seis e fala de Tântalo e o terrível lago: *“E enquanto o abortamento continuar criminalizado,*

---

<sup>35</sup> Cantor e compositor brasileiro de grande renome.

<sup>36</sup> Poeta africano que escreveu a letra Fado Tropical musicada por Chico Buarque.

<sup>37</sup> Figura mitológica que invejava a posição do rei até descobrir que o mesmo vivia com uma espada sobre a cabeça.

*as mulheres, especialmente as pobres e excluídas do sistema econômico, continuarão suportando o terrível flagelo do lago de Tântalo.”*

A última delas está na página sete, que também é a última, e traz Fernando Pessoa e um de seus poemas: *“E é por isso que eu escrevo esse texto: para solidarizar-me com a rebeldia dessas mulheres imprescindíveis, pois, como diz o poeta Fernando Pessoa<sup>38</sup>, ‘é preciso solidarizar-se com as ovelhas rebeldes’”*.<sup>39</sup>

#### 2.4.7 – O IBCCRIM<sup>40</sup> - o artigo analisado

Por se tratar de publicação desse gênero<sup>41</sup> e ter sido aceito para a publicação em revista considerada como de qualidade excelente pelo CNPq, o artigo em questão segue todos os parâmetros exigidos. Faz parte do item que trata da Doutrina Nacional da Revista Brasileira de Ciências Criminais n. 44, Ano 11, de julho-setembro de 2003.

É um artigo bastante extenso. Ocupa vinte e uma páginas da revista e trata dos reflexos do novo Código Civil<sup>42</sup> no Sistema Penal<sup>43</sup>. Apresenta a estrutura textual própria desse gênero e, por isso, se inicia com a Introdução no item 1. A partir do ponto 2, desenvolve os vários reflexos do

---

<sup>38</sup> Poeta português.

<sup>39</sup> Poesia cuja referência não foi localizada

<sup>40</sup> **INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS - IBCCRIM**, é entidade não governamental, sem fins lucrativos. É reconhecido nacional e internacionalmente em seu trabalho especializado de alto nível na área de Ciências Criminais. Entre suas publicações, que alcançam todo o território nacional, Europa e América Latina, está a REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. O IBCCRIM mantém o site, que pode ser acessado pelo endereço [www.ibccrim.org.br](http://www.ibccrim.org.br).

<sup>41</sup> Segundo a ABNT. NBR 6022, o artigo científico é parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento. São publicados em revistas ou periódicos especializados. Além de seguirem as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas), seguem ainda as exigências de editoriais da revista em que será publicado.

<sup>42</sup> O Novo Código Civil entrou em vigor em janeiro de 2003 e revogou o Código Civil de 1916. Devido a modificações em seus institutos, muitos reflexos foram percebidos em outras áreas do Direito, como a Penal.

<sup>43</sup> Compreende principalmente o Código Penal que é de 1943, mas também toda a legislação pertinente, como a Lei dos Crimes Hediondos, Juizados Especiais, Desarmamento etc.



Novo Código Civil: A capacidade civil<sup>44</sup>, a união estável<sup>45</sup>, crimes<sup>46</sup>, a morte presumida<sup>47</sup>. No item 6, tece as conclusões.

Na INTRODUÇÃO aparecem três citações. Uma no terceiro parágrafo, que faz referência ao conto *Corpo fechado* de Guimarães Rosa: “*Aliás, esse dispositivo faz lembrar o Corpo fechado*<sup>48</sup> *de Guimarães Rosa*”; outra no sétimo parágrafo que volta a Procusto: “*É verdade que, muita vez, o legislador, em seu delírio positivista e onipotente, como se Procusto fosse, acredita...*”; a última que aparece no oitavo parágrafo e lembra o poeta Carlos Drummond de Andrade: “*Portanto, sem acreditar na infalibilidade do legislador, é preciso ouvir o conselho do poeta Carlos Drummond de Andrade*<sup>49</sup>: ‘as leis não bastam; os lírios não nascem das leis’.

No item 2.2, em que trata da Capacidade civil plena e a nomeação de curador, na página 102, cita Carlos Drummond de Andrade e parte de um poema: “*Daí toda a confusão. Carlos Drummond de Andrade tem razão: ‘lutar com palavras, a luta mais vã, entanto lutamos, mal rompe a manhã’.*” Nesse mesmo item, mais à frente, na página 106, volta a citar Chico Buarque e a canção Fado Tropical: “*Rui Guerra, o poeta angolano que produziu com Chico Buarque de Holanda a canção ‘Fado Tropical’, lembra-nos, com sabedoria dos poetas, que, se a mão fica distante do coração, é porque existe uma grande distância entre intenção e gesto. ...*”.

No item 5.1, em que trata da morte presumida, faz referência a Penélope e Ulisses<sup>50</sup>: “*...que traz à lembrança a angústia de Penélope à espera de Ulisses, ...*”.

---

<sup>44</sup> Capacidade de praticar atos da vida civil como casamento, compra e venda etc

<sup>45</sup> União entre homem e mulher sem que haja casamento, mas que revele a intenção de estar junto.

<sup>46</sup> Considerados como tais pelo Código Penal na parte especial, que trata de cada tipo de crime.

<sup>47</sup> Aquela em que não os corpos não foram encontrados, mas que pelas circunstâncias se pode presumir que ocorreu a morte.

<sup>48</sup> Conto do Livro Sagarana de Guimarães Rosa.

<sup>49</sup> Carlos Drummond de Andrade nasceu em Itabira do Mato Dentro - MG, em 31 de outubro de 1902. De uma família de fazendeiros em decadência. De novo em Belo Horizonte, começou a carreira de escritor como colaborador do *Diário de Minas*, que aglutinava os adeptos locais do incipiente movimento modernista mineiro. O poeta trabalha, sobretudo com o tempo, em sua cintilação cotidiana e subjetiva, no que destila do corrosivo. Lançou-se ao encontro da história contemporânea e da experiência coletiva, participando, solidarizando-se social e politicamente, descobrindo na luta a explicitação de sua mais íntima apreensão para com a vida como um todo.

<sup>50</sup> Personagens da mitologia grega. Ulisses, em uma longa viagem, é sempre esperado por sua mulher Penélope, que cria estratégias para afugentar pretendentes.

---

### 3 – PRODUÇÃO ESCRITA: CAMINHOS DE LEITURA

“Quando os *philosophes* empreenderam a conquista do mundo, com o seu mapeamento, sabiam que o sucesso dependeria de sua habilidade em imprimir sua visão de mundo na mente dos seus leitores.” (DARNTON, 1986)

Este capítulo cuida especificamente do leitor e de suas leituras que aparecem nas citações dos textos em análise e que revela um dos usos que faz dos textos lidos. Procura, nos traços individuais deixados, como os gêneros escolhidos, as relações feitas entre o texto escrito e o texto lido, as indicações de como o seu texto deve ser lido, a constituição de um leitor e as intenções de um autor que se mostram na sua produção escrita. É nos detalhes que esse leitor deixa suas marcas de relacionamento com o texto lido. São os dados aparentemente secundários e sem importância que fazem a diferença. As citações de trechos literários e mitológicos em sua produção voltada para a área jurídica revelam usos incomuns desses textos na produção escrita dessa comunidade de leitores (juízes, promotores, advogados, estudantes de direito). O paradigma indiciário, atento aos dados singulares, contribui para se compreender a relação do leitor com o texto, para compreender as experiências de leitura que compuseram sua história de leitura que exsurge em sua produção escrita. GINZBURG, ao discorrer sobre o método indiciário diz:

“Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis...” (1989:144)

A produção escrita do juiz é chave para se aproximar de sua visão de mundo e, dessa forma também indica as pistas para se perceber suas práticas e representações em relação à leitura, uma vez que as mesmas

---

aparecem de determinada maneira e não de outra, num uso que se mostra por meio das citações. Por sua produção escrita é possível ainda inferir a forma como se dá sua prática profissional. Ao citar um texto e não outro, pode estar revelando valores e opções de conduta. Quanto a essa capacidade da leitura, CHARTIER afirma:

“É preciso utilizar aquilo que a norma escolar rejeita como um suporte para dar acesso à leitura na sua plenitude, isto é, ao encontro de textos densos e mais capazes de transformar a visão do mundo, as maneiras de sentir e de pensar”. (1999:104)

Aqui interessa a visão de leitura, de leitor e os usos do texto possíveis de serem percebidos por meio desse juiz. Isso porque

“...- a relação da leitura com texto depende, é claro, do texto lido, mas depende também do leitor, de suas competências e práticas, e da forma na qual se encontra o texto lido ou ouvido. Existe aí uma trilogia absolutamente indissociável se nos interessamos pelo processo de produção do sentido. O texto implica significações que cada leitor constrói a partir de seu próprios códigos de leitura, quando ele recebe ou se apropria desse texto de forma determinada.”(CHARTIER, 1999:153)

Outro ponto a ser considerado em sua produção escrita e apontada por CHARTIER (1991) é a questão das estratégias utilizadas por esse leitor/autor para impor aos seus leitores uma compreensão do texto:

“Esta tensão fundamental pode ser trabalhada pelo historiador através de uma dupla pesquisa: identificar a diversidade das leituras antigas a partir dos seus esparsos vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. Dessas estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos prefácios, advertências, glosas e notas), e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão.” (p. 123)

As citações inscritas nos textos escritos podem revelar parte das estratégias desse autor para orientar o leitor numa leitura desejada, concebida pelo autor como sendo a mais correta. É nesse sentido que esta

pesquisa aqui desenvolvida tem via de mão dupla. Atentar para o sujeito da pesquisa enquanto autor e enquanto leitor, pois ao inscrever em seus textos outros textos revela o uso que faz dos mesmos, a leitura efetivada nos textos escolhidos:

“Orientado ou colocado numa armadilha, o leitor encontra-se, sempre, inscrito no texto, mas, por seu turno, este inscreve-se diversamente nos seus leitores. Daí a necessidade de reunir duas perspectivas, frequentemente separadas: o estudo da maneira como os textos, e os impressos que lhes servem de suporte, organizam a leitura que deles deve ser feita e, por outro lado, a recolha das leituras efetivas, captadas nas confissões individuais ou reconstruídas à escala das comunidades de leitores.” (CHARTIER, 1991:124)

Outra possibilidade a ser considerada no uso dessas citações é o de serem utilizadas como uma “arma”. No debate entre Pierre Bourdieu e CHARTIER (1996), Bourdieu afirma que:

“Acrescento uma palavra. Como se faz freqüentemente nas ciências sociais ‘nós torcemos a vara no outro sentido’: priorizamos os conteúdos da mensagem escrita que correm o risco de exercer efeitos de persuasão clandestina, o que pode passar mais despercebido. Antes e depois de Aristóteles, estamos preparados para balizar os efeitos retóricos, mas é possível esquecermos os efeitos de extensão do parágrafo, os efeitos de formato do texto ou de qualidade do papel, de que falamos hoje, e é por isso que insistimos sobre esses aspectos, mas evidentemente podemos raciocinar a *fortiori*. Dizemos com freqüência que a sociologia não serve para nada ou que ela é pessimista, que ensina o fatalismo social. Creio que há aí um exemplo de como pode contribuir para uma prática pedagógica, por exemplo, por exemplo, de como uma sociologia ou uma história social da narrativa pode contribuir, por exemplo, para uma prática pedagógica. Pode dar às pessoas instrumentos de defesa contra os efeitos de persuasão clandestina que os escritos exercem. Assim como existem armas como judô para a auto-defesa física, penso que um certo tipo de análise histórica das estratégias ocultas de manipulação do leitor pode ter um efeito liberador.”(p.252)

As citações, num primeiro momento, serão abordadas de forma genérica. Por meio de uma tabela denominada *Tabela de Leituras*, quer-

se dar uma visão panorâmica dos gêneros, autores e textos levantados na análise. Pretende-se, nesse momento, fornecer informações subsidiárias para uma exploração mais profunda que levará em conta cada citação individualmente.

Uma vez concluída esta fase, as pistas deixadas por esse leitor serão seguidas uma a uma. Está aberta a temporada de caça para a qual o mínimo indício pode significar um grande resultado, para a qual nenhum dado pode ser negligenciado sob pena de se deixar esvair a compreensão da realidade desse leitor. Com esse objetivo, escolheu-se analisar cada citação feita dentro de cada tipo de texto produzido por esse leitor: as sentenças, os textos *O aborto na rede pública de saúde*, *Mulheres imprescindíveis numa luta incansável* e *Reflexos do Novo Código Civil no Sistema Penal*. Uma a uma, cada citação poderá indicar maneiras de ler e de trazer para um novo texto, outros textos lidos: destacando partes, modificando palavras e frases, justapondo passagens diversas, criando analogias.

### **3.1 – Tabela de leituras**

AUTOR	GÊNERO	TEXTO	
GUIMARÃES ROSA	ENTREVISTA		T1/T2
	CONTOS	- A HORA E VEZ DE AUGUSTO MATRAGA	T5
		- CORPO FECHADO	T5
BERTOLD BRECHT	POEMA	A INFANTICIDA MARIA FARRAR	T1
CARLOS D.ANDRADE	POEMA	- NOSSO TEMPO	T5
		- O LUTADOR	T5
LUÍS DE CAMÕES	POEMA	- OS LUSÍADAS	T5
FERNANDO PESSOA	POEMA	- OVELHAS REBELDES	T3
RUI GUERRA E CHICO BUARQUE	POEMA/MÚSICA	- FADO TROPICAL	T5/T3
	MITOS GREGOS	- SUPLÍCIO DE TÂNTALO	T5/T3
		- ULISSES	T4
		- SÍSIFO	T3
		- PROCUSTO	T1/T2/T5
		- ESPADA DE DÂMOCLES	T4

**T1: SENTENÇA A – AUTORIZAÇÃO PARA ABORTO**

**T2: SENTENÇA B – AUTORIZAÇÃO PARA MUDANÇA DE SEXO**

**T3: O ABORTO NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE**

**T4: MULHERES IMPRESCINDÍVEIS NUMA LUTA INCANSÁVEL**

## T5: REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO CIVIL NO SISTEMA PENAL

De posse dessas informações é possível fazer algumas considerações em torno desse leitor. Não se pode reconstituir sua biblioteca pelo que aparece em sua produção escrita, mas é possível chegar a algumas práticas e usos dos textos escritos pela análise de sua produção escrita. DARNTON (1986) faz a seguinte afirmação sobre a leitura de Ranson:

“Ao confrontar o dossiê, a primeira pergunta a fazer é a seguinte: o que lia Ranson? Não se pode reconstituir sua biblioteca, porque ele possuía grande quantidade de livros que não encomendou à STN. Recebeu alguns ...”

Ao confrontar a tabela de leitura é possível observar que ela mostra seis autores: Guimarães Rosa, Bertold Brecht, Carlos Drummond de Andrade, poeta contemporâneo cujas poesias refletem os problemas do homem diante dos regimes totalitários; Luís de Camões, poeta português que cantou os grandes feitos de Portugal; Fernando Pessoa, poeta português; Rui Guerra, poeta angolano e Chico Buarque, escritor e músico contemporâneo.

Entre esses autores se dividem quatro gêneros textuais: *conto*, *poema*, *entrevista* e *letra de música*. Os *contos* fazem parte de uma mesma obra – *Sagarana* - de Guimarães Rosa. Os *poemas* estão distribuídos entre Carlos Drummond de Andrade, Luís de Camões, Fernando Pessoa e Rui Guerra. Drummond aparece com dois *poemas* diferentes no mesmo texto – T5 – enquanto Rui Guerra é citado duas vezes com o mesmo poema em textos diferentes – T4 e T5. Fernando Pessoa é citado apenas no T4 e Luís de Camões apenas no T5, ambos uma única vez em cada texto.

Os mitos aparecem em sete momentos e são classificados apenas enquanto gênero textual. Cinco *mitos* são citados: O suplício de Tântalo, Ulisses, Sísifo, Procusto, A espada de Dâmocles. O *mito* de Tântalo é citado em dois textos – T3 e T4 – e o *mito* de Procusto, também aparece em três textos – T1, T2 e T5.



Os *contos* aparecem em duas citações no mesmo texto – o T5. O *gênero* entrevista aparece duas vezes, no T1 e no T2, que são as duas sentenças..

O T1, que é a SENTENÇA A, apresenta três citações: trecho da entrevista de Guimarães Rosa, trecho da poesia *A infanticida Maria Farrar* de Bertold Brecht e o mito de Procusto.

O T2, que é a Sentença B apresenta duas citações, trecho de entrevista de Guimarães Rosa e o *mito* de Procusto.

O T3, que é o menor de todos, traz apenas duas citações: o mito de Sísifo e o mito de Tântalo.

O T4, que trata da luta das mulheres em relação ao aborto, aparece com três citações: o poema de Fernando Pessoa , o poema de Rui Guerra e o mito de Dâmocles.

O T5, por fim, que é o maior de todos e trata das alterações do Código Civil e sua relação com o Código Penal, contém oito citações: dois contos, quatro poemas e dois mitos. Os contos de Guimarães Rosa, os poemas de Drummond e Camões, o mito de Ulisses só ocorrem no T5.

As observações em torno da leitura, possíveis a partir dos dados reunidos nessa tabela, são pistas das leituras feitas. Dão possibilidades de abstração em torno da leitura de forma explícita. Apontam direções, caminhos e preferências de um leitor, permitem o registro minucioso de informações para, a seguir, apostar em possibilidades, fazer conjecturas em torno das práticas e usos desse leitor em relação ao texto escrito.

Num primeiro momento, diante das informações contidas nessa tabela, é possível dizer que se trata de um leitor de mitos, poesias e contos, pois esses gêneros aparecem em grande quantidade. Tem alguns autores preferidos no campo da poesia e cita apenas um autor em relação a contos. É possível ainda perceber que sua leitura está bastante integrada com o cânone da literatura nacional. Em relação à literatura estrangeira, três autores

são de língua portuguesa e apenas um, Bertold Brecht, alemão, mas cuja citação é feita em língua portuguesa. Essas constatações levam a um leitor contemporâneo ao se considerar sua escolaridade, formação, idade, profissão, acesso a bens culturais. Essa afirmação é possível ao se considerar também o público leitor desses textos, pois ao fazer as citações o juiz considera que seus leitores tiveram acesso às mesmas leituras, tanto que na maioria das vezes não se preocupa em dar nenhuma explicação sobre sua citação. Os caminhos percorridos pelo leitor são muitos e não são de fácil análise. A percepção aqui relatada é uma das possibilidades de análise e não a única.

As discussões em torno das práticas e usos que esse leitor faz consideram a multiplicidade de práticas e competências, no entanto consideram também que as experiências individuais se encontram inscritas em modelos e normas compartilhadas. É um leitor singular, mas semelhante aos participantes de sua comunidade:

“Até o infinito, não. Ler, leitura, essas palavras armam ciladas. Existe algo mais universal? Há leitores em Roma, na Mesopotâmia, no século XX. É uma invariante, sempre se leu ou nunca se leu o suficiente, isto depende do ponto de vista. Aliás, como você diz com justeza, há esta multiplicidade de modelos, de práticas, de competências, portanto há uma tensão. Mas ela cria dispersão ao infinito, na medida em que as experiências individuais são sempre inscritas no interior de modelos e de normas compartilhadas. Cada leitor, para cada um de suas leituras, em cada circunstância, é singular. Mas esta singularidade é ela própria atravessada por aquilo que faz este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade. (...) O que torna pensável um projeto de história da ou das leituras, que não caísse numa espécie de coleção indefinida de singularidades irreduzíveis, é a existência de técnicas ou de modelos de leitura que organizam as práticas de certas comunidades: a dos místicos, a dos mestres da escolástica da Idade Média, a de determinada classe social do século XIX etc.”(CHARTIER, 1991:92)

É assim que as práticas e usos desse leitor passam pelo viés da(s) comunidade(s) de leitores a que pertence. É claro que aqui serão discutidos os usos que esse leitor faz de textos escritos, mas sempre considerando que ele está ligado a sua comunidade por modelos e normas compartilhadas pelos que fazem parte dela.

A análise dos textos será feita texto a texto, T1, T2, T3, T4, T5 por entender que as citações dentro de um mesmo texto seguem certa lógica e que o texto, em seu conjunto, pode oferecer pistas importantes para compreender melhor esse leitor.

As sentenças T1 e T2 serão analisadas no Capítulo 4 e os artigos serão analisados no Capítulo 5.

#### **4 – Análise das Sentenças**

#### 4.1. – T1: Sentença A – Autorização para aborto

Esta sentença trata do caso de Maria Maria Maria, que pede autorização para abortar ao se ver grávida de uma criança que não tem chance de sobreviver após o nascimento. Pelo tamanho da sentença, percebe-se que o caso teve uma grande importância para esse juiz.

O refrão do poema de Bertold Brecht aparece logo no início, antes do que se denomina **Relatório**, como epígrafe do texto que se anuncia. Trata-se de trecho do poema *A infanticida Maria Farrar*<sup>51</sup>, de Bertold Brecht, cuja íntegra se encontra no Anexo/Coletânea:

**“Mas vós, por favor, não deveis vos indignar.  
Toda criatura precisa da ajuda dos outros.”**

Esse trecho se repete por seis vezes no poema que narra a história de Maria Farrar. Nascida em abril, cresceu em situação de miséria, ao perceber-se grávida tentou abortar de várias maneiras. Como não conseguiu, matou seu filho logo ao nascer, sendo por isso conhecida como a Infanticida Maria Farrar e, por esse crime, julgada e condenada, morreu no cárcere de Moissen.

Ao citar esse trecho, retirado de um contexto narrativo em que a infanticida Maria Farrar é protagonista, é possível interpretar a pista deixada por esse leitor como uma forma de conhecer sua realidade. A leitura trazida para a sentença, logo em seu início, preanuncia qual será a decisão final e qual a visão desse juiz em relação às mulheres que julga precisarem de ajuda. O trecho é trazido para o texto e a ele são acrescentadas aspas. Esta prática parece indicar duas coisas: o leitor se apropriou do refrão do poema e colocou nele aspas. Talvez para indicar que se tratava de uma citação, mas também para dizer ao leitor, como disse Bourdieu em seu diálogo com

---

<sup>51</sup> BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956**. São Paulo, Editora 34, 2000.

CHARTIER: *“aí é preciso prestar atenção nisto que digo”*, pois revela como decidirei o caso. (CHARTIER, 1996:235)

Ao pensar sobre a escolha desse poema para esse caso concreto, é possível se estar diante de uma nova pista que confirma a inserção desse leitor em uma comunidade de leitores que passa por um processo de imitação. Os mais novos imitam os mais velhos. Os que precedem transmitem ensinamentos aos que vêm depois:

“Os membros dessas comunidades, supondo que possamos identificá-los, imitam, pelo fato de terem sido beneficiados por uma aprendizagem, o comportamento da geração precedente.” (CHARTIER, 1999:93)

Essa prática é comum no uso de textos jurídicos, os julgados que se repetem se transformam em jurisprudência e, assim a decisão de outros passa a constar dos textos escritos depois.

Observe-se que no início dessa sentença, como primeiro texto, logo depois da identificação do processo por um número, aparece uma decisão de caso semelhante dada pelo TRIBUNAL DE ALÇADA DE MINAS GERAIS. Esse recurso utilizado pelos juristas faz parte de uma estratégia de convencimento. É como se dissessem que a decisão que vão tomar já tivesse ampla aceitação no meio jurídico:

“De tal contexto probatório, resulta clara a inexistência de qualquer justificativa a que se obrigue a apelante a levar a termo uma gravidez em que é absolutamente inviável a sobrevivência do nascituro, em detrimento de sua sanidade psicológica, e até mesmo física, sendo certa a inexistência de vida humana na espécie, eis que se está diante de um ser que somente apresenta outros sinais vitais como sugar as energias e substâncias do corpo materno, e nada mais.”(TRIBUNAL DE ALÇADA DE MINAS GERAIS, ap. nº 219.008-9; por v.u foi dado provimento ao apelo da interessada e AUTORIZADA a interrupção da gravidez, em 18.06.96)

Em relação à citação do texto literário da poesia **A Infanticida Maria Farrar** parece ocorrer o mesmo processo. O leitor em

questão repete o texto usado por outros juristas em situações semelhantes, como é possível perceber em uma carta enviada pelo advogado **Evandro Lins e Silva** ao eminente jurista **Celso Japiassu**, se referindo ao poema de *Bertold Brecht* e seus casos de defesa de infanticidas. Não se trata do uso do texto em citações escritas, mas de sua inspiração na defesa de mulheres que cometeram o infanticídio:

Meu caro Celso Japiassu:<sup>52</sup>

“Leontina Pereira da Silva, a ré de infanticídio que defendi no 2º Tribunal do Júri, era como a Maria Farrar, de Brecht, menor de idade, fraca, desamparada, ninguém sabe que tivesse família. Não a conheci, ela ficou presa oito meses, foi posta em liberdade, sob fiança, e não se soube mais dela. Não tinha eira, nem beira, nem casa para morar. Nunca mais foi encontrada. Ganhou o mundo e no mundo sumiu.”

Essa carta é do ano de 1989, portanto, de cerca de dez anos antes do caso em que o juiz/leitor sentenciou. É possível então que esse poema tenha se tornado uma leitura comum entre os juristas que têm diante de si casos de infanticídio ou outros semelhantes. Essa associação da infanticida Maria Farrar com a condição das mulheres miseráveis parece não ser tão original como se pensava no início desta pesquisa. O juiz que esta pesquisa toma como sujeito de análise, inserido numa comunidade faz uso dos mesmos textos para envolver toda a comunidade jurídica em sua decisão.

“A leitura é sempre um ato de foro privado, íntimo, secreto que reenvia à individualidade? Não, porque esta situação de leitura não foi sempre dominante. Creio, por exemplo, que nos meios urbanos, entre os séculos XVII e XVIII, existe todo um outro conjunto de relações com os textos que passa pelas leituras coletivas, leituras que manipulam o texto, decifrado por uns e outros, por vezes elaborado em comum, o que põe em jogo alguma coisa que ultrapassa a capacidade individual de leitura.” (CHARTIER, 1996:233)

As mesmas citações que circulam entre leitores em diferentes lugares, em diferentes épocas, permite romper com a idéia de originalidade, da palavra primeira, de autoria. Permite pensar em quem primeiro buscou esta citação como elemento persuasivo em sua sentença?

---

<sup>52</sup> Jurista de Pernambuco.

Além da carta ao jurista Celso Japiassu, mais antiga, A Revista Época<sup>53</sup> publicou interessante artigo que cita o uso desse poema no meio jurídico e em referência ao aborto. Trata-se do artigo intitulado: “*O parto da Justiça: Juízes enfrentam dogmas e autorizam a interrupção da gravidez por anomalia fetal*”.

Nesse artigo, que se encontra na íntegra no Anexo/Coletânea lê-se a seguinte afirmação:

“Vistas em conjunto, as decisões judiciais formam uma crônica de costumes. Para dar o sinal verde ao aborto, os magistrados baseiam-se em relatórios médicos. Analisam laudos técnicos, repletos de expressões estranhas, para ter certeza de que o feto não terá vida fora do útero. A confrontação com aspectos morais é inevitável. Alguns juízes filosofam sobre a vida humana ao tecer os alvarás. Outros chegam a citar poemas como “**A Infanticida Maria Farrar**”, de Bertolt Brecht (**Mas vós, por favor, não deveis vos indignar. Toda criatura precisa da ajuda dos outros**). (grifo meu)

Da observação desses dados, também é possível traçar um paralelo entre as duas histórias, a real, sentenciada pelo juiz/leitor e a ficcional, protagonizada por Maria Farrar:

**QUADRO 1: COMPARAÇÃO ENTRE A SENTENÇA E A POESIA DE BERTOLD BRECHT**

	SENTENÇA	POESIA
<b>PESSOA/PERSONAGEM</b>	Maria Maria Maria – não é permitido conhecer o nome real.	A Infanticida Maria Farrar.
<b>RESUMO</b>	Mulher recorre à justiça para obter permissão de aborto.	Mulher, após tentativas de aborto, mata seu filho ao nascer.
<b>CONDIÇÃO SOCIAL</b>	Pela análise da sentença, pessoa pobre.	Pela leitura do poema, miserável.

<sup>53</sup> <http://epoca.globo.com/edic/19990913/soci1.htm> no Google e obtida em 4 nov. 2006 09:10:52.

<b>PROBLEMA CENTRAL</b>	A gravidez indesejada.	A gravidez indesejada.
<b>ATUAÇÃO DA JUSTIÇA</b>	Permissão para abortar, por se tratar de feto anencéfalo.	Condenação à prisão, onde morre.

As duas mulheres precisam da ajuda dos outros. Diante de uma gravidez indesejada, Maria Maria Maria recorre à justiça para obter a permissão para matar seu filho. Ao recorrer à poesia, o juiz antecipa sua decisão: dará a essa mulher as condições necessárias para que aborte. Não permitirá que sofra as mesmas dores que Maria Farrar sofreu ou que seja julgada ou condenada pelo crime de aborto ou de infanticídio, tal qual ocorreu com a infanticida de Brecht.

O elo feito com o caso concreto faz pensar que, na concepção desse leitor, a condenação não pode se repetir. Trata-se de um argumento de que o tratamento dado à mulher que precisa abortar merece passar por mudanças. Suas condições pessoais, sociais e culturais, por determinarem sua total carência em relação aos recursos materiais a colocam em desvantagem. Precisa da ajuda dos outros. E nem sempre essa ajuda é dada de forma segura, pois o número de mulheres que morrem depois de abortos clandestinos é muito grande.

A recorrência dessa idéia de que a ajuda é necessária ocorre em dois outros textos que fazem parte dessa análise - o T3 E O T4 – e que são textos que tratam do tema do aborto. Há uma insistência em repetir essa abordagem tal como o poeta repete esse refrão no seu texto: *“Mas vós, por favor, não deveis vos indignar./Toda criatura precisa da ajuda dos outros.”*

A segunda citação que ocorre nas duas sentenças - T1eT2 – é a do *mito* de Procusto. Segundo o Dicionário de Mitologia Grega e Romana<sup>54</sup>, o pensamento mítico teve início na Grécia, do séc. XXI ao VI a.c. Nasceu do desejo de dominação do mundo, para afugentar o medo e a insegurança. A verdade do mito não obedece a lógica nem da verdade

<sup>54</sup> KURY, Mário da G. Dicionário de Mitologia Grega e Romana. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.



empírica, nem da verdade científica. É verdade intuída, que não necessita de provas para ser aceita. É, portanto uma intuição compreensiva da realidade, é uma forma espontânea do homem situar-se no mundo.

Aparecem nos textos como metáforas que ajudam a compreender a realidade descrita e vivida por esse leitor. Parece ser usado com um caráter didático, ilustrativo daquilo que está sendo explicitado numa linguagem tão objetiva como é a jurídica. Abre-se como uma janela a várias interpretações, de modo que ao ser citado em determinado contexto, é importante chave para decifrar as intenções desse leitor que utiliza o mito não como uma simples narrativa, mas como portador de um sentido profundo a ser abstraído na leitura.

É o mais usado dos gêneros, tem entrada em todos os textos sob exame, sendo que aparecem uma vez no T1 e T2 – *Sentenças* -, duas vezes no T2 – *O aborto na rede pública de saúde* e no T3 – *Mulheres imprescindíveis numa luta incansável* -, três vezes no T4, *Reflexos do Novo Código Civil no Sistema Penal*.

Para auxiliar na visão geral dessa citação, um quadro síntese desse mito:

**QUADRO 2 – O MITO DE PROCUSTO**

MITO	RESUMO	METÁFORA
<b>PROCUSTO</b>	Um salteador sanguinário que obrigava suas vítimas a deitar sobre um sinistro leito de ferro, do qual nenhuma saía com vida: se elas fossem mais curtas que o leito, estirava-as com cordas e roldanas; se ultrapassassem as medidas, cortava a parte que sobrava.	<b>Procusto:</b> aplicador do direito. <b>Leito:</b> a lei. <b>Vítima:</b> o que procura a justiça.

Ao invocar o mito de Procusto, compara a justiça do juiz que não considera as diversidades de cada caso concreto que tem às mãos para decidir, com o leito de Procusto. Ao fazê-lo, evidencia que seu ponto de

vista sobre a atividade do juiz é a de que o mesmo deve se adaptar as características do caso e às mudanças sociais. Confirma isso ao afirmar que:

“Como ensina o mestre argentino LUIZ GIMENEZ DE ASÚA, ‘o juiz não pode mostrar-se alheio às transformações sociais, jurídicas e científicas. Por isso a vontade da lei não deve ser investigada somente em relação à época em que nasceu o preceito, mas sim tendo em conta o momento de sua aplicação. O magistrado adapta o texto da lei às evoluções sofridas pela vida, da qual, em última consideração, o Direito é forma. Daí ele poder ajustá-la a situações que não foram imaginadas na hora remota de seu nascimento’.” (T1, p.10, 3º Parágrafo)

Procusto, na mitologia grega, era um salteador sanguinário que obrigava suas vítimas a deitar sobre um sinistro leito de ferro, do qual nenhuma saía com vida: se elas fossem mais curtas que o leito, estirava-as com cordas e roldanas; se ultrapassassem as medidas, cortava a parte que sobrava. Teseu foi ao seu encalço e matou-o, fazendo-o provar seu próprio remédio. A expressão é usada para qualquer tipo de padrão que seja aplicado à força, sem o menor respeito por diferenças individuais ou circunstâncias especiais.

Ao se utilizar dessa metáfora<sup>55</sup>, argumenta contra ela e defende claramente que um juiz deve estar atento às transformações constantes da vida impulsionadas pela ciência e tecnologia. Assim, no caso em que permite o abortamento considera que, embora a prática do aborto seja crime, há que se considerar o caso concreto:

“Decididamente, não há que se falar em reprovabilidade nem em censurabilidade de abortamento praticado em face das condições expostas na inicial, pois é inadmissível exigir da interessada que suporte a gravidez até seu termo, com todas as conseqüências e riscos que até mesmo uma gravidez normal acarreta, para que, depois do nascimento, ocorra inevitavelmente a ocisão fetal.” (T1, p.9, 2º Parágrafo)

---

<sup>55</sup> Metáfora é uma figura de estilo (ou tropo lingüístico), que consiste em uma comparação entre dois elementos por meio de seus significados imagísticos, causando o efeito de atribuição "inesperada" ou improvável de significados de um termo a outro. Didaticamente, pode-se considerá-la como uma comparação que não usa conectivo (por exemplo, "como"), mas que apresenta de forma literal uma equivalência que é apenas figurada. PERELMAN, Chaïm (1987) **"Analogia e Metáfora"**, pp 207-217 In ROMANO, Ruggiero **Enciclopédia Einaudi vol. 11 - Oral/Escrito e Argumentação**. Lisboa: IN-CM

Nessa situação, o aborto pode ser permitido porque a vida, tão variável como é, não pode sempre ser vestida com as *“mesmas roupas feitas da lei e com os figurinos da doutrina”*.

Por meio dessas figuras, mostra-se sensível à condição da mulher e ao problema do aborto. Visão de mundo que aponta para uma preocupação de grande parcela da população nacional e mundial em função das grandes polêmicas e avanços que se tem travado nessa área.

Argumenta, no ponto 1 da sentença, que faz parte da fundamentação (relembrando que a sentença é dividida em relatório, fundamentação e dispositivo), que o problema do feto está cientificamente comprovado por base científica sólida: *“Induvidosamente, há neste caso a reclamada ‘sólida base científica’ para o diagnóstico obtido.”* (T1, p.3, Penúltimo Parágrafo)

No ponto 2, argumenta sobre a condição da gestante, atingida psicologicamente e, no ponto 3 traz a base jurídica que permite a realização do aborto. Para embasar sua decisão, faz uso de um recurso já comentado: cita outros julgados além de inúmero autores conceituados no ramo do Direito Penal. Dentro dessa argumentação jurídica, lembra-se de Procusto:

“E, segundo Nelson Hungria, ‘o juiz deve ter alguma coisa de pelicano. A vida é variedade infinita e nunca lhe assentam com irrepreensível justeza as roupas feitas da lei e os figurinos da doutrina. Se o juiz não dá de si, para dizer o direito em face da diversidade da cada caso, a sua justiça será a do leito de Procusto: ao invés de medir-se com os fatos, estes é que terão de medir-se com ela.” (T1, p.9, 1º Parágrafo)

A citação de Procusto, que em outros contextos que não o das sentenças aparece sozinha, aqui vem introduzida por estar dentro de uma obra que, no contexto jurídico, teve uma grande importância. Vem como argumento que dá ao juiz a condição de decidir conforme o caso concreto.

A terceira citação que aparece nesta sentença e que não se relaciona com textos estritamente jurídicos é a da entrevista concedida por

Guimarães Rosa (In: “Quem não pode transar não pode casar” de Ruben Alves, Folha de São Paulo, 5.5.96, p.1.3)

Essa citação, juntamente com o trecho da *poesia* de Bertold Brecht e a referência ao *mito* de Procusto aparecem em todas as sentenças que autorizam o aborto. Essas sentenças, como já observado, são idênticas. Sofrem alterações apenas nos nomes das partes.

Outra observação é a de que a referência dessa citação “In ‘Quem não pode transar não pode casar’ de Ruben Alves, Folha de São Paulo, 5.5.96, p.1.3” só vai aparecer em uma das sentenças que autorizam o aborto. Unindo essa informação ao fato de que no restante de sua produção escrita, as obras literárias não são referenciadas poderia se inferir que as mesmas se encontram em alguma classificação que não é a das obras jurídicas. Estas últimas são exaustivamente referenciadas.

A citação de trecho da entrevista que Guimarães Rosa faz parte dos fundamentos de sua decisão. Usa a citação para aproximar, por analogia, as leis daquilo que é lógico e aproximar o amor daquilo que é ilógico: “a lógica é a força com a qual o homem algum dia haverá de se matar. (...) o amor é sempre ilógico; mas cada crime é cometido segundo as leis da lógica.”

Ao fazer uso dessa analogia afirma que a lógica leva a cometer crimes e que para se fazer justiça é preciso muitas vezes ser ilógico. Reafirma sua visão de que o abortamento por indicação médica, embora não seja permitido por lei, não pode ser considerado crime. Isso contraria toda a lógica do sistema penal que descriminaliza apenas o aborto resultado de estupro e o que representa risco de vida para a mulher. Em outras palavras, pode-se dizer que talvez esse juiz esteja fazendo uso da literatura para minimizar a dureza da lei e sua pessoal contrariedade a ela em alguns casos em que se mostra injusta.

É nesse contexto que a epígrafe que usa no início da sentença cresce aos olhos. Esse leitor, lembrando-se da situação da infanticida Maria Farrar, compara-a com a mulher brasileira que pobre e sem ninguém que a socorra, precisa de ajuda. Precisa de uma decisão que, mesmo ilógica,

revele a Justiça sendo feita no caso concreto: *“Mas vós, por favor, não deveis vos indignar./Toda criatura precisa da ajuda dos outros.”*

Utiliza-se ainda de uma figura que, se não está diretamente ligada a uma citação literária, tem sua origem direta nela. Além disso, carrega uma simbologia que, na análise dos demais textos, aparecerá como um dos recursos desse leitor nos usos que faz do texto escrito. Trata-se da figura do **Pelicano**: *“O juiz deve ter alguma coisa de pelicano”*<sup>56</sup>. (pág.8) A comparação é feita. O juiz deve assumir as características dessa ave e ser generoso ao analisar o caso concreto.

#### 4.2.- Sentença B: Autorização para mudança de sexo

Trata-se do caso A. M. K. (iniciais fictícias), que requereu autorização judicial para cirurgia para mudança de sexo, alegando ser transexual, e que sua "cura terapêutica" é impossível, pois o tratamento psiquiátrico ou a técnica de psicoterapia é ineficaz quando o transexualismo é primário<sup>57</sup>; e o único recurso para adequação do sexo físico ao sexo psicológico é o procedimento cirúrgico.

Nessa sentença aparecem duas citações literárias e são as mesmas que aparecem no corpo da Sentença A. Trata-se da referência ao mito de Procusto e a Guimarães Rosa:

---

<sup>56</sup> Na Europa medieval, considerava-se o pelicano um animal especialmente zeloso com seu filhote, ao ponto de, não havendo com que o alimentar, dar-lhe de seu próprio sangue. Seguiu-se, então, que o pelicano tornou-se um símbolo da Paixão de Cristo e da Eucaristia. Ele compunha os bestiários como símbolo de auto-imolação além de ter sido utilizado na Heráldica (um pelicano em piedade). Esta lenda, talvez, surgiu porque o pelicano costumava sofrer de uma doença que deixava uma marca vermelha em seu peito. Em outra versão, explica-se que o pelicano costumava matar seus filhotes e, depois, ressuscitá-los com seu sangue, o que seria análogo ao sacrifício de Jesus. KURY, Mário da G. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

<sup>57</sup> E, como lembra Tereza Rodrigues Vieira, mestra e Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo, "o transexual primário ou verdadeiro é aquele indivíduo que possui a convicção inabalável de pertencer ao sexo oposto ao constante de seu registro de nascimento. (...). O transexual reprová veemente seus órgãos externos, dos quais deseja se livrar por meio de cirurgia. Costumamos dizer que o transexual masculino é uma mulher com corpo de homem, pois suas reações são próprias do sexo com o qual se identifica psíquica e socialmente" (*Revista Literária de Direito*, setembro/outubro de 1996, p. 22).

“E, segundo Nelson Hungria, ‘o juiz deve ter alguma coisa de pelicano. A vida é variedade infinita e nunca lhe assentam com irrepreensível justeza as roupas feitas da lei e os figurinos da doutrina’. Se o juiz não dá de si, para dizer o direito em face da diversidade de cada caso, a sua justiça será a do leito de Procusto: ao invés de medir-se com os fatos, estes é que terão de medir-se com ela.” (T2, p.14, 4º parágrafo)

E:

“E também não podemos esquecer o que afirmou Guimarães Rosa, em uma entrevista, pouco antes de morrer: “a lógica é a força com a qual o homem algum dia haverá de se matar. Apenas superando a lógica é que se pode pensar com justiça. Pense nisto: o amor é sempre ilógico, mas cada crime é cometido segundo as leis da lógica” (in *Quem não pode transar não pode casar*, de Ruben Alves, Folha de S.Paulo, 5.5.96, p. 1.3). (T2, p.16, 5º parágrafo)

Ambas as citações aparecem no fundamento da sentença e com a mesma intenção de validar a idéia de que o juiz deve se adequar ao caso concreto e se atualizar conforme as mudanças sociais: “*Com efeito, o direito não pode isolar-se da cambiante e multifária realidade social e humana*”.(T2, p.16, último parágrafo)

Parece que o uso a ser observado pela análise dessas duas sentenças é o de que há um número restrito de textos com os quais esse leitor conta para citá-los nesse tipo de texto, e com bastante semelhança. As citações, com exceção da epígrafe, aparecem na parte de fundamentação jurídica e são as mesmas.

Ao se considerar o conjunto de Sentenças analisadas e se perceber que as únicas que contêm citações não jurídicas são as duas aqui estudadas, pode-se entender que as citações têm lugar numa questão para que o sistema jurídico penal não tem uma resposta exata, necessitando de uma maior interpretação da lei e aplicação conforme a orientação de cada juiz. Poderia se dizer, então, que embora estejam num status diferente do jurídico, são utilizadas também para convencer sobre o ponto de vista adotado.

Nas sentenças A e B aparece ainda a figura do juiz como pelicano: “*o juiz deve ter alguma coisa de pelicano*”. Essa afirmação ocorre logo antes de se referir à figura mitológica de Procusto, conhecido por sua crueldade que se opõe frontalmente à figura do pelicano, não menos mitológica, e que ganhou contornos de generosidade divina:

“Antigamente se fez do pelicano, pássaro aquático sob o falso pretexto de que ele alimentava os filhotes com o próprio sangue, um símbolo do amor paternal. Por essa razão, a iconografia cristã fez dele um símbolo de Cristo;...” (CHEVALIER:2002)

Pode-se dizer que para o juiz, ao analisar um caso concreto, deve-se agir como o pelicano age com seus filhotes e fugir da maneira como Procusto agia sempre ao usar uma única medida. É necessário dar lugar à benevolência e deixar a crueldade de lado.

A aproximação do juiz com outras figuras ocorre em outros lugares de sua produção escrita e, à medida que aparecerem, serão evidenciadas.

## **5 – Análise dos artigos**

São três os artigos aqui analisados. Neles há a presença de vários gêneros literários: *poemas*, *narrativas mitológicas* e *contos*. O que se quer chamar a atenção é que estes textos, dentro de seus gêneros, criam uma expectativa de leitura, antecipam compreensões que os aproximam de outros e indicam o seu lugar por meio de saberes pré-adquiridos pelo leitor.

“Antes de mais, chama a atenção para as identificações explícitas, que designam e classificam os textos, criando em relação a eles expectativas de leitura, antecipações de compreensão. O mesmo sucede com a indicação do gênero, que aproxima o texto de ler de outros, já lidos, e que aponta ao leitor qual o pré-saber onde inscrevê-lo.” (CHARTIER, 1999:132)

Da mesma forma, os textos aqui analisados, pertencem a gêneros para os quais a presença de poesia, mitologia e contos traz, em algum nível, um estranhamento para o leitor que pertence a esta comunidade de leitores. Revelam, no entanto, um leitor perspicaz, que, ao mesmo tempo se utiliza de estratégias e táticas em torno do texto, fazendo dele uma arma a seu favor.

### 5.1 – T3: O aborto na rede pública de saúde

Este é o mais curto de todos os textos. Nele, o leitor em discussão vai discorrer sobre o aborto. Num primeiro momento esclarece quais os casos em que o aborto, no Brasil. É permitido:

“Todo mundo sabe que, de acordo com o artigo 128<sup>58</sup> do Código Penal, não se pune o abortamento *necessário* (se não há outro meio de salvar a vida da gestante) nem o *sentimental consentido* (se a gravidez resulta de estupro). Isso não é nenhuma novidade.” (T3)

Argumenta que, embora estes dispositivos legais sejam claros, o Estado não tomou nenhuma providência para que a mulher pudesse, com raras exceções, praticar o aborto nas referidas hipóteses, condenando-a ao lago de Tântalo:

“Assim, apesar da clareza desses dispositivos penais permissivos, a mulher está condenada, na grande maioria das cidades brasileiras, a suportar os cruéis sofrimentos no lago de Tântalo.” (T3)

---

<sup>58</sup> **Artigo 128:** “Não se pune o aborto praticado por médico:

**Aborto necessário**

I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

**Aborto no caso de gravidez resultante de estupro**

II – se a gravidez resulta de estupro e o precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.  
(Código Penal/1940)



Tântalo era um rei cruel, um filho bastardo de Júpiter que, para impressionar os deuses do Olimpo, mandou matar seu próprio filho Pélope e servi-lo no jantar oferecido aos deuses. Por essa maldade foi condenado a passar a eternidade num lago, que passou a ser chamado por seu nome.

No Lago de Tântalo, embora a água fosse fresca não havia como bebê-la, embora houvesse frutos ao alcance das mãos não era possível comê-los:

“De repente, torturado por uma terrível e insuportável sede, Tântalo, sem poder dobrar o corpo, abaixou a cabeça para beber um pouco do líquido refrescante, pois a água estava quase na linha de sua boca. A água, contudo, instantaneamente lhe desceu até os pés, ao menor movimento do pescoço. Depois, tomado por uma fome devastadora, estendeu o braço para alcançar os deliciosos frutos que pendiam das árvores ao redor. Porém, quando quase tinha um deles nas mãos, um forte vento ergueu o galho para o alto, tornando o fruto inatingível aos seus curtos braços.” (FRANCHINI, 2003:95)

O lago de Tântalo, embora pareça um paraíso à primeira vista, é um inferno.

Ocorre que a mulher nas condições em que necessita do aborto não merece esses sofrimentos, situação contrária ao do rei que foi condenado a passar a eternidade no Lago de Tântalo.

Constrói-se nessa **aproximação** entre o mito de Tântalo e a situação da mulher que aborta. Os dois matam seus filhos. Ocorre que a mulher nessas condições não merece esses sofrimentos, situação contrária ao do rei que foi condenado a passar a eternidade no **lago de Tântalo**:

#### QUADRO 1- MITO DE TÂNTALO

<b>SUPLÍCIO DE TÂNTALO</b>	Tântalo era um rei cruel, um filho bastardo de Júpiter que, para impressionar os deuses do Olimpo, mandou matar seu próprio filho Pélope e servi-lo no jantar oferecido aos deuses. Como castigo, passou a eternidade num lago infernal que ficou conhecido	<b>Tântalo:</b> mulher pobre que sofre ao necessitar de aborto.  <b>Suplícios do lago:</b> sofrimentos no sistema de saúde que não está preparado para o aborto e para o atendimento de mulheres que precisam abortar.
----------------------------	---	--

	por seu nome.	
--	---------------	--

O que ocorre com a mulher ao precisar, ou ainda, ao ter direito ao aborto? Mesmo não merecendo, mesmo não tendo cometido nenhuma crueldade, é colocada no lago de Tântalo. Num país em que há recursos, em que há hospitais bem aparelhados que resolveriam seus problemas não pode alcançá-los. O castigo recebido pelas mulheres é resultado do despreparo do sistema de saúde e do descaso das autoridades que deveriam agir e não o fazem.

Dessa forma, os abortos, mesmo os não criminosos, continuam sendo realizados na clandestinidade. A mulher é aproximada de Tântalo quando se comparam os sofrimentos para, no mesmo instante ser afastada por não merecer esse tratamento, pois não cometeu nenhum crime.

Confirmando esse entendimento em razão da situação da mulher, o juiz afirma que o Estado é omissos ao *“dar com uma mão e tirar com a outra”*. O Estado, por meio da legislação, permite o aborto, no entanto não oferece as condições práticas para que seja realizado.

Há, por meio da citação desse texto a construção de metáforas. O leitor que conhece o mito de Tântalo é levado à imagem de sofrimento intenso. Trata-se de um recurso de retórica usado para dar intensidade à situação, para chamar a atenção para o que significa necessitar do aborto e não ter acesso a ele.

Tem-se um uso retórico do mito por meio da metáfora.

Ainda neste texto, tem-se a menção a outro mito. O mito de Sísifo é usado para falar da luta dos profissionais da saúde por melhores condições no atendimento às mulheres:

“Oxalá os operadores do Direito também possam ficar sensibilizados e comprometidos com essa luta, para contribuir de modo decisivo para que todo esse esforço desses admiráveis profissionais não se transforme em um mito de Sísifo.” (T3)

Mais uma vez o leitor/escritor faz uso do texto como um elemento de retórica. O mito se transforma em metáfora da luta dos operadores do Direito<sup>59</sup>:

#### QUADRO 2 – MITO DE SÍSIFO

<b>SÍSIFO</b>	Astuto personagem, enganou várias vezes o próprio Zeus. Como castigo foi condenado a rolar uma pesada pedra até o pico de uma das montanhas mais altas do inferno. A poucos metros do cume, faltavam forças a Sísifo e a pedra rolava encosta abaixo, começando tudo outra vez, pela eternidade.	<b>METÁFORAS</b>  <b>Sísifo:</b> profissionais da saúde  <b>Rolar a pedra:</b> esforço feito pelos profissionais
---------------	--	--

Ele compara o esforço dos profissionais da saúde ao esforço de Sísifo rolando a pedra. Ao concluir o que pensa sobre os profissionais da saúde que lutam por melhores condições para as mulheres, elege o mito de Sísifo que, segundo FRANCHINI (2003) é um dos mais astutos personagens da Mitologia Grega, enganou várias vezes o próprio Zeus, o rei dos deuses. Como castigo, foi condenado, quando morreu, a rolar uma pesada pedra até o pico de uma das montanhas mais altas do inferno. O detalhe torturante é que esta pedra tinha um peso calculado de tal forma que, a poucos metros do cume, faltavam forças a Sísifo e a pedra rolava encosta abaixo, começando tudo outra vez, pela eternidade. A expressão hoje designa qualquer trabalho que pareça interminável.

Os profissionais da saúde não são comparáveis a Sísifo, uma vez que lutam por uma causa justa, não são enganadores. O juiz, ao citar o mito, aponta para o desejo de que o trabalho desses profissionais alcance a sensibilidade dos operadores do direito.

Ao apontar para o mito, mais uma vez, procura nele, por meio da metáfora, alguma característica positiva que intensifique a idéia que quer transmitir ao seu leitor. Há nas duas situações, a do mito e a real, algo que pode ser considerado comum. A intersecção de idéias: o esforço de Sísifo e o esforço dos operadores do direito.

<sup>59</sup> Juízes, advogados, promotores de justiça.

## 5.2. – T4: Mulheres imprescindíveis numa luta incansável por direitos

Este texto se inicia com uma palavra do leitor/escritor diretamente aos leitores do texto:

“Peço vênica inicialmente aos que lêem este texto para dirigir-me de forma especial e mais direta às mulheres que lutam de modo incansável e todos os dias pela garantia de direitos e que, por isso, são imprescindíveis.” (T4, 1º parágrafo)

O texto, publicado pela IPAS<sup>60</sup> é direcionado às mulheres envolvidas com a questão da descriminalização do aborto.

A segunda citação dentro desse gênero ocorre no T3 – *Mulheres imprescindíveis numa luta incansável por direitos*, que discute a luta das mulheres e dos profissionais da saúde por melhores condições no sistema de saúde do Brasil.

Trata-se do poema *Fado Tropical*<sup>61</sup> de Rui Guerra, musicado por Chico Buarque de Holanda:

“Sempre que ouço a bulha, o tilintar das espadas, os brados corajosos dessas incansáveis mulheres, lembro-me dos versos de Rui Guerra, da música *Fado Tropical*, composta por Chico Buarque de Holanda: se a mão fica distante do coração, é porque existe uma grande distância entre a intenção e o gesto.”(T3)

Cria uma imagem de guerra para descrever o que as mulheres têm feito: “*Sempre que ouço a bulha, o tilintar das espadas, os brados corajosos dessas incansáveis mulheres...*”. A espada é símbolo da

---

<sup>60</sup> Revista IPAS: publicação que pertence a IPAS Brasil, uma Organização Não Governamental dedicada à melhora da qualidade de vida das mulheres pelo enfoque na saúde reprodutiva.

<sup>61</sup>

bravura, da guerra que se trava não num campo de batalha, mas num Estado que não transforma as intenções em atitudes concretas.

Para ilustrar a intenção distante dos gestos do Estado no que tange à revisão legislativa quanto à punição do aborto como crime, lança mão de um trecho do poema de Rui Guerra: *“Se a mão fica distante do coração, é porque existe uma grande distância entre intenção e gesto.”*

Ao se consultar a letra da música, percebe-se diferença entre a citação feita e a letra original que diz: *“Se trago as mãos distantes do meu peito / É que há distância entre intenção e gesto”*. Dessa alteração feita, pode-se inferir que esse trecho do poema foi lembrado e citado de cor, como quem cantarola uma canção.

A letra da música faz referência ao que a mão faz contrariando os desejos do coração, porque está longe dele. O leitor se apropria desse sentido ao dizer que o Estado, embora tenha a intenção de fazer porque legisla nesse sentido, não o faz. Na música, as atitudes são tomadas, mesmo sem a vontade do coração: *“Meu coração tem um sereno jeito / E as minhas mãos o golpe duro e presto / De tal maneira que, depois de feito / Desconcentrado, eu mesmo me contesto.”*

Ele retira o trecho do poema de seu contexto para ajudar na argumentação. O texto literário parece trazer ao texto a ênfase que o assunto merece. Por outro lado, o uso desse poema parece não se restringir à citação. Ao se ler o grande trecho de onde é retirada percebe-se que a idéia de luta também vem dele. O poema, na íntegra está no Anexo/Coletânea.

Entre as linhas de seus textos, há um leitor que não apenas cita trechos de memória, mas que faz uso dos conteúdos e idéias centrais dos textos que lê. Há uma linha direta pela qual se vai do texto literário à situação concreta. As mesmas digitais encontradas no texto escrito são encontradas no texto lido. O leitor, com suas características próprias, marca seu texto com citações.

No parágrafo seguinte do texto, pode se ler: *“É preciso muita luta, muita coragem para aproximar a mão do coração, para transformar meras intenções em gestos e atitudes concretas....”*. A mesma idéia de luta presente no texto de Rui Guerra é fortemente utilizada no decorrer de todo o texto, tanto que na citação de outro poema, agora de Fernando Pessoa, continua abordando a atuação da mulher e a necessidade de se solidarizar com ela: *“ é preciso solidarizar-se com as ovelhas rebeldes.”* A mulher é comparada e deve agir como uma ovelha rebelde. Não pode, como é o costume na tradição cristã, sujeitar-se ao sacrifício, continuar no papel de vítima. É preciso lutar.

Essa é a tônica dada. A luta por melhores condições e a idéia de constante atenção por parte daquelas que têm seus direitos ainda por cristalizar ou alcançar.

Sob o mesmo tema dos direitos das mulheres, o T3 aborda sua luta por melhor atendimento na rede de saúde e pela descriminalização do aborto. Nesse texto, cita mais uma vez o Lago de Tântalo. Só que nessa citação, resume o mito e estabelece claramente as metáforas e simbologias. Embora seja uma citação longa, nesse caso é proveitosa:

“Tântalo, por sua rebeldia e ousadia, foi condenado por Zeus a permanecer, por toda eternidade, acorrentado e parcialmente submerso em um lago com água até a altura do seu peito. E, quando Tântalo sente sede e abaixa-se para beber água do lago, o nível da água diminui e Tântalo não consegue saciar a sede que o tortura. Mas não é só. Quando Tântalo sente fome, ele levanta os braços para tentar colher os frutos da árvore cujos galhos se estendem sobre sua cabeça. Mas quando isso acontece, Eólo, o senhor dos ventos, manda que uma brisa afaste as frutas do alcance das mãos de Tântalo. E Tântalo, dessa forma, ali permanece, e permanecerá por toda a eternidade, com sede eterna e com fome eterna. Mas ainda não é só. Sobre sua cabeça, no alto do penhasco, Zeus colocou uma pedra que ameaça desabar. Assim além de ser torturado pela fome e pela sede eternas, Tântalo também está condenado a viver com medo eternamente.”

Esse Tântalo retratado por essa citação não se parece em nada com o descrito em outras versões. Parece aqui ser uma vítima das

atrocidades de Zeus sem que as tenha merecido. As versões encontradas dão conta de um Tântalo cruel, por isso merecedor de tanto sofrimento. Nessa leitura parece ter havido uma mitigação de sua crueldade, na verdade, uma substituição dela por ousadia e rebeldia. As mesmas características que serão atribuídas às mulheres no decorrer desse mesmo texto – T4.

Na continuação dessa citação, a aproximação com a situação da mulher é feita da seguinte forma:

“É assim que estão vivendo as mulheres no Brasil, na América Latina, no Caribe e em todos os países que criminalizam o abortamento: como Tântalo, vivem as mulheres com fome eterna de justiça, com sede eterna de direitos e com medo eterno das consequências da brutal intolerância de um cruel sistema penal.” (T4)

Compara diretamente a sede de água de Tântalo à sede de direitos da mulher, a fome de comida à fome de Justiça, o medo de uma pedra com o medo de consequências.

Além de dar sua própria versão ou entendimento do mito, essa ocorrência revela um leitor consciente de que os leitores desse texto são diversos dos leitores dos outros textos. Parece revelar que considera o leitor do meio jurídico para os quais os outros textos são direcionados mais aptos a estabelecer relações, ou mais propensos a conhecer os mitos que menciona. Essa distinção está clara ao iniciar o T4 com a expressão: *“Peço vênica inicialmente aos que lêem esse texto para dirigir-me de forma especial e mais direta às mulheres...”*. A seguir, quadro dos mitos utilizados no T4:

**QUADRO 3 – MITOS CITADOS NO T4**

<b>SUPLÍCIO DE TÂNTALO</b>	Tântalo era um rei cruel, um filho bastardo de Júpiter que, para impressionar os deuses do Olimpo, mandou matar seu próprio filho Pélope e servi-lo no jantar oferecido aos deuses. Como castigo, passou a eternidade num lago infernal que ficou conhecido por seu nome.	<b>METÁFORAS</b>  <b>Tântalo:</b> mulher pobre que sofre ao necessitar de aborto.  <b>Suplícios do lago:</b> sofrimentos no sistema de saúde que não está preparado para o aborto e para o atendimento de mulheres que precisam
----------------------------	---	---

		abortar.
<b>ESPADA DE DÂMOCLES</b>	Dâmocles era um cidadão de Siracusa que invejava a sorte de seu rei Dionísio, sua riqueza e seu poder. Aceitou a oferta de trocar de lugar com o rei por um dia. Tudo ia bem até que, à hora do almoço, percebeu que pendia sobre sua cabeça, uma espada presa apenas por um fio.	<b>METÁFORAS</b>  <b>Espada:</b> criminalização do aborto que aflige especialmente as mulheres pobres, controlando-as e afastando-as da assistência estatal a que têm direito.

No T4, a mulher ganha um espaço extraordinário e, para continuar seus argumentos favoráveis ao aborto, traz o mito de Dâmocles em que a espada, que em outro momento representou a bravura das mulheres, agora é símbolo de flagelo, de sofrimento, de separação da assistência social a que têm direito. É essa a imagem que se tem ao ler *“...especialmente com relação às mulheres pobres, a criminalização permanece como uma odiosa e terrível espada de Dâmocles, afastando-as, na verdade, da assistência estatal a que têm direito”*

Dâmocles era um cidadão de Siracusa que invejava a sorte de seu rei Dionísio, sua riqueza e seu poder. Aceitou a oferta de trocar de lugar com o rei por um dia. Tudo ia bem até que, à hora do almoço, percebeu que pendia sobre sua cabeça, uma espada presa apenas por um fio. Apavorado, não quis continuar em sua experiência, preferiu voltar para sua casa. Entendeu que junto com a riqueza e a fama, havia a morte e os grandes problemas sempre a resolver.

A figura da espada é usada ora para se referir à bravura e ora para se referir aos grandes problemas enfrentados pela mulher. Para com a mulher que sofre com o descaso, que tem uma espada sobre sua cabeça e para as que, em melhores condições, podem lutar, no entanto, é necessário ter a mesma solidariedade.

Assim é que os mitos de Procusto, Sísifo, Tântalo e Dâmocles são recuperados por esse leitor para tratar de um grande tema: a mulher em situação de aborto. Esse corpo de mitos aparece em torno de uma mesma idéia, a descriminalização do aborto e estruturam argumentos que, ora defendem uma atitude do Estado mais assertiva em relação à distância entre a teoria e a prática, ora dão conta de imagens do legislador como não infalível,



não onipotente, que deve estar atento à sua realidade e ser solidário com os que lutam por melhores condições e com os que sofrem pela ineficiência do Estado no âmbito das políticas sociais e de saúde, como também no acesso à justiça.

Prepondera o uso dos mitos por meio de metáforas. Esse recurso está presente em toda a citação de mito

### 5.3. – T5: Reflexos do Novo Código Civil no Sistema Penal

Este texto discute o artigo 2043<sup>62</sup> do Novo Código Civil/2003. Questiona as interferências sofridas pelo sistema penal após a entrada em vigor da nova lei.

Nesta produção aparecem oito citações: três se referem a narrativas mitológicas, três são poesias sendo duas de Carlos Drummond de Andrade, uma de Luís Vaz de Camões e dois contos de Guimarães Rosa.

As narrativas mitológicas que aparecem são as seguintes: Procusto, Antígona e Penélope:

**QUADRO 4 - MITOS DO T5**

MITO	RESUMO	METÁFORA
<b>PROCUSTO</b>	Um salteador sanguinário que obrigava suas vítimas a deitar sobre um sinistro leito de ferro, do qual nenhuma saía com vida: se elas fossem mais curtas que o leito, estirava-as com cordas e roldanas; se ultrapassassem as medidas, cortava a parte que sobrava.	<b>Procusto:</b> legislador <b>Leito:</b> dispositivos legais <b>Vítima:</b> ordenamento jurídico
<b>PENÉLOPE</b>	Esposa fiel espera por seu marido Ulisses durante vinte anos,	Compara a declaração de morte presumida no artigo 7º do Novo Código

<sup>62</sup> “Até que por outra forma se disciplinem, continuam em vigor as disposições de natureza processual, administrativa ou penal, constantes em leis cujos preceitos de natureza civil hajam sido incorporados a este Código.”

	tecendo e destecendo uma teia.	Civil à angústia de Penélope à espera de Ulisses
<b>ANTÍGONA</b>	Antígona dá sepultura ao morto, violando a ordem do rei, espalha sobre o corpo de Polínices uma fina camada de pó. Por este ato piedoso, foi condenada à morte e encerrada viva no túmulo de sua família.	Compara os princípios formadores da cultura grega que inspiraram a atitude de Antígona, contrariando a literalidade da lei à prevalência do ordenamento constitucional e penal sobre o artigo 2.043 do Código civil.

A citação do mito de Procusto se dá em um contexto diferente. Nele, o que se quer criticar é o legislador que se julga onipotente ao querer colocar todo o ordenamento jurídico sob os ditames de um único artigo do Novo Código Civil:

“É verdade que, muita vez. O legislador, em seu delírio positivista e onipotente, como se Procusto fosse, acredita ser capaz de obrigar o ordenamento jurídico, que tem a sua substância concebida em um ambiente constitucional, a submeter-se à literalidade específica e limitada de certos dispositivos legais,...”(T5, pág.87)

A substância da comparação é, no entanto, a mesma: cada situação deve ser analisada segundo um conjunto de princípios, segundo o contexto de sua ocorrência.

Com a mesma intenção de argumentar a favor de um entendimento mais amplo, que envolva todo o sistema jurídico, tendo a Constituição como base, invoca o mito de Antígona. Utiliza-se dele para louvar a atitude de Antígona e incentivar a que os operadores do Direito hajam da mesma maneira. Tal a grandeza que pode haver em um povo que o que havia de ruim no ordenamento antigo, deve ser esquecido. Ainda na mesma direção de se abandonar a literalidade positiva da lei, cita o Mito de Antígona:

“Com efeito, foram princípios formadores da cultura grega que se levantaram, como expressão de um valor maior, para inspirar a decisão de Antígona, que sepultou seu irmão Polínices, contrariando a literalidade positiva da lei ateniense que o sentenciava a ficar insepulto para ser devorado pelos cães e pelas aves de rapina.”(FRANCCHINI, 2003:88)

O mito de Antígona retoma a idéia de que um único dispositivo de lei não pode suplantiar todo o ordenamento constitucional e penal, com seus princípios que jamais podem ser abandonados.

O mito de Antígona prende-se à história da casa dos descendentes de Lábdaco, rei de Tebas. Na versão da tragédia, a jovem é filha de Édipo e Jocasta, irmã de Ismene, Polinices e Etéocles. Desgraças irreparáveis e grandes provações marcam o seu destino. A primeira desgraça prende-se ao seu nascimento, pois ela é fruto de incesto de Édipo com a própria mãe. A segunda consiste na pesada missão de guiar o pai, cego e banido de Tebas, por toda a vida, em sua peregrinação, amparando-o até a morte, em Colono.

A terceira grande infelicidade prende-se às conseqüências do combate entre os dois irmãos, Etéocles e Polinices, pelo poder em Tebas, combate no qual ambos pereceriam, amaldiçoados por Édipo, a quem expulsaram de Tebas, após se terem descoberto os seus crimes.

Expulso Édipo de Tebas, seus dois filhos combinaram exercer o poder de forma alternada, por um ano, a começar por Etéocles. Este, porém, findo o tempo, recusou-se a entregar o trono a Polinices que, apoiado pelo reino de Argos, avança contra Tebas. Ocorre então o famoso episódio, tão explorado pela tragédia grega, referido como *Sete contra Tebas*.

Mortos os filhos de Édipo, o trono é ocupado pelo irmão de Jocasta, Creonte. O novo rei promulgou então um decreto pelo qual proibia que se prestassem honras fúnebres a Polinices, que considerava inimigo de Tebas.

Todavia, Antígona considera dever sagrado, imposto pelos deuses e leis não escritas, dar sepultura ao morto, em especial em se tratando de parente próximo. Viola a ordem do rei, espalha sobre o corpo de Polinices uma fina camada de pó, em gesto ritual suficiente para satisfazer a obrigação religiosa. Por este ato piedoso, foi condenada à morte e encerrada

viva no túmulo de sua família. Enforca-se na prisão e o noivo Hémon, filho do rei, mata-se sobre seu cadáver. Eurídice, esposa de Creonte, diante da perda do filho, desesperada, suicida-se.

O mito imprime força às afirmações. A mesma que o leitor permite vislumbrar em suas afirmações quando da citação do mito:

“Com efeito, foram princípios formadores da cultura grega que se levantaram, como expressão de um valor maior, para inspirar a decisão de Antígona, que sepultou seu irmão Polínices, contrariando a literalidade positiva da lei ateniense, que o sentenciava a ficar insepulto para ser devorado pelos cães e pels aves de rapina.” (T5, pág.88)

Essa citação permite atentar para um sinal do leitor. O rei Creonte, autor do édito que proibia o sepultamento de Polínices pode ser comparado ao *“legislador, em seu delírio positivista e onipotente, (...), acredita ser capaz de obrigar o ordenamento jurídico...”*. (T5, p.88)

Dessa forma, elabora analogias entre a situação enfrentada por Antígona e as enfrentadas pelo operador do direito. Compara ainda o desejo onipotente do legislador ao criar as leis à atitude do rei Creonte ao proibir o sepultamento de Polínices. Pode-se ir mais além e vislumbrar a analogia da onipotência própria dos reis tomada de empréstimo pelo legislador. Em última instância, a afirmação de que o legislador é um rei, ou acha que é ao editar leis que não podem ser cumpridas.

O mito de Ulisses e sua eterna esposa Penélope é usado como exemplo de morte presumida em que alguém, desaparecido em campanha, não foi encontrado até dois anos após o término da guerra. Tem a seguinte entrada no T5, pág. 120: *“A hipótese de declaração de morte presumida, prevista no inc. II do art. 7º do Novo Código Civil/2002<sup>63</sup>, que traz à lembrança a angústia de Penélope à espera de Ulisses ...”*.

---

<sup>63</sup> **Art. 7º** Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

...

II – se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

Em meio a toda a questão jurídica que se estabelece quando alguém morre em campanha e tem a morte presumida, o leitor/autor se lembra do mito e, possivelmente, da experiência nada agradável de alguém na mesma condição de Penélope e, nessa lembrança, faz referência à angústia.

Para falar de morte presumida, poderia citar inúmeros casos já julgados e publicados em revistas de jurisprudências e em sites oficiais, no entanto prefere socorrer-se de uma morte presumida que jamais ocorreu, da angústia de uma mulher pelo marido que jamais existiu. Que, no entanto, *in abstracto*, pode representar qualquer caso concreto.

O poema *Fado Tropical* volta a parecer no T5 – *Reflexos do Novo Código Civil no Sistema Penal*: “*lembra-nos, com a sabedoria dos poetas, que, se a mão fica distante do coração, é porque existe uma grande distância entre a intenção e o gesto*”.(pág.106)

Mais uma vez utiliza a imagem da mão próxima do coração para falar de ações concretas que garantam direitos. No texto que trata do aborto, as ações concretas do Estado devem ser para garantir o direito das mulheres, aqui se trata de garantir a proteção dos menores de 21 anos nos atos do processo penal. A metáfora construída é a mesma: manter as mãos próximas do coração significa fazer e não apenas querer fazer. Nos dois casos, o titular da ação é o Estado, que atua como legislador, mas que, nos pontos abordados, não atua como cumpridor da legislação.

Faz, dessa forma, uma dura crítica ao Estado do qual ele próprio faz parte, uma vez que é juiz e atua em várias frentes. Por essa constatação não é demais dizer que defende um ponto de vista e pauta suas decisões por ele, mesmo que isso signifique nadar contra a corrente.

Há ainda nesse mesmo texto, três citações de textos poéticos: *Nosso Tempo* e *O Lutador*, de Carlos Drummond de Andrade<sup>64</sup>; *Os Lusíadas*<sup>65</sup>, de Camões.

---

<sup>64</sup> Andrade, Carlos Drummond de. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.

<sup>65</sup> Camões, Luís Vaz de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1988.

Ao fazer a introdução do texto defende que o Novo Código Civil, que entrou em vigor em janeiro de 2003 teve reflexos no sistema jurídico em geral e, de forma especial, no sistema penal. Contesta a idéia de um legislador infalível e onipotente e, ao emitir essa opinião diz: *“Portanto, sem acreditar na infalibilidade do legislador, é preciso ouvir o conselho do poeta Carlos Drummond de Andrade: ‘as leis não bastam; os lírios não nascem das leis’.*” (T5, pág.87)

Essa afirmação, embora amparada em um texto poético, tem um profundo e duro sentido, assim como a poesia. O autor utiliza a afirmação do poeta para dar voz à indignação quanto à pretensão do legislador de dar conta de todo um sistema jurídico por meio de apenas um artigo de lei. Trata-se do artigo 2.043 do novo Código Civil, que entrou em vigor no dia 11.01.2003 e que afirma: *“Até que por outra forma se disciplinem, continuam em vigor as disposições de natureza processual, administrativa ou penal, constantes em leis cujos preceitos de natureza civil hajam sido incorporados a este Código.”*

Ou seja, com um único artigo, o legislador quer tratar de forma simplista uma questão altamente complexa. Daí nasce o inconformismo. Ao se olhar para o poema, o tom dado pelo poeta é exatamente o mesmo. O leitor dialoga com o texto poético em sua revolta: (trecho do poema *Nosso Tempo*, de Carlos Drummond de Andrade – Texto completo no Anexo/Coletânea)

**“Este é tempo de partido,  
Tempo de homens partidos.**

**Em vão percorremos volumes,  
viajamos e nos colorimos.**

**A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.**

**Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.**

**As leis não bastam. Os lírios não nascem  
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se**

na pedra....”

Reforça esse argumento com outro poeta. Camões é lembrado para fazer calar a voz do Novo Código Civil diante do que o juiz, como aplicador do direito, entende ser o mais correto, ou seja, a prevalência de princípios constitucionais e de princípios formadores do sistema penal sobre um único artigo do novo código: *“Decididamente, como afirma Camões, há de cessar tudo que a antiga musa canta, quando um ‘valor mais alto se alevanta’.”*(T4, pág.88)

*Os Lusíadas*<sup>66</sup>, uma epopéia escrita por Luís Vaz de Camões para engrandecer a história portuguesa de forma geral e, em especial, a aventura da navegação é lembrada para transmitir a idéia de que as coisas antigas e que não servem ao homem devem dar lugar a valores maiores: *“Cesse tudo o que a musa antiga canta, / Que outro valor mais alto se alevanta.”*

Um escritor clássico que insiste em querer ressurgir das cinzas uma grandeza que Portugal já não tem mais, prega contra o passado mais remoto, o passado greco-latino. O texto é usado para incentivar a idéia de que o que havia de ruim no ordenamento antigo deve ser esquecido para dar lugar a novos institutos.

Tal a grandeza que pode haver em um povo que o que havia de ruim no ordenamento antigo, deve ser esquecido. Ainda na mesma direção de se abandonar a literalidade positiva da lei é que cita o Mito de Antígona:

“Com efeito, foram princípios formadores da cultura grega que se levantaram, como expressão de um valor maior, para inspirar a decisão de Antígona, que sepultou seu irmão Polínices, contrariando a literalidade positiva da lei ateniense que o sentenciava a ficar insepulto para ser devorado pelos cães e pelas aves de rapina.”(2003:88)

---

<sup>66</sup> CAMOES, Luís Vaz de. Obra completa. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1988.

Agora, ao contrário do dito na oitava de Camões, os valores gregos é que devem prevalecer. Parece haver uma indicação de que a cada momento e diante da situação fática concreta é que se terá de decidir qual o maior valor.

Ao citar o segundo poema de Drummond, nesse mesmo T5 (pág.102), o faz para dar razão ao poeta sobre o uso das palavras. O juiz diz: “Na realidade, toda a confusão, bem como o equívoco da mencionada conclusão, tem uma causa: o uso da palavra *menoridade* no art. 9º do CC/16 e no art. 5º do novo CC.”<sup>67</sup>

Para o juiz, toda a confusão no uso dessa palavra poderia ter sido resolvida com o uso da palavra *incapacidade* em vez de *menoridade*. A diferença de sentidos e de conseqüências no âmbito do direito penal e civil está gerada em função de uma única palavra. Diante desse impasse gerado pelo legislador, o jurista socorre-se do poeta: “*Daí toda a confusão. Carlos Drummond de Andrade tem razão: ‘lutar com palavras, a luta mais vã, entanto lutamos mal rompe a manhã’.*”<sup>68</sup>

Nessa referência, a idéia de luta aparece mais uma vez. Agora, o aplicador do direito, assim como o poeta, luta com as palavras. Essa aproximação de imagens é constante e ainda vai aparecer algumas vezes. Embora não se trate de uma citação explícita, há um trecho nesse mesmo texto – Reflexos do Novo Código Civil no Sistema Penal – que merece citação por corroborar essa idéia de aproximação do aplicador do direito com outras figuras:

“Assim devo lembrar, antes de qualquer reflexão sobre a incidência das alterações do novo Código Civil no Sistema Penal, que o **barqueiro**, durante a tempestade, não deve olhar apenas para as ondas que batem na proa de sua embarcação, mas deve também observar o céu, considerar a natureza e o movimento das nuvens, posicionar-se de acordo com as estrelas e mirar o horizonte.” (T4, pág.89)

---

<sup>67</sup> CC/16: Código Civil de 1916; novo CC: Código Civil de 2003.

<sup>68</sup> Do poema *O lutador*, in: Andrade, Carlos Drummond de. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2001.



O barqueiro, que aparece na cultura cristã como ‘*símbolo e meio de passagem para o Outro-Mundo*’<sup>69</sup>, como aquele responsável pela embarcação e que compreende os fenômenos da natureza de forma harmônica para não focar sua atenção apenas nas ondas é aqui invocado para simbolizar o juiz que não olha apenas para o detalhe de um artigo, mas para todo o ordenamento jurídico.

As imagens construídas para o aplicador do direito são muitas, no entanto convergem para a luta incessante na efetivação dos direitos. Para isso a interpretação do sistema penal não pode se ater à letra da lei tão somente, mas ao espírito do ordenamento jurídico e ao contexto social, político e econômico vivido.

O *poema* enquanto gênero dá indícios das práticas de leitura próprias desse leitor. Nos paralelismos possíveis de serem traçados, vê-se um leitor que se apropria das dores de uma infanticida condenada, que vê na sua atuação de juiz a possibilidade de não cometer tais injustiças com mulheres que precisam da ajuda da justiça para resolverem suas situações de angústia. Um leitor que se apropria da imagem do homem que luta para efetivar as ações, que luta para trazer a mão para perto do coração e, em outras palavras, transformar as intenções em fatos. Que luta, como o poeta, com as palavras, para dar ao texto legislativo a melhor interpretação.

Esse resultado se dá pela observação de características menores desse juiz, suas particularidades retiradas de suas leituras, por uma análise interpretativa centrada sobre os resíduos, sobre dados marginais que, no entanto, são reveladores.

Ao discutir o dispositivo legal já tratado aqui, o artigo 2.043 do CC, evoca ainda o conto *Corpo fechado*<sup>70</sup>: “*Aliás, esse dispositivo legal faz lembrar o Corpo fechado de Guimarães Rosa...*”. O conto *Corpo fechado* narra a história de Manuel Fulô, homem covarde que, depois de ter o

---

<sup>69</sup> CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alan. Dicionário de Símbolo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

<sup>70</sup> Rosa, João Guimarães. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

“corpo fechado” por um curandeiro, enfrenta o valentão da cidade para defender a honra de sua noiva Das Dor.

O conto de Guimarães Rosa é aqui comparado ao Código Penal que, conforme quer o legislador, está imune às alterações sofridas pelo Código Civil. No entanto, o leitor manifesta sua indignação diante dessa exigência tendo-a como descabida.

A aproximação é feita para mostrar o grande absurdo dessa idéia que, na prática, não funciona. Não é possível fechar o Código Penal para que não recepcione nenhuma das mudanças introduzidas no ordenamento jurídico pelo Novo Código Civil. Essa leitura vai mais além, pois ao criticar essa postura no legislador, afirma que isso só seria possível, comparativamente, por obra de entidades sobrenaturais com o poder de fechar o Código Penal. Essa profundidade é possível ao leitor do conto de Guimarães Rosa que, experiente e, atrelado à sua própria experiência profissional lê o que outros leitores não leriam. Oscar Lopes, que prefacia a 13ª Edição de *Sagarana*, obra na qual estão os dois contos citados – **Corpo fechado** e **A hora e vez de Augusto Matraga**, publicada em 1971, afirma:

“A sua leitura é difícil para estrangeiros, para portugueses e até mesmo, ao que parece, para brasileiros, embora o leitor informado possa vencer as principais dificuldades iniciando-se por alguns contos reunidos em *Sagarana* (....). De resto, a maior parte das dificuldades vem de duas origens: o internamento num mundo para nós quase inédito de fauna, flora, utensilagem, instituições: e a nossa própria deformação escolar por uma gramática e uma retórica que ignoram muitas das possibilidades expressivas mais importantes da linguagem oral.”

O segundo conto mencionado, *A hora e vez de Augusto Matraga*<sup>71</sup>, narra a história de Nhô Augusto Esteves, filho do coronel Afonso Esteves, das Pindaíbas e do Saco-da-Embira. Nhô Augusto é conhecido por sua valentia e maldade e, por essa sua conduta, conquista vários inimigos. Entre eles o major Consilva que, num acerto de contas espancou, marcou a ferro e mandou matar o Nhô Augusto Esteves. No entanto, o serviço não foi

---

<sup>71</sup> Rosa, João Guimarães Rosa. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

bem terminado pelos capangas do Major. Nhô Augusto foi encontrado e curado por um casal de pretos que morava na boca do brejo. Durante sua recuperação e por um longo tempo, esteve escondido e seguia à risca as ordens de um padre que o ajudou durante sua dor.

No trecho em que *A hora e vez de Augusto Matraga* é mencionado, tem-se, na verdade uma consideração sobre o sentido de certo vocábulo utilizado pelo legislador: “*O mesmo dispositivo civil em menção também veda a administração das sociedades aos condenados por crime de peita ou suborno, ...*”(T5, p. 88)

O leitor vive a experiência inédita de trazer para uma discussão eminentemente jurídica uma obra de literatura que aparentemente em nada se relaciona com o assunto, a não ser pela aproximação feita por esse leitor. Augusto Matraga se transforma em vítima de um crime a ser discutido a partir de uma definição ambígua do Novo Código Civil. O crime de peita não existe no Código Penal, não é definido por ele, logo o juiz ironiza as mudanças do Código Civil ao insinuar que essa definição não tem amparo legal. O que é o crime de peita? Seria aquele cometido contra Nhô Augusto?

Chega a citar as definições trazidas pelos dicionários de língua portuguesa para a palavra peita:

“Aliás, segundo os dicionários brasileiros da língua portuguesa, ‘peita’, além de ser conceituada como ‘presente oferecido como suborno’, também significa ‘empreitada para matar’. Seria então um crime de ‘peita’ aquele praticado contra Augusto Matraga, na obra de Guimarães Rosa? Estaria o legislador civil referindo-se ao homicídio qualificado pelo motivo torpe, tipificado no art. 121, par. 2º, , do CP?” T5, pág.88)

Por essa e outras incongruências do legislador, o juiz como aplicador da lei, não deve acreditar na infalibilidade do legislador. O mesmo falha ao querer impor ao Novo Código Civil a faculdade de delimitar as suas influências em outros diplomas e ao chamar de crime aquilo que nem

mesmo o Código Penal tipifica. Tem-se, mais uma vez, a imagem de um legislador falho, passível de ser questionado.

O texto literário, passível de tantas leituras, expõe a falibilidade do legislador. O texto de lei deveria ser claro e, no entanto deixa muitas brechas.

Constrói, dessa forma, a imagem de um legislador falível que, no entanto, se julga onipotente. Opõe a essas imagens, o operador do direito que deve ser sensível às alterações sociais, deve se modernizar, considerar sempre os maiores valores, lutar com as palavras, mesmo que a luta pareça vã, lutar por melhores direitos.

A intensidade de seus argumentos é dada pelas metáforas construídas ao se utilizar de mitos; as tantas imagens trazidas pelo texto, tanto do legislador quanto do operador do direito são possíveis pelos mitos e poesias. Os contos entram nessa construção retórica para exemplificar situações, caso do crime praticado contra Augusto Matraga e para criar analogias, caso do conto *Corpo fechado* de Guimarães Rosa quando comparado ao Novo Código Civil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reunidos sob o título VOSSA EXCELÊNCIA UM LEITOR os capítulos apresentados procuram mostrar o trajeto percorrido até o momento atual, resultados de um tempo de busca em torno do tema da leitura.

Essas considerações finais objetivam voltar às questões pensadas sobre os usos e práticas desse leitor em torno do texto escrito, como aparecem essas leituras em sua produção escrita. Enfim, retomar para concluir que este trabalho corre atrás do leitor sem, no entanto, alcançá-lo.

Dizer que as questões sobre suas práticas de leitura foram todas respondidas ou todas percebidas pode revelar imprudência, que não foram respondidas em nenhuma medida, revelar negligência. E, para não ficar apenas na rima, tem-se algumas conclusões possíveis pautadas nas contribuições dos autores que ancoraram o trabalho e nas análises feitas.

O empenho em trazer respostas possíveis tem a intenção mostrar um pouco das práticas desse leitor, sempre o leitor:

“Por um lado, cada leitor é confrontado por todo um conjunto de constrangimentos e regras. O autor, o livreiro-editor, o comentador, o censor, todos pensam em controlar mais de perto a produção do sentido, fazendo com que os textos escritos, publicados, glosados ou autorizados por eles sejam compreendidos, sem qualquer variação possível, à luz de sua vontade prescritiva. Por outro lado, a leitura é, por definição, rebelde e vadia. Os artifícios de que lançam mão os leitores para obter livros proibidos, ler nas entrelinhas, e subverter as lições impostas são infinitos.”(CHARTIER,1994:8)

O Leitor é livre, e usa essa liberdade para reinventar, para se apropriar dos textos diferentemente do esperado. Esse diálogo entre a imposição que se tenta fazer e a apropriação que é feita varia no tempo, no espaço e conforme o leitor. Ao olhar o leitor não se pode deixar de ver, de capturar as diferenças e igualdades no modo de ler. Por esse olhar, busca-se encontrar a significação dada às leituras:

“As obras – mesmo as maiores, ou, sobretudo, as maiores – não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no

encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam. Certamente, os criadores, os poderes ou os *experts* sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce.” (CHARTIER, 1994:9)

A obra cai na mão do leitor que a toma em sua leitura e, inserido numa cultura com esquemas mentais e afetivos próprios, dela se apropria para transformá-la num recurso, num instrumento de sua subjetividade individual.

A leitura, sempre na ordem do efêmero, mesmo que presente num texto por meio de uma citação poderá sempre ser entendida de modo diverso, pois que hoje se lê de um jeito e amanhã ou depois se lerá de outro, tanto quando pensada do ponto de vista do texto que a introduz como quando vista em sua origem. Sem uma interpretação já feita, mas, no entanto com outras imposições:

“não há distância pensável entre o sentido que lhe é imposto (por seu autor, pelo uso, pela crítica, etc.) e a interpretação que pode ser feita por seus leitores; conseqüentemente, um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado.”

Nas palavras de CHARTIER (1994:11), interessa dar atenção ao “mundo do texto” e ao “mundo do leitor”, percebendo-se como se opera o encontro entre os dois. O presente trabalho focou sua atenção nesse quesito para tentar mostrar como isso tem ocorrido. Mostrar os contrastes que cercam a maneira como se lê passa pela consideração de “letrados talentosos”, leitores hábeis que, mesmo entre si, fazem usos distintos dos textos.

E assim tem-se um leitor e um modo próprio de apropriação, próximo de outros leitores que se dão a conhecer pelas mesmas táticas ou por táticas semelhantes. Leitor, com as mesmas liberdades e criatividade. Um leitor entre leitores. Um leitor que mostra suas preferências,

que se mostra por meio de figuras e que revela sua visão de mundo ao atuar nele enquanto juiz de direito.

Um leitor que mostra sua luta e a sua integração em uma comunidade bem definida em relação à questão do aborto, por exemplo. Por suas leituras e pela forma como as utiliza, é possível entender que esse juiz está inserido num meio e numa luta em que acredita. Sabe da ajuda que a mulher precisa e se solidariza com ela.

Ao analisar as pistas de sua leitura, é possível perceber como ele lê, na medida em que seus argumentos demonstram claramente sua postura. Por meio de metáforas e imagens que constrói, defende seus pontos de vista. Faz da leitura seu próprio estilo de falar, escrever e viver uma vez que entrecruza sem a menor dificuldade os conceitos jurídicos com as histórias da mitologia, a luta do poeta com a luta do aplicador do direito.

Para perseguir melhor as marcas deixadas, se fez a tentativa de reunir suas leituras sob algumas chaves apenas: as metáforas, analogias e imagens. Estas, por sua vez, reunidas conforme o gênero e, ainda, conforme o tema. Graças a esse foco, percebeu-se que o leitor transitou em dois grandes temas, o aborto e as mudanças trazidas pelo Novo Código Civil. Foi possível ainda detectar sua predileção por alguns gêneros como a poesia, o conto e a narrativa mitológica, com os quais constrói uma rede de citações bastante fechada, pois se repetem, em alguns casos de forma insistente, como se não quisesse deixar dúvidas sobre a maneira de opinar sobre determinado assunto.

Sem dúvida, suas leituras contaminam sua prática profissional e sua vida pessoal. A questão profissional se avalia pela inserção das citações literárias em textos que, na maioria esmagadora das vezes, só recebe citações de textos jurídicos ou a eles intimamente relacionados.

Ao entrecruzar a literatura à linguagem judiciária, traz à tona a velha máxima de que a arte imita a vida ou, quem sabe, de que a vida imita a arte. Para ele, a leitura de textos ficcionais, por estarem tão imbricados com a realidade, podem ser exemplos de crimes tipificados no Código Penal. A

ficção e seus personagens tornam-se reais, ou melhor, são comparados com gente de carne e osso. A situação vivida pelos personagens é comparada com a realidade de homens e mulheres. Isso mostra o homem preocupado em entender, mesmo que distante de sua própria realidade, o que ocorre no caso concreto. Socorre-se dos personagens para se aprofundar no drama da mulher que sofre diante de um sistema que não atende suas necessidades.

As fontes escolhidas mostram o leitor e suas leituras de forma bastante rica, tanto que quanto mais se olha para elas, mais se descobre, parece não se chegar ao fim das possibilidades de abordagem, sendo difícil escolher um caminho. A necessidade de se tomar uma direção na análise das informações traz a dúvida quanto à escolha e a certeza de que nenhum caminho dará conta de tantas informações.

Mas foi preciso escolher e aqui se chega. É tudo? Não. É nada? Nem tanto. É preciso avançar mais e aperfeiçoar o que já foi feito até agora, mas sem dúvida se tem passos dados na direção de uma trajetória de leitura percebida pelas pistas e vestígios de um leitor. Apesar de se poder chegar a outros leitores pelo mesmo caminho, é certo que assim como não há dois indivíduos com impressões digitais idênticas, não há dois leitores iguais no mundo. Cada tapete que se tece ao se buscar os fios da leitura de cada leitor é diferente.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. ***A Rosa do Povo***. São Paulo, Record, 2001, 24<sup>a</sup>.ed.

\_\_\_\_\_. ***Antologia Poética***. São Paulo, Record, 2001, 48<sup>a</sup>. ed.

BURKE, Peter. ***A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia***, tradução de Nilo Odalia. São Paulo, Editora da UNESP, 7<sup>a</sup>. reimpressão, 1997.

\_\_\_\_\_. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”.  
In: \_\_\_\_\_(org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo, Editora da Unesp, 1992, 2<sup>a</sup>. edição.

CAMÕES, Luís de. ***Os Lusíadas***, apresentação e notas de Ivan Teixeira. Cotia, Ateliê Editorial, 2001, 2<sup>a</sup>. edição.

CERTEAU, Michel de. “Ler: uma operação de caça”. In: \_\_\_\_\_ **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**, tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 259-73.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHARTIER, Roger. **Os Desafios da Escrita**, tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo, Editora da UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. “O leitor entre limitações e liberdade”. In: \_\_\_\_\_ **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**, tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo, Editora da UNESP / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, 1ª. reimpressão, p. 75-96.

\_\_\_\_\_. **Práticas de Leitura**, tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Ordem dos Livros**, tradução de Mary del Priore. Brasília: Ed. UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. “Textos, Impressos, Leituras”. In: \_\_\_\_\_ **A História Cultural: entre práticas e representações**, tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil / DIFEL, 1990, p. 121-39.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. Revista de Estudos Avançados- USP, São Paulo, v.11, n.5, p. 173-194, 1991.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alan. Dicionário de Símbolo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. ***Entre Práticas e Representações: um estudo sobre aspectos da leitura na Universidade.*** Campinas, UNICAMP, Faculdade de Educação (Dissertação de Mestrado), 1999.

\_\_\_\_\_. “Leitura no plural: leitores entre o livro e a xérox”. Revista Leitura: Teoria e Prática, Campinas, Ano 22, n.42, Março, 2004, p. 33-40.

\_\_\_\_\_. “Entre práticas e representações: notas sobre o encontro com o mundo da leitura na universidade”. In: SILVA, L.L.M. ***Entre leitores: alunos, professores.*** Campinas, SP: Komedi: Arte Escrita, 2001.

DARNTON, Robert. “História da Leitura”. In: BURKE, Peter (org.). ***A Escrita da História: novas perspectivas***, tradução de Magda Lopes. São Paulo, Editora da UNESP, 1992, 2ª. ed., p. 199-236.

\_\_\_\_\_. “Os Leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica”. In: \_\_\_\_\_ ***O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural***

**Francesa**, tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986, 2<sup>a</sup>. ed., 3<sup>a</sup>. reimpressão, p. 277-328.

FRANCHINI, A.S.; SEGANFREDO, Carmen. **As 100 Melhores Histórias da Mitologia**. Porto Alegre, L&PM, 2003, 6<sup>a</sup>. ed.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **A pesquisa sobre leitura no Brasil: 1980-1995**. Campinas/SP: Komedi, 2001.

\_\_\_\_\_. “Leitura como objeto de investigação”. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.13, n.21, p. 13-22, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. **Literatura infanto-juvenil: arte ou pedagogia moral?** São Paulo, Cortez, Piracicaba : Universidade Metodista de Piracicaba, 1982.

\_\_\_\_\_. “Dos amores difíceis: uma leitura compartilhada na aula de Língua Portuguesa”. Revista Pro-posições, Campinas, v.13, n.2, p. 43-53, maio/ago, 2002.

\_\_\_\_\_. “Lendo histórias de leitura”. Revista Leitura: Teoria e Prática, Campinas, Ano 14, n.25, Junho, 1995, p. 47-62.

\_\_\_\_\_. “Histórias de leitura”. In: SILVA, L.L.M. **Entre leitores: alunos, professores**. Campinas, SP: Komedi: Arte Escrita, 2001.

GUINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: \_\_\_\_\_ ***Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história***, tradução de Federico Carotti. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, 2ª. reimpressão, p. 143-80.

\_\_\_\_\_. ***O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição***, tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, 2ª. ed.

MORAES, Ana Alcídia de Araújo. "Narrativas de leituras como alternativa de autoformação". Revista Leitura: Teoria e Prática, Campinas, Ano 22, n.42, Março, 2004, p. 9-18.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A leitura de romances no século XIX. **Cad. CEDES.**, Campinas, v. 19, n. 45, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Jan 2007. doi: 10.1590/S0101-32621998000200005.

PAVÃO, Andréa. **A aventura da leitura e da escrita entre mestres de Roleplayng Game**. São Paulo, Devir, 2000.

PIMENTEL, Elisabete. "Sujeitos leitores, sujeitos autores: indícios de histórias de leituras na produção de textos escolares." In: SILVA, L.L.M. Entre leitores: alunos, professores. Campinas, SP: Komedi: Arte Escrita, 2001.

PROUST, Marcel. ***Sobre a Leitura***, tradução de Carlos Vogt. Campinas, Editora Pontes, 2001, 3ª. ed.

RANGEL, Jurema Nogueira Mendes. Revista Leitura: Teoria e Prática, Campinas, Ano 22, n.42, Março, 2004, p. 41-488.

RIBEIRO, Luciana Fernandes. “Sobre Pandoras e memórias de leitura”. Revista Leitura: Teoria e Prática, Campinas, Ano 23, n.44, Março, 2005, p. 41-49.

ROSA, João Guimarães. ***Sagarana***. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1971, 13ª. ed.

TORRES, José Henrique Rodrigues. “Reflexos do Novo Código Civil no Sistema Penal”. In: ***Revista Brasileira de Ciências Criminais***, Ano 11, nº 44, jul-set. de 2003, p. 86-127.

## **CÓDIGOS**

**Código Penal – 1940**

**Código Processual Penal – 1941**

**Constituição Federal - 1988**

## **SITES**

[WWW.AJD.ORG.BR](http://WWW.AJD.ORG.BR)

[WWW.IPAS.ORG.BR](http://WWW.IPAS.ORG.BR)

[WWW.IBCCRIM.ORG.BR](http://WWW.IBCCRIM.ORG.BR)

## **ANEXO - TEXTOS**

**1 - CARTA A CELSO JAPIASSU**

**2 – NOSSO TEMPO**

**3 - A INFANTICIDA MARIA FARRAR**

**4 – O LUTADOR**

**5 – O PARTO DA JUSTIÇA – REVISTA ÉPOCA**



## 1 - CARTA A CELSO JAPIASSU

Meu caro Celso Japiassu:

Leontina Pereira da Silva, a ré de infanticídio que defendi no 2.º Tribunal do Júri, era como a Maria Farrar, de Brecht, menor de idade, fraca, desamparada, ninguém sabe que tivesse família. Não a conheci, ela ficou presa oito meses, foi posta em liberdade, sob fiança, e não se soube mais dela. Não tinha eira, nem beira, nem casa para morar. Nunca mais foi encontrada. Ganhou o mundo e no mundo sumiu.

O juiz Martinho Campos quis dar solenidade à inauguração da nova sala do Júri e me convidou, como decano dos advogados criminais, para fazer a defesa de um réu pobre. Por coincidência, o processo escolhido foi o de Leontina Pereira da Silva, igual ao de uma outra mulher acusada também de infanticídio, Castorina Ramos Teixeira, que defendi em 1934, junto com Carlos Lacerda, que fez sua estréia naquele julgamento. Nesse caso julgado há 43 anos, a ré também era miserável, doméstica, desprotegida, e o filho nasceu na privada da casa da patroa.

A arte e a vida andam juntas.

Em 1934, o juiz que recebeu a denúncia foi o depois ministro Ari Franco, a quem substituí no Supremo Tribunal Federal; o promotor foi o depois procurador geral da Justiça da Guanabara, jornalista e escritor Carlos Sussekind de Mendonça, que pediu a absolvição da ré pela dirimente da perturbação dos sentidos e da inteligência, causado pelo estado puerperal e pelas perspectivas de infortúnio certo com a chegada daquele filho indesejado. O Júri foi presidido por um grande juiz, que deixou fama de bom e competente, e cujo busto está no salão dos passos perdidos do 1.º Tribunal do Júri: - Margarinos Torres. Margarinos era casado com mulher francesa, botou luto quando a França foi dominada e ocupada pelos alemães na última guerra. Só tiraria o luto quando a velha França, de seus amores se libertasse do tacho nazista. Homem decente, arriscou o cargo, no Estado Novo, escrevendo uma carta ativa ao todo poderoso ministro da Justiça de então, Francisco Campos, em defesa da instituição do Júri.

Quanta gente conhecida deixou o nome no caso de Castorina Ramos Teixeira: Vicente Piragibe, autor da Consolidação das Leis Penais, de 1932, foi o relator da apelação; o velho Gomes de Paiva, promotor que se pode incluir entre tantos que levam sua atuação repressiva até quase a obsessão, e que apelou de uma sentença em que um seu colega havia pedido a absolvição. Lá também aparece o nosso querido, excelente e bondoso senador Henrique La Rocque Almeida, que assina um termo a rogo da acusada, que era analfabeta.

Senti-me rejuvenescido e sumamente gratificado com a defesa da pobre Leontina. No dia do julgamento, saí de casa para o Tribunal no mesmo momento em que uma de minhas filhas também saía para me dar

meu oitavo neto, acompanhada do afeto, do carinho, da solidariedade da família inteira.

Foi uma pena que eu não conhecesse antes o poema de Bertolt Brecht. E você não imagina como lhe fico reconhecido pela oportunidade que me deu de conhecê-lo. Foi uma gratificação tão grande quanto a própria defesa, quanto o meu reencontro com o Júri, depois de dezesseis anos, o Júri que é a minha casa, de onde parti há quase meio século e cheguei a outras paragens que não estavam entre as aspirações normais de uma carreira de advogado criminal.

Lembrei aos jurados, sem conhecer a poesia de Brecht, a diferença entre a situação de minha filha, que ia ter um filho desejado, numa casa de saúde, com assistência total médica, pessoal, psicológica, financeira, e o que mais, - e a situação da pobre Leontina, que só tinha por si a palavra de um advogado experiente porque o seu julgamento se realizava num dia de festa, por acaso.

Claro que eu disse com a linguagem dos advogados, procurando convencer os jurados. Falei que minha filha, naquela hora, não estava precisando de minha ajuda (usei a palavra ajuda), tinha o resto da família a ampará-la. Quem precisava da minha ajuda, naquele dia, era a pobre, a abandonada Leontina, que tinha diante de si o fantasma, no mínimo, do desemprego, porque ninguém quer empregada com filho. O filho dela não era motivo de alegria ou felicidade, era uma maldição, era um estorvo, era uma carga, era uma desgraça.

Se eu conhecesse o poema de Brecht, a defesa teria consistido no refrão - "não vos indigneis, toda criatura precisa da ajuda dos outros". Se eu fosse poeta teria sabido dizer com a beleza do genial dramaturgo alemão: "Vós que parais em leito confortável / e chamais bendito vosso ventre inchado, / não deveis execrar os fracos e desamparados".

Os jurados do Rio de Janeiro não deixaram que a menina moça Leontina Pereira da Silva morresse num cárcere qualquer. Absolveram-na, compreenderam sua fragilidade e sua desgraça.

Vou mandar uma cópia da sua carta, do poema de Brecht e desta resposta, ao juiz Martinho Campos, aos jurados que funcionaram no julgamento e à promotora Thelma Mussi Diuana.

A poesia de Brecht deu ao caso a dimensão dramática e humana que os jurados souberam sentir e enxergar.

*Evandro Lins e Silva.*

## 2 - NOSSO TEMPO<sup>72</sup>

**Carlos Drummond de Andrade**

Este é tempo de partido,  
Tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,  
Viajamos e nos colorimos.  
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.  
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.  
As leis não bastam. Os lírios não nascem  
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se

---

<sup>72</sup> Andrade, Carlos Drummond de. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

na pedra.

Visito os fatos, não te encontro.  
onde te ocultas, precária síntese,  
penhor de meu sono, luz  
dormindo acesa na varanda?  
Miúdas certezas de empréstimo, nenhum beijo  
sobe ao ombro para contar-se  
a cidade dos homens completos.

Calo-me, espero, decifro.  
As coisas talvez melhorem.  
São tão fortes as coisas!

Mas eu não são as coisas e me revolto.  
Tenho palavras em mim buscando canal,  
são roucas e duras,  
irritadas, enérgicas,  
comprimidas a tanto tempo,  
perderam o sentido, apenas querem explodir.

Mudou-se a rua da infância  
E o vestido vermelho  
vermelho  
cobre a nudez do amor,  
ao relento, no vale.

Símbolos obscuros se multiplicam.  
Guerra, verdade, flores?  
Dos laboratórios platônicos mobilizados  
vem um sopro que cresta as faces  
e dissipa, na praia, as palavras.

A escuridão estende-se mas não elimina  
O sucedâneo da estrela nas mãos.  
Certas partes de nós como brilham! São unhas,  
Anéis, pérolas, cigarros, lanternas,  
são partes mais íntimas,  
a pulsação, o ofego,  
e o ar da noite é o estritamente necessários  
para continuar, e continuamos.

### III

E continuamos. É tempo de muletas.  
Tempo de mortos faladores  
e velhas paralíticas, nostálgicas de bailado,  
mas ainda é tempo de viver e contar.  
Certas histórias não se perderam.  
Conheço bem esta casa,  
pela direita entra-se, pela esquerda sobe-se,  
a sala grande conduz a quartos terríveis,  
como o do enterro que não foi feito, do corpo esquecido na mesa,  
conduz à copa de frutas ácidas,  
ao claro jardim central, à água  
que goteja e segrega  
o incesto, a bênção, a partida,  
conduz às celas fechadas, que contêm:  
papéis?

crimes?  
moedas?

Ó conta, velha preta, ó jornalista, poeta, pequeno historiados urbano,  
ó surdo-mudo, depositário de meus desfalecimentos, abre-te e conta,  
moça presa na memória, velho aleijado, baratas dos arquivos, portas rangentes,  
solidão e asco,  
pessoas e coisas enigmáticas, contrai,  
velhos selos do imperador, aparelhos de porcelana partidos, contai;  
ossos na rua, fragmentos de jornal, colchetes no chão da costureira,  
luto no braço, pombas, cães errantes, animais caçados, contai.  
Tudo tão difícil depois que vos calastes...  
e muito de vós nunca se abriram.

#### IV

É tempo de meio silêncio,  
de boca gelada e murmúrio,  
palavra indireta, aviso  
na esquina. Tempo de cinco sentidos  
num só. O espião janta conosco.

É tempo de cortinas pardas,  
de céu neutro, política  
na maçã, no santo, no gozo,  
amor e desamor, cólera  
branda, gim com água tônica,  
olhos pintados,  
dentes de vidro,  
grotesca língua torcida.  
A isso chamamos: balanço.

#### V

Escuta a hora formidável do almoço  
na cidade. Os escritórios, num passe, esvaziam-se.  
As bocas sugam um rio de carne, legumes e tortas vitaminosas.  
Salta depressa do mar e bandeja de peixes argênteos!  
Os subterrâneos da fome choram caldo de sopa,  
olhos líquidos de cão através do vidro devoram teu osso.  
Come, braço mecânico, alimenta-te, mão de papel, é tempo de comida,  
mais tarde será o de amor.  
Lentamente os escritórios se recuperam, e os negócios, forma indecisa, evoluem.

O esplêndido negócio insinua-se no tráfego.  
Multidões que o cruzam não vêem. É sem cor e sem cheiro.  
Está dissimulado no bonde, por trás da brisa do sul,  
vem na areia, no telefone, na batalha de aviões,  
toma conta de tua alma e dela extrai uma porcentagem.

Escuta a hora expandongada da volta.  
Homem depois de homem, mulher, criança, homem,  
roupa, cigarro, chapéu, roupa, roupa,  
homem, homem, mulher, homem, mulher, roupa, homem  
imaginam esperar qualquer coisa,  
e se quedam mudos, escoam-se passo a passo, sentam-se,  
últimos servos do negócio, imaginam voltar para casa,  
já noite, entre muros apagados, numa suposta cidade imaginam.

Escuta a pequena hora de compensação, leituras, apelo ao cassino, passeio na praia,

o corpo ao lado do corpo, afinal distendido,  
com as calças despido o incômodo, pensamento de escravo,  
escuta o corpo ranger, enlaçar, refluir,  
errar em objetos remotos e, sob eles soterrado sem dor,  
confiar-se ao que-bem-me-importa  
do sono.

Escuta o horrível emprego do dia  
em todos os países de fala humada,  
a falsificação das palavras pingando nos jornais,  
os bancos triturando suavemente o pescoço do açúcar,  
a constelação das formigas e usurários,  
a má poesia, o mau romance,  
os frágeis que se entregam à proteção do basilisco,  
o homem feio, de mortal feiúra,  
passeando de bote  
num sinistro crepúsculo de sábado.

## VI

Nos porões da família,  
orquídeas e opções  
de compra e desquite.  
A gravidez elétrica  
já não traz delíquios.  
Crianças alérgicas  
trocam-se; reformam-se.  
Há uma implacável  
guerra às baratas.  
Contam-se histórias  
por correspondência.  
A mesa reúne  
um copo, uma faca,  
a cama devora  
tua solidão.  
Salva-se a honra  
e a herança do gado.

## VII

Ou não se salva, e é o mesmo. Há soluções, há bálsamos  
para cada hora e dor. Há fortes bálsamos,  
dores de classe, de sangrenta fúria  
e plácido rosto. E há mínimos  
bálsamos, recalcadas dores ignóbeis,  
lesões que nenhum governo autoriza,  
não obstante doem,  
melancolias insubordináveis,  
ira, reprovação, desgosto  
desse chapéu velho, da rua lodosa, do Estado.  
Há o pranto no teatro,  
No palco? no público? Nas poltronas?  
Há sobretudo o pranto no teatro, já tarde, já confuso,  
Ele embacia as luzes, se engolfa no linóleo,  
Vai minar nos armazéns, nos becos coloniais onde passeiam ratos noturnos,  
Vai molhar, na roça madura, o milho ondulante,  
e secar ao sol, em poça amarga.

E dentro do pranto minha face trocista,

meu olho que ri e despreza,  
minha repugnância total por vosso lirismo deteriorado,  
que polui a essência mesma dos diamantes.

## VIII

O poeta  
Declina de toda responsabilidade  
na marcha do mundo capitalista  
e com suas palavras, intuições, símbolos e outras armas  
promete ajudar  
e destruí-lo  
como uma pedreira, uma floresta,  
um verme.

### 3 - A infanticida Maria Farrar<sup>73</sup>

Bertold Brecht

Maria Farrar, nascida em abril,  
sem sinais particulares,  
menor de idade, orfã, raquítica,  
ao que parece matou um menino  
da maneira que se segue,  
sentindo-se sem culpa.

Afirma que grávida de dois meses  
no porão da casa de uma dona  
tentou abortar com duas injeções  
dolorosas, diz ela,  
mas sem resultado.

E bebeu pimenta em pó  
com álcool, mas o efeito  
foi apenas de purgante.

**Mas vós, por favor, não deveis vos indignar.**

**Toda criatura precisa da ajuda dos outros.**

Seu ventre inchara, agora a olhos vistos  
e ela própria, criança, ainda crescia.

E lhe veio a tal tonteira no meio do ofício das matinas  
e suou também de angústia aos pés do altar.

Mas conservou em segredo o estado em que se achava  
até que as dores do parto lhe chegaram.

Então, tinha acontecido também a ela,  
assim feiosa, cair em tentação.

**Mas vós, por favor, não vos indigneis.**

**Toda criatura precisa da ajuda dos outros.**

Naquele dia, disse, logo pela manhã,  
ao lavar as escadas sentiu uma pontada  
como se fossem alfinetadas na barriga.

Mas ainda consegue ocultar sua moléstia  
e o dia inteirinho, estendendo paninhos,  
buscava solução.

Depois lhe vem à mente que tem que dar à luz

---

<sup>73</sup> Brecht, Bertold. **Poemas. 1913-1956.** São Paulo, Editora 34, 2000.

e logo sente um aperto no coração.

Chegou em casa tarde.

**Mas vós, por favor, não vos indigneis.**

**Toda criatura precisa da ajuda dos outros.**

Chamaram-na enquanto ainda dormia.

Tinha caído neve e havia que varrê-la,

às onze terminou. Um dia bem comprido.

Somente à noite pode parir em paz.

E deu à luz, pelo que disse, a um filho

mas ela não era como as outras mães.

**Mas vós, por favor, não vos indigneis.**

**Toda criatura precisa da ajuda dos outros.**

Com as últimas forças, ela disse, prosseguindo,

dado que no seu quarto o frio era mortal,

se arrastou até a privada, e ali,

quando não mais se lembra,

pariu como pôde quase ao amanhecer.

Narra que a esta altura estava transtornadíssima,

e meio endurecida e que o garoto, o segurava a custo

pois que nevava dentro da latrina.

Entre o quarto e a privada

o menino prorrompeu em prantos

e isso a perturbou de tal maneira, ela disse,

que se pôs a socá-lo

às cegas, tanto, sem cessar,

até o fim da noite.

E de manhã o escondeu então no lavatório.

**Mas vós, por favor, não deveis vos indignar,**

**toda criatura precisa da ajuda dos outros.**

Maria Farrar, nascida em abril,

morta no cárcere de Moissen,

menina-mãe condenada,

quer mostrar a todos o quanto somos frágeis.

Vós que paris em leito confortável

e chamais bendito vosso ventre inchado,

não deveis execrar os fracos e desamparados.

**Por obséquio, pois, não vos indigneis.**

**Toda criatura precisa da ajuda dos outros.**

#### 4 - O Lutador<sup>74</sup>

Carlos Drummond de Andrade

Lutar com palavras

é a luta mais vã

Entanto lutamos

mal rompe a manhã.

São muitas, eu pouco.

Algumas, tão fortes

---

<sup>74</sup> Andrade, Carlos Drummond de. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

como o javali.  
Não me julgo louco.  
Se o fosse, teria  
poder de encantá-las.  
Mas lúcido e frio,  
apareço e tento  
apanhar algumas  
para meu sustento  
num dia de vida.  
Deixam-se enlaçar,  
tontas à carícia  
e súbito fogem  
e não há ameaça  
e nem há sevícia  
que as traga de novo  
ao centro da praça.

Insisto, solerte.  
Busco persuadi-las.  
Ser-lhes-ei escravo  
de rara humildade.  
Guardarei sigilo  
de nosso comércio.  
Na voz, nenhum travo  
de zanga ou desgosto.  
Sem me ouvir deslizam,  
perpassam levíssimas  
e viram-me o rosto.  
Lutar com palavras  
parece sem fruto.  
Não tem carne e sangue...  
Entretanto, luto.

Palavra, palavra  
(digo exasperado),  
se me desafia,  
aceito o combate.  
Quisera possuir-te  
neste descampado,  
sem roteiro de unha  
ou marca de dente  
nessa pele clara.  
Preferes o amor  
de uma posse impura  
e que venha o gozo  
da maior tortura.

Luto corpo a corpo,  
luto todo o tempo,  
sem maior proveito  
que o da caça ao vento.  
Não encontro vestes,  
não seguro formas,  
o fluido inimigo  
que e dobra os músculos  
e ri-se das normas  
da boa peleja.

Iludo-me às vezes,  
Pressinto que a entrega



se consumará.  
Já vejo palavras  
em coro submisso,  
esta me ofertando  
seu velho calor,  
outra sua glória  
feita de mistério,  
outra seu desdém, outra seu ciúme,  
e um sapiente amor  
me ensina a fruir  
de cada palavra  
e essência captada,  
o sutil queixume.  
Mas ai! É o instante  
de entreabrir os olhos:  
entre beijo e boca,  
tudo se evapora.

O ciclo do dia  
ora se conclui  
e o inútil duelo  
jamais se resolve.  
O teu rosto belo,  
ó palavra, esplende  
na curva da noite  
que toda me envolve.  
Tamnha paixão  
e nenhum pecúlio.  
Cerradas as portas,  
a luta prossegue  
nas ruas do sono.

### **Fado Tropical<sup>75</sup>**

**Rui Guerra e  
Chico Buarque**

``Meu coração tem um sereno jeito  
E as minhas mãos o golpe duro e presto  
De tal maneira que, depois de feito  
Desencontrado, eu mesmo me contesto

Se trago as mãos distantes do meu peito  
É que há distância entre intenção e gesto  
E se o meu coração nas mãos estreito  
Me assombra a súbita impressão de incesto

Quando me encontro no calor da luta  
Ostento a aguda empunhadura à proa  
Mas o meu peito se desabotoa

---

<sup>75</sup> SITE: [www.poesiaonline.com.br](http://www.poesiaonline.com.br) – consultado em 13/06/2006.

E se a sentença se anuncia bruta  
Mais que depressa a mão cega executa  
Pois que senão o coração perdoa"

## **O parto da Justiça <sup>76</sup>**

### **Juízes enfrentam dogmas e autorizam a interrupção da gravidez por anomalia fetal**

O aborto foi rápido. Na tarde da quarta 25, a paulistana Geane Bezerra de Almeida, 26 anos, fez a cirurgia no Hospital do Jabaquara, em São Paulo. Dez minutos foram suficientes para retirar o feto que Geane carregou no ventre durante quase três meses. Vinte dias antes, ela descobrira que estava grávida de um bebê sem cérebro. O conceito tinha apenas um olho e parte da coluna cervical deformada. Teria, no máximo, algumas horas de vida - se chegasse a nascer. Quando recebeu alta, Geane deu um pulo da maca e trocou a bata branca por camiseta e calça jeans. Sorria. Despediu-se com beijos do ginecologista Jorge Andalaft, pegou a sacola com objetos pessoais e foi para a portaria do hospital. Lá, encontrou a mãe, a dona de casa Celina de Almeida, a irmã Janete Carvalho e a sobrinha Mariana, de 1 ano.

As quatro voltaram juntas para casa. "Nunca me senti tão aliviada", suspirou Geane. Na letra fria da lei, ela poderia ir para a cadeia por ter feito o aborto: a legislação brasileira só permite a cirurgia em casos de estupro ou risco de vida para a mãe. Ainda assim, internou-se no hospital à luz do dia, longe do ambiente sombrio das clínicas clandestinas. Conseguiu o atendimento seguro porque tinha nas mãos um papel timbrado da Justiça, alvará que lhe concedeu o direito de interromper a gravidez. Confrontados com histórias de mães atormentadas e laudos médicos contundentes, juízes de primeira instância estão promovendo uma revolução jurídica no país. Desde 1989, têm retocado por conta própria alguns artigos do Código Penal. Assumem o papel de legisladores e transformam o que é crime em ato legal.

À sua maneira, reeditam o direito consuetudinário, aquele baseado nos hábitos e costumes da sociedade. "A lei não trata do assunto porque é de 1940, quando ainda não havia o diagnóstico de doenças do feto. Com um problema concreto nas mãos, somos obrigados a legislar", explica José Henrique Rodrigues Torres, juiz titular da Vara do Júri de Campinas. Sozinho, ele autorizou 60 abortos de fetos que não tinham chance de sobreviver após o parto. Ele não é o único a decidir nessa direção. Estudo feito pelo médico Marcos Frigério, bolsista da Fundação MacArthur e geneticista do Instituto de Medicina Fetal e Genética Humana de São Paulo, mostra a explosão de alvarás. Nos últimos cinco anos, registraram-se no país pelo menos 400 autorizações.

---

<sup>76</sup> <http://epoca.globo.com/edic/19990913/soci1.htm> no Google e obtida em 4 nov. 2006 09:10:52.

Vistas em conjunto, as decisões judiciais formam uma crônica de costumes. Para dar o sinal verde ao aborto, os magistrados baseiam-se em relatórios médicos. Analisam laudos técnicos, repletos de expressões estranhas, para ter certeza de que o feto não terá vida fora do útero. A confrontação com aspectos morais é inevitável. Alguns juízes filosofam sobre a vida humana ao tecer os alvarás. Outros chegam a citar poemas como "A Infanticida Maria Farrar", de Bertolt Brecht (Mas vós, por favor, não deveis vos indignar. Toda criatura precisa da ajuda dos outros).

Um argumento alinhava todas as autorizações: é difícil obrigar a mulher a carregar no ventre uma deformação sem chance de sobrevivência. Convencidos de que estão diante de uma gestação desesperada, os juízes temem que as grávidas recorram a clínicas clandestinas. "Grande parte dos juízes se apóia na tese de que não é lícito exigir que a mulher não faça aborto nessas condições", explica Frigério. Em linguagem jurídica, é o que se chama de inexigibilidade de conduta adversa. A transgressão, nesses casos, é justificável.

Decidir sobre anomalias fetais não é fácil. Ampliar os limites da lei, menos ainda. No geral, essas situações envolvem mulheres com mais de 35 anos, gestantes cuidadosas que adiaram e planejaram a gravidez. Algumas até passaram por tratamentos para engravidar. "Imagine o drama que elas vivem ao descobrir que o filho tão esperado não terá mais do que um dia de vida", diz o médico Thomaz Gollop, diretor do Instituto de Medicina Fetal de São Paulo. O horror da morte anunciada mobiliza amplos setores da população. Uma pesquisa nacional feita por Época em maio deste ano revelou que 72% dos brasileiros apóiam a interrupção da gravidez em casos de anomalia fetal grave - o mesmo índice reservado às interrupções em caso de estupro, permitidas por lei.

A Igreja Católica condena o ato em qualquer circunstância. "O aborto é sempre inadmissível porque lesa a vida", resume dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo auxiliar de São Paulo. "O argumento de que a criança tem alguma anomalia é absurdo. Daqui a pouco, uma atrofia na perna pode justificar um aborto." A disseminação dos alvarás cresce em meio à polêmica. A primeira autorização veio à tona na cidade de Ariquemes, em Rondônia. A repercussão, no entanto, só chegou com a terceira, concedida em Londrina, no Paraná.

